

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

FERNANDA NICTERWITZ

**AS FRONTEIRAS DE UMA UNIVERSIDADE: O MUNICÍPIO DE
REALEZA/PR E A INSTALAÇÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FRONTEIRA SUL (UFFS)**

**Marechal Cândido Rondon
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

FERNANDA NICTERWITZ

**AS FRONTEIRAS DE UMA UNIVERSIDADE: O MUNICÍPIO DE
REALEZA/PR E A INSTALAÇÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FRONTEIRA SUL (UFFS)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu História, Poder e Práticas Culturais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, na Linha de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades, sob orientação do Prof. Dr. Moisés Antiquera e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Geni Rosa Duarte.

Marechal Cândido Rondon

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

N629f	<p>Nichterwitz, Fernanda</p> <p>As fronteiras de uma universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) / Fernanda Nichterwitz. – Marechal Cândido Rondon, 2017. 155 f.</p> <p>Orientador: Prof. Prof. Dr. Moisés Antiqueira Coorientador: Profª. Drª. Geni Rosa Duarte</p> <p>Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.</p> <p>1. Realeza (PR) – Estudo e ensino (Superior). 2. Ensino superior e estado. 2. Movimentos sociais. I. Antiqueira, Moisés. II. Duarte, Geni Rosa. III. Título.</p> <p>CDD 22.ed. 306.43 378.8162 CIP-NBR 12899</p>
-------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-48
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR

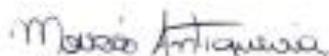


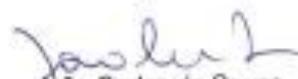
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

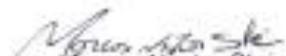
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de FERNANDA NICTERWITZ, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

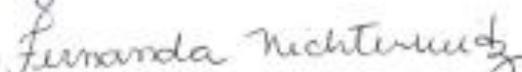
Ao(s) 24 dia(s) do mês de maio de 2017 às 14h00min, no(a) Sala do Laboratório Estado e Poder, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Fernanda Nichterwitz, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Moisés Antiqueira, Geni Rosa Duarte, João Carlos de Souza, Marcos Nestor Stein. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Moisés Antiqueira, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado, intitulada: "As fronteiras de uma universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Geni Rosa Duarte, João Carlos de Souza, Marcos Nestor Stein. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. O(A) CANDIDATO(A) FARÁ JUS AO TÍTULO DE MESTRE(A) EM HISTÓRIA APÓS CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

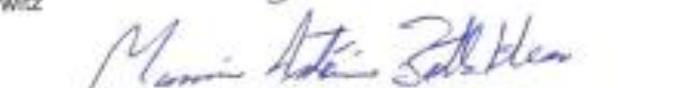

Moisés Antiqueira (Orientador)


João Carlos de Souza


Geni Rosa Duarte


Marcos Nestor Stein


Fernanda Nichterwitz


Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
– MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: *"As fronteiras de uma universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)"*

Nome do concluinte: **FERNANDA NICTERWITZ**

Integrantes da Banca: Prof. Dr. Moisés Antiquiera (Orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. João Carlos de Souza (UFGD), Profa. Dra. Geni Rosa Duarte (UNIOESTE), Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (UNIOESTE) e suplente Méri Frotscher Kramer

Parecer:

A BANCA CONSIDERA O TRABALHO APROVADO E, TENDO EM VISTA A IMPORTÂNCIA DO TEMA, SUGERE-SE QUE A MESTRANDA DÊ CONTINUIDADE ÀS INVESTIGAÇÕES ACERCA DE TAL TEMÁTICA.

Marechal Cândido Rondon, 24 de maio de 2017.

*Aos que não me deixaram desistir,
e aos que insistiram para que eu o
fizesse.*

AGRADECIMENTOS

Sempre me questioneei os motivos pelos quais optei por cursar História. Lembrava-me de algo que a Prof. Patrícia Teixeira Santos dizia em suas aulas na graduação: “todo historiador tem alguma curiosidade sobre a morte”. Por alguns anos achei que era apenas isso, uma curiosidade pelos atos dos que não estão mais aqui que me encaminhou para a profissão. Depois, somente agora no mestrado, creio que tenha entendido o real motivo pela escolha do curso. Não tenho história oficial. A tenho para mim, mas por meus progenitores minha história é confusa e cada um a encara e oficializa de forma diferente. Por isso tive de (ao longo da vida) ir trançando fatos, fotos, contos sobre mim, até que conseguisse encontrar uma versão mais fiel e real do que sou. Minha história. Exerci a profissão comigo mesma. Aprendi-a pesquisando sobre mim mesma. Sou historiadora porque preciso externar aquilo que foi calado. Primeiro sobre mim, depois sobre os “homens no tempo”.

Neste processo, entre graduação e mestrado, por conta desta busca e das mudanças que a vida traz, passei a enxergar um entorno de pessoas com as mais variadas características, especialmente as que considero ruins. Enxerguei isso na vida cotidiana, no trabalho, na universidade, e em mim. Deparei-me com isso ao longo do processo de construção desta dissertação. E apenas desacreditei, pensei em desistir diariamente. Até que consegui ver tudo o que há de bom, de caridoso, de fiel, de real, de autêntico que o ser humano pode oferecer nas menores atitudes e gestos, e nos atos mais grandiosos e desprendidos. E por tudo isso é que agradeço de coração às pessoas abaixo.

À Denize e Fernando que, proporcionaram as reflexões acima e a quem dedico muito amor e agradeço por tudo que tenho conquistado em minha existência. À minha irmã Ani, minha sobrinha Amanda, tia Luzia e tio Jorge pelo carinho que sempre me deram. E ao Juarez, meu esposo, que praticamente me obrigou a seguir o sonho do mestrado e viveu comigo todas as alegrias, frustrações, emoções, indignações e conquistas de todo o processo. Ele não me deixou desistir. Ele me apoiou em todos os sentidos que alguém pode ser apoiado, e por isso o amo e agradeço demais. Obrigada!

Agradeço àqueles, que dentro da UNIOESTE, fizeram com que os meus dias fossem mais felizes: à Veridiana e Sabrina, sem as quais não teria sido possível

concluir este mestrado. Obrigada por me abrigarem em sua casa, e por a termos transformado em um lar provisório, no qual as alegrias e tristezas eram amparadas sempre. À Hiolly, que me entendeu nas dificuldades e esteve comigo nos momentos bons. Obrigada por sempre ter estado ali por mim, por ter sempre perguntado se eu estava bem, por me fazer rir quando poderíamos estar chorando. À Rúbia que em pouco tempo se transformou em uma grande amiga, e que me abrigou em sua casa sempre que precisei de colo e alegria. Ao Rony pela companhia nos estudos, pelas risadas e pelo aprendizado. À Prof. Geni Duarte por ter concebido comigo a proposta desta pesquisa e por ter me orientado no primeiro ano de mestrado. Ao Prof. Marcos Stein por ter me dado uma oportunidade no CEPEDAL, por ter me incentivado a continuar o mestrado e por ter se preocupado com a minha dissertação e em me ajudar quando eu estava perdida. Hoje, agradeço por tudo isso e por ter aceitado participar de minha banca de defesa. Ao Prof. Márcio Both, que me concedeu a oportunidade de participar de um grupo de pesquisa no CEPEDAL, por ter me incentivado e, com isso, ter me ajudado a conseguir alguma estabilidade financeira para continuar no mestrado. Ao Prof. Antonio Bosi, que também oportunizou a conclusão deste mestrado ao me dar a oportunidade de trabalhar como bolsista do LAMIDI. Ao Prof. Marcos Ehrhardt que se colocou à disposição para auxiliar com alguns contatos de entrevistas, e pela sua preocupação em ajudar. Ao Prof. Rodrigo Paziani que me acolheu em algumas de suas aulas com carinho e atenção, mesmo eu não sendo de sua linha de pesquisa, e com o qual aprendi bastante. À Prof. Méri pelo carinho com que sempre me tratou. À Iraci que sempre foi muito cuidadosa e atenciosa.

Agradeço ao meu sogro, Vilson Andrade, por ter acreditado no meu trabalho desde o início, e por sempre ter estado disposto a me ajudar. Agradeço ao Sr. Paulo Giacomelli, que se dispôs a ser entrevistado e a contar um pouco de sua experiência na constituição da UFFS, por indicar outros contatos fundamentais para a construção desta dissertação, e pelo exemplo da força de vontade e da luta por um objetivo. Agradeço ao Sr. Jaci Poli, e à Sra. Rita Lima pela disposição em ajudar, pela entrevista valiosa, pela receptividade e por ter aprendido com vocês sobre a força do engajamento político na docência. Ao Sr. Jayme Taube pela atenção, tempo, entrevista e fotos disponibilizadas. À Dulcineia e ao Michael Bellé, assim como agradeço a todos os que se disponibilizaram a conceder uma entrevista para esta pesquisa. Obrigada!

Ao Prof. Fagner da UFFS e ao Leomar que indicaram pessoas incríveis para que eu entrevistasse. Ao Prof. Eduardo Szpak que foi atencioso, cuidadoso e prestou enorme contribuição a esta pesquisa, também em forma de entrevista, e ao seu pai, que mesmo sem conseguir, se predispôs a contribuir com a presente dissertação. Ao Prof. Clóvis da UFFS que concedeu entrevista importantíssima, e aos professores da UFFS com os quais entrei em contato e me indicaram novas fontes, como a Prof. Andreia! E ao Prof. Antonio Myskiw que com sua generosidade prestou valiosa contribuição a esta pesquisa. Sem seu auxílio esta dissertação não teria sido concluída da forma como foi. MUITÍSSIMO obrigada por tudo, pela confiança, pela disponibilidade e pela preciosa entrevista concedida. O professor é um grande exemplo de dedicação e generosidade no meio acadêmico!

Agradeço à Prof. Silvana Abreu por ter disponibilizado material importante para esta pesquisa. Muito obrigada pela confiança! E ao Prof. João Carlos por participar de minha banca e por indicar importantes referências para incorporar nesta dissertação. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também ao Prof. Alexandre Claro, com quem tive aulas de História no Ensino Médio. Obrigada por plantar a semente do pensamento crítico e do interesse pelo ofício de historiador em mim. Sou grata também ao Prof. Jaime Rodrigues pelo exemplo de integridade e paixão pelo ofício, por ter me inspirado, motivado, oportunizado e me ensinado a pesquisar na graduação. Muito obrigada!

Por último, agradeço muito ao meu orientador, Prof. Moisés Antikeira. Faltam-me palavras para descrever toda a gratidão que tenho por ter aceitado me orientar, por tê-lo feito de forma brilhante, profissional, dedicada e companheira, especialmente por conta do meu tema. Senti-me compreendida e acolhida em todos os momentos, mesmo nos de “bronca”. Aprendi demais contigo. Por tudo isso, muito obrigada!

RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

Esta dissertação de mestrado pesquisou o processo de criação e instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no município de Realeza/PR. Para tanto, foram realizadas entrevistas com participantes do processo e analisados documentos oficiais do período de 2002 a 2015, visando compreender as políticas públicas voltadas para Educação Superior nos governos FHC e Lula, e que se relacionam à expansão e interiorização das universidades federais no Brasil, e ainda como tais ensejos possibilitaram que os movimentos sociais dos três estados do Sul do Brasil se articulassem para formação de uma nova universidade. Além disso, a pesquisa visa apresentar como o projeto dessa instituição universitária – no que se refere aos cursos, ingresso de alunos e condições de permanência – se constituiu após a sua instalação em Realeza, confrontando-o com as formas de inserção e as vivências dos novos moradores que se dirigiram ao referido município por conta de seus vínculos com o campus da UFFS.

Palavras-chave: Universidade; Universidade Federal da Fronteira Sul; Governo Lula; Movimentos Sociais; Realeza/PR.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The frontiers of a university: Realeza/PR and the installation of a *campus* of the Federal University of Southern Frontier (UFFS)

The purpose of this study is to investigate the creation and installation of a *campus* of the Federal University of Southern Frontier (UFFS) in Realeza, State of Parana, Brazil. Therefore, some data for this study were collected from a series of interviews with a group of members that participated in the process that led to the creation of UFFS (besides students and professors) as well as from official documents dated from 2002 to 2015. This study aims to understand public policies for higher education in the Cardoso and Lula administrations related to the expansion and inland settlement of federal universities in Brazil. It will be also demonstrated how those policies could stimulate a broad range of social movements from three states of the country (Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná) in order to unite and articulate the establishment of a new Brazilian university. Finally, our study deals with the foundation project of UFFS – focusing on its undergraduate programs, its processes for student admission and housing conditions – contrasting it with the modes of operation of the university after the start of its activities in Realeza and the arrival of newcomers to that town.

Keywords: University; Federal University of Southern Frontier; Lula administration; social movements; Realeza/PR.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Panorama da expansão universitária

Fonte: CENSO/2013-Inep apud ABREU, 2016, p. 6.

Tabela 2. Componentes curriculares do Domínio Comum do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais

Fonte: UFFS, 2012, p. 42

Tabela 3. Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexos de Licenciatura em Ciências Naturais.

Fonte: UFFS, 2012, p. 43

Tabela 4: Grade Curricular da formação em Ciências Naturais

Fonte: UFFS, PPC Naturais, 2012, p. 52

Tabela 5. Componentes curriculares do Domínio Comum do Curso de Bacharelado em Nutrição

Fonte: UFFS, PPC Nutrição, 2015, p. 52.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Gráfico de Expansão das universidades federais e campi.

Fonte: ABREU, 2016, p. 6.

Figura 2. Gráfico de crescimento do número de cursos na graduação presencial nas universidades federais

Fonte: ABREU, 2016, p. 8.

Figura 3. Crescimento no número de vagas e matrículas na graduação presencial nas universidades federais.

Fonte: ABREU, 2016, p. 9.

Figura 5. Caracterização da Mesorregião

Fonte: Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura, 2007.

Figura 4. Faixas de desenvolvimento humano.

Fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=realeza/PR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>.

Figura 5. Mapa da Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul

Fonte: <https://confins.revues.org/8519?lang=pt>

Figura 6: Chapecó no Mapa da Mesorregião do Mercosul.

Fonte: TREVISOL, 2015, p. 512

Figura 7: Mapa da Fronteira Sul com os campi da UFFS.

Fonte: TREVISOL, 2015, p. 512

Figura 8: Carreata em Realeza em 18 de março de 2008.

Fonte: Arquivo Pessoal Sr. Jayme Taube.

Figura 9: Carreata em Realeza em 18 de março de 2008.

Fonte: Arquivo Pessoal Sr. Jayme Taube.

Figura 10. Realeza urbana: crescimento a partir de 2009.

Fonte: Google Maps, produzido por Fernanda Nichterwitz.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACAMSOP – Associação das Câmaras Municipais da Microrregião de Francisco Beltrão
- AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
- ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CES – Contribuição social para a educação superior
- Consuni – Conselho Universitário
- Corlac – Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos
- CPERS-Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRESOL – Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
- CUT – Central Única de Trabalhadores
- DCE – Diretório Central dos Estudantes
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná
- FETRAF-SUL – Federação dos trabalhadores na agricultura Familiar da Região Sul
- Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- Fundes – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IES – Instituições de Ensino Superior
- IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias

LOA – Lei de orçamentos anuais

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC – Ministério da Educação e Cultura

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPUF – Movimento Pró-Universidade Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PBF – Programa Bolsa Família

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PEIF – Programa Escolas Interculturais de Fronteira

PET – Programa de Educação Tutorial

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPA – Plano Plurianual

ProUni – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

Reuni - Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais

SIMEC/MEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação e Cultura

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFGFM – Universidade Federal da Grande Fronteira Mercosul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
1 O ACENO AO SONHO: O PREÂMBULO POLÍTICO DA CRIAÇÃO DA UFFS	28
1.1 A EXPECTATIVA	31
1.2 O PRIMEIRO MANDATO DE LULA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO.....	36
1.3 O SEGUNDO MANDATO DE LULA: O REUNI E AS EXPANSÃO DAS IFES ...	47
1.3.1 O início da democratização do Ensino Superior no Brasil?.....	52
1.4 O LULISMO, ACOMODAÇÃO E A ESTADANIA	59
2 “PLURALIDADE NO SONHO”: A CRIAÇÃO DA UFFS E O <i>CAMPUS</i> DE REALEZA	70
2.1 DA PLURALIDADE À UNIFICAÇÃO: O INÍCIO DAS ARTICULAÇÕES PELA UNIVERSIDADE FEDERAL	70
2.2 A DISPUTA PELOS CAMPI NO MOVIMENTO UNIFICADO.	86
2.3 O CAMPUS EM REALEZA: UMA QUESTÃO POLÍTICA.....	94
2.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRESSÃO POLÍTICA NA CONQUISTA DA UFFS.....	101
3 “OS MUROS DA UNIVERSIDADE SE ERGUERAM”... AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A INSTALAÇÃO DO CAMPUS DA UFFS EM REALEZA.....	107
3.1 UFFS E AS PROPOSTAS DE CURSOS.....	107
3.2 A UFFS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	113
3.4 A UTOPIA DA UNIVERSIDADE PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
Referências	147

INTRODUÇÃO

O processo de construção desta pesquisa se iniciou em 2015, quando ingressei no Mestrado em História na UNIOESTE. A ideia parece óbvia, mas cito isto porque estudar a Universidade Federal Fronteira Sul em Realeza não era uma proposta quando me matriculei no Programa de Pós-Graduação; sendo assim, o objeto de pesquisa foi sendo configurado ao longo do período em que cursava as disciplinas obrigatórias e a partir das orientações com a Professora Geni Rosa Duarte no primeiro ano de estudos na universidade. Em uma destas reuniões, na que definimos que seria importante trocar a proposta de pesquisa que tinha apresentado em minha entrevista de seleção, fui indagada pela professora sobre como era a vivência no pequeno município de Realeza/PR, tendo nascido e residido a vida toda em São Paulo, capital; fui indagada sobre como era viver em um município de menos de 20 mil habitantes quando fui acostumada a viver a poucos metros da Avenida Paulista, do metrô de São Paulo, em uma região em que a circulação de pessoas é interminável.

Respondi que achava interessante o fato de que as pessoas de Realeza, onde residia há apenas 6 meses, logo percebiam quem eram os de fora, o que claramente não acontece em São Paulo, e me questionavam os porquês de eu ter ido morar ali, com bastante curiosidade. Quando não, a questão já me era direcionada com a resposta dada pelos munícipes: “você veio por causa da universidade, não é?”. Meu primeiro contato com o município foi adubado (sim!) por estas questões, pelo estranhamento (de minha parte e da dos munícipes), e pelo pré-julgamento (de ambas as partes até que pudéssemos nos compreender). Já havia percebido que a UFFS era um ponto de referência na atração de estranhos para o município (na visão dos próprios moradores), mas só entendi que a UFFS-Realeza era um tema de pesquisa viável quando fui alertada pelo olhar experiente da Prof. Geni. Assim, cheguei ao tema de pesquisa a partir da minha vivência no município, e do choque cultural a que fomos submetidos (munícipes e eu).

A partir deste momento, passei a buscar referências sobre a universidade, sua criação, o processo de construção dos prédios, ao mesmo tempo em que tentava me inserir na sociedade local. Analisava também o posicionamento físico da estrutura universitária, cuja fachada é voltada para a rodovia BR-182 e não para o município de Realeza, e relacionava este fato com os conceitos de forma escolar,

unidade escolar, cultura escolar e espaço escolar. Como tudo isto afetava as relações ensino-aprendizagem naquele prédio? Além disso, observava a dificuldade de deslocamento até o bairro em que se situa a universidade, à época sem calçamento, e em meio à terra batida. Mesmo sem ter a intenção, tornou-se inevitável relacionar o processo de instalação da UFFS em Realeza com o que vivi na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), como aluna da primeira turma de História do Campus Guarulhos. Minha matrícula também foi feita em meio ao barro, era difícil me deslocar até a universidade, não tínhamos à época auxílios disponíveis, nem restaurante universitário. Em alguns momentos, no início, não possuíamos biblioteca, ou a conhecíamos muito precária. Lembrava também de como a população de Guarulhos reclamava dos ônibus cheios de universitários, das trocas de rota dos transportes públicos e das vans, que preferiam partir lotadas de alunos da universidade do que em sua capacidade média de munícipes partindo dos pontos de ônibus. Tudo isso renasceu em minha mente após ouvir reclamações muito parecidas voltadas aos jovens universitários da UFFS, com quem era frequentemente confundida.

Para mim, a fachada de costas para o município dizia muito. Dizia que a universidade não estava ali para atender os jovens do município, mas para abrir as portas deste local para os *outsiders*. Afinal, era muito mais fácil chegar à UFFS pela rodovia do que a partir da cidade. Porém, para minha surpresa, os argumentos oficiais, em artigos acadêmicos, eram de que aquela universidade fora construída pelos movimentos sociais, a pedido deles, e que a relação estabelecida era harmoniosa. A universidade se destinava para a população de Realeza, que a havia pedido. E eu pensava que isso tudo, esta harmonia, não fazia muito sentido, já que ouvia reclamações dos munícipes e senti certo distanciamento por parte deles ao pensarem que era universitária. Em meio a estes conflitos, fui construindo este objeto de pesquisa. Até que no Congresso Internacional de História da UEM em 2015, o Prof. Lucio Tadeu Mota, que também apresentou pesquisa no Simpósio Temático, disse: “quero apenas perguntar uma coisa: como estão os movimentos sociais que pediram pela universidade? Estão atuando nela ainda?”. Até então, para mim, a resposta era negativa. Porém, precisava investigar isso melhor. Logo conheci o Sr. Paulo Giacomelli, integrante do movimento Pró-Universidade Federal e ele, além de me conceder uma entrevista, me indicou outras pessoas para que entrevistasse dos movimentos sociais que pediram pela UFFS. E, a partir disso, já

com a orientação do Prof. Moisés Antiqueira, que a pesquisa foi construída, tomou forma.

Assim, “a partir de um problema levantado sobre os dados colocados pelas vozes dos sujeitos, nas fontes investigadas” (CABRINI et al, 2008, p. viii) é que busquei uma interpretação sobre um tema de extrema relevância: a expansão das universidades federais no Brasil e o processo de interiorização destas que, como veremos adiante, afetou diretamente a economia, a cultura e o cotidiano de mais de 200¹ municípios espalhados pelo país, além da vivência de seus munícipes; e ainda promoveu o trânsito de centenas de pessoas relacionadas à estas novas universidades, ou novos campi pelo país. Compreenderemos um pouco desta realidade macro, cujos gatilhos foram proporcionados pelos governos federais em atuação dos últimos 20 anos, por meio da análise da instalação da UFFS em Realeza.

Neste ensejo, a Universidade Federal da Fronteira Sul teve seu processo de instalação iniciado no ano de 2009, logo após aprovação do projeto de lei pelo ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e as primeiras turmas começaram os estudos no ano de 2010. O Projeto Político-Institucional da recém-criada universidade baseia-se na formação crítica e cidadã, na garantia do ensino, pesquisa e extensão de qualidade e na oferta de assistência estudantil e da “promoção de uma interface com a educação básica por meio das licenciaturas” (ORLANDI, MARTINS, 2014, p. 113, 114). Nesses termos, tal projeto vai ao encontro dos anseios que caracterizaram o contexto de criação da universidade, demandada por movimentos sociais e políticos e pela sociedade civil-organizada dos três estados da região sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, nos quais a instituição possui unidades.

Por conta disso, sua proposta seria voltada ao desenvolvimento de profissionais que atuem nas áreas de interesse da região da qual advém seu nome, a Fronteira Sul do Brasil. Esta região se situa entre 400 e 600 quilômetros das capitais dos três estados acima mencionados, e “ao longo dos séculos, [foi] palco de permanentes lutas pela posse da terra [que...] se aprofundou a partir dos anos 30 do século passado com a chegada das companhias colonizadoras”². Sua vinda atraiu

¹ MEC, 2012, p.11.

² Importante pontuarmos que a região Fronteira Sul, mais especificamente Realeza e o Sudoeste do Paraná, foi palco de grandes lutas pela posse de terra, especialmente na década de 1950, quando da

milhares de famílias de colonos do Rio Grande do Sul “dispostas a organizar uma pequena propriedade agrícola de base familiar”³ (TREVISOL, 2014, p. 6, 7). Assim, como a região é influenciada pelas práticas agrárias (especialmente de pequenos agricultores), que movem a economia local, e também pelo agronegócio, uma quantidade grande de licenciaturas e cursos das ciências biológicas e agrárias compõem o quadro de ofertas de vagas na graduação da UFFS.

Um dos campi desta universidade, e que é objeto desta pesquisa de mestrado, é o instalado em Realeza. Este pequeno município no Sudoeste do Paraná foi criado nos idos dos anos 1960, a partir do início do funcionamento de uma madeireira chamada Indústria Cazaca Ltda. Mesmo com a instalação da indústria, a economia da região era voltada para a caça e a suinocultura, até que a agricultura de subsistência tomou espaço na região (REIS, 1995, p. 50-60), que passou a chamar a atenção e atrair moradores por entremear Francisco Beltrão e o Rio Iguaçu (na divisa com o município de Capitão Leônidas Marques) (REIS, 1995, p. 23). A população do município, que cresceu bastante por conta do sucesso da madeireira, foi sendo reduzida ao longo dos anos com o fim das atividades daquela, sendo que em 2007 atingiu a marca de 15 mil habitantes⁴. Com a instalação da universidade, a população de Realeza, em estimativa feita pelo IBGE relativa a 2016, teria ultrapassado a cifra das 17 mil pessoas residentes.

investida de companhias de colonização na região, como a CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., que obteve uma série de títulos de domínio de terra de espaços já habitados, porém, por colonos. Em outubro de 1957, um grande número desses colonos, revoltados com a situação a que eram submetidos, foram à luta em Francisco Beltrão e outras cidades da região, visando reparar o domínio sobre as terras. Apenas em 1962 um grupo é designado para resolver as questões de terra na região, o Getsop – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste. Para saber mais sobre o assunto, conferir na bibliografia os trabalhos de Veronese (1998), Vertolini (2003) e Pegoraro (2008).

³ Importante salientar que o autor utilizado como referência na citação é Joviles Vítório Trevisol, pós-doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra e, atualmente, Pró-Reitor da UFFS, tendo realizado, com aval e financiamento da própria universidade, uma série de pesquisas coletando materiais sobre a criação e fundação da UFFS. Por ser membro do corpo docente da universidade sobre a qual dissertou muitas vezes, consideramos que seu lugar de fala se mantém presente em suas publicações. Haja vista que o olhar do autor influencia na percepção do objeto sobre o qual discorre, por muitas vezes observamos que os seus escritos tentam (ainda que inconscientemente, talvez) legitimar a importância da universidade na região em que foi instalada. Assim, nota-se em alguns trechos de suas publicações um discurso que também é encontrado no sítio da UFFS, da busca pela legitimação ou validação da instalação da universidade. Sendo assim, e como o autor é referência na coleta de material, entrevistas e escritos sobre a UFFS, seria muito difícil dissertar sobre o objeto sem citá-lo. Porém, fica a reflexão aos leitores e a nota sobre nossa ciência quanto ao local de fala do autor.

⁴ In:

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=412140&search=parana|realeza|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>.

Tendo em vista a ampliação do município em número de habitantes a partir da instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul, e o impacto que tal instituição causou na realidade local, torna-se importante compreender como ocorreu o processo de criação da UFFS, os trâmites para sua instalação e ainda como a universidade, depois de criada, interagiu com os movimentos sociais que a demandaram e com o município que a acolheu. Para tanto, a presente dissertação de mestrado foi escrita a partir de documentos oficiais do governo federal, do movimento Pró-universidade federal, e de relatos orais de pessoas que participaram do movimento de criação, e de entrevistas com professores, alunos e munícipes. Assim, o trabalho se insere no campo da história do tempo presente que, para Ferreira (2000, p. 12)

constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos.

Assim, partimos das memórias destas pessoas entrevistadas para reconstruir uma representação crítica do passado da UFFS e de sua instalação em Realeza. Segundo Motta (2012, p. 26), memórias

são fontes históricas, pois elas nos ajudam a identificar o que tem sido lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais. É possível identificar a permanência de uma determinada leitura sobre o acontecimento, as contradições e visões distintas, os elos que ligam certos grupos e afastam os outros. Enquanto fontes históricas, elas merecem passar por uma análise crítica, capaz de desconstruir as memórias consagradas por um coletivo.

Desta forma, avaliando que a história parte da análise do conflito, dos esquecimentos, e não só dos consensos de memória, o que ela realiza, “na maioria das vezes, é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente” (MOTTA, 2012, p. 26). Por conta disso, lidar com entrevistas orais, e com a história do tempo presente (no caso, trabalhamos com o período de 2003 a 2017) é um desafio. Primeiramente, porque a ausência de grande retrospecto sobre o tema faz com que seja necessário um distanciamento ético, “manejaando com muito cuidado nossas posições políticas no diálogo com nosso trabalho científico” (MOTTA, 2012, p. 35). E o desafio maior neste sentido foi de não confundir (pensando paralelos e congruências entre ambas) a história da qual participei, na condição de aluna de graduação da Universidade

Federal de São Paulo, também fruto do projeto REUNI (assim como a UFFS), com a da criação da UFFS, objeto desta pesquisa. E ainda, houve a tarefa de, enquanto pesquisadora, desviar da tentação de encobrir os “acontecimentos e as lembranças que às vezes desnudam a incompletude do homem, suas contradições e incertezas” (MOTTA, 2012, p. 35), já que lidar com a história do tempo presente “trata-se [também] da época em que vivemos e de que temos lembranças, ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em cheque [sic]” (FERREIRA, 2000, p. 10).

As memórias provocadas⁵ que auxiliam na construção desta dissertação são de pessoas vivas, as quais, em grande medida, atuam ou estudam na universidade em questão. Por conta disso, muitas entrevistas não puderam ser realizadas, já que alguns dos agentes procurados optaram por não se manifestar, nem sobre a criação da universidade, tampouco sobre a sua atuação nela hoje, sob a alegação de que não poderiam contribuir com a pesquisa ou por não dominarem o assunto. Outros ainda concordaram em conceder a entrevista, mas ocultando sua identidade, por medo de serem identificados em suas falas e futuramente virem a sofrer algum tipo de represália. Assim, ao longo de pouco mais de dois anos de pesquisa, cerca de 50 pessoas envolvidas na criação e consolidação da universidade foram contatadas; porém, por volta de metade delas aceitou conceder entrevista. Tivemos dificuldade, especialmente com o corpo docente da universidade e alguns políticos envolvidos em sua criação.

Por sua vez, os alunos entrevistados foram os que mais pediram para não terem seus nomes revelados. De 20 professores da UFFS Realeza contatados para entrevista, apenas 6 deram retorno positivo, e 4 concederam entrevista. Dos alunos da universidade, 20 deram retorno positivo, e 12 concederam entrevista, dos quais 4

⁵ Aqui fazemos referência a Portelli, considerando que as memórias são “provocadas” na interação entre entrevistador e entrevistado, a partir do diálogo. Segundo o autor, “um ato de discurso oral, mais do que o discurso escrito, é implicitamente social, porque requer um público,..., [as histórias contadas são] mais ou menos moldadas e selecionadas, conscientemente, para atender às expectativas... [de um] círculo em particular” (PORTELLI, 2010, p. 173). Assim, “podemos partir da suposição de que estamos lidando com artefatos verbais (histórias) construídos pela autopercepção dos narradores, pelo encontro com o entrevistador, e pela percepção e interpretação do entrevistador” (PORTELLI, 2010, p. 160). Desta forma, enquanto pesquisadora e entrevistadora, aceito também a carga acadêmica de potencialmente ter influenciado meu objeto, tanto por minha profissão anunciada na entrevista e o que isso pode implicar para o entrevistado, quanto pelas perguntas que fiz, e, finalmente, pela interpretação que dei ao que foi respondido. Portanto, a escolha da palavra “provocação” ao lidar com as memórias pretende trazer à dissertação certa honestidade sobre o processo de realização das entrevistas e posterior análise delas e, especialmente, sobre o papel do entrevistador.

optaram por não revelarem o nome. Dos políticos envolvidos, dos 10 contatados, apenas 3 concederam entrevista. Os envolvidos diretamente no Movimento Pró-universidade do Sudoeste do Paraná foram os que mais concederam entrevistas: 100% dos contatados toparam serem entrevistados, totalizando 7 entrevistas⁶.

As entrevistas realizadas partiram da proposta de construção de uma História oral “temática”, ou seja, norteadas por um tema específico. Assim, foram contatadas pessoas que tivessem alguma relação com o objeto de pesquisa, no caso a UFFS-Realeza. Desta forma, as perguntas não se basearam na trajetória de vida dos entrevistados, mesmo que, de algum modo, tenhamos buscado conhecê-la ao longo da entrevista, mas na sua relação com a universidade. No caso das entrevistas com alunos, buscamos certa padronização nos questionamentos, já que foi o grupo que mais concedeu entrevistas, e estas foram conseguidas via indicação deles próprios. Questionamos pontos relacionados a temas como: motivos para estudar na UFFS; interesse pelo curso de graduação que frequenta; parte positiva em estudar na UFFS; parte que considera negativa em estudar na UFFS; estrutura da universidade em Realeza; como é a relação dos alunos com o município (empregos, moradia, costumes); e auxílios recebidos e participação em cotas de ingresso. Os temas eram apresentados antes do início da gravação para que o aluno tivesse ciência do que seria perguntado. Mesmo assim, após o início da gravação, deixamos que o entrevistado ficasse à vontade para responder a perguntas pré-formuladas, e ainda para abordar outros temas de interesse relacionados à universidade.

Da mesma forma, acabamos por questioná-los sobre outros pontos que não os pré-formulados conforme as dúvidas iam surgindo ao longo da entrevista. No caso dos docentes e políticos, o procedimento foi semelhante; porém, as questões e temas abordados na entrevista foram encaminhados via e-mail já no momento do contato para disponibilidade de reunião, em vez de serem apresentados no momento da entrevista. E com estes grupos deixamos que, a partir do que observaram no e-mail, iniciassem falando sobre suas impressões quanto ao processo de instalação da UFFS em Realeza e sua eventual contribuição no processo. Depois da fala inicial do entrevistado, prosseguimos questionando outros pontos de interesse sobre o que foi abordado. Ainda assim, foi permitido que o entrevistado fugisse ao tema, abordasse outras questões ou ainda deixasse de

⁶ Os nomes das pessoas cujas entrevistas foram citadas na composição desta dissertação se encontram na sessão “Referências”.

responder a algo questionado prezando pela sua liberdade enquanto agente principal da entrevista. Assim, os contatos com políticos e docentes foram mais extensos do que com alunos, já que os agentes do segundo grupo concordaram mais em falar sobre a universidade quando souberam que o tempo de fala seria mais curto. As entrevistas com alunos duraram em média 20 a 30 minutos, com algumas exceções. Já as entrevistas com docentes e políticos se estenderam, no mínimo, por uma hora, mas houve casos em que alcançaram 05 horas de duração. Depois de a gravação ser finalizada, e de o entrevistado assinar o termo de concessão de entrevista, elas foram transcritas e encaminhadas aos entrevistados via e-mail.

A vontade e a resistência por parte de alguns agentes sociais em concederem entrevista para a pesquisa ou em divulgarem os seus nomes revela alguma intenção: ou a vontade de ter sua fala compartilhada, ou uma preocupação em se expor, revelar demais ou de sofrer alguma represália. Observando que a maioria dos que se omitiram pertence ao quadro docente e administrativo da universidade, enquanto que a maior parte dos que se pronunciaram prontamente está ligada aos movimentos que lutaram pela instalação daquela, algumas questões se fazem presentes: há dissonância entre as falas dos dois grupos? Por que um grupo fala abertamente sobre a universidade, enquanto outro não o faz?⁷. Segundo Halbwachs, “[a memória coletiva] é uma corrente de pensamento contínuo,..., já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo”. (HALLBWACHS, 1990, p.81,82). Mesmo assim, para Ferreira (2000, p. 12), considerando Chartier, lidar com a História do Presente, mesmo com os desafios intrínsecos ao ofício e à prática, é algo positivo em um meio cujos atores pensam ser fundamental algum distanciamento temporal entre o objeto de estudo e o historiador que conduzirá a análise, pois

o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.

⁷ Observaremos as respostas a estas indagações nos capítulos 2 e 3.

Tendo isto em mente, a dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro deles abordará o espectro político no qual surgiu a oportunidade para que a UFFS fosse criada. Trabalharemos com as expectativas envolvendo o primeiro e segundo governos Lula e com os dados de criação de universidades públicas no período, comparando com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse capítulo, também apresentamos como a criação da UFFS está relacionada com as políticas públicas de expansão, interiorização e criação das universidades federais praticadas no governo Lula.

No segundo capítulo, analisamos o processo de criação da UFFS, ressaltando algumas querelas internas à constituição da instituição, assim como certas incoerências entre a expectativa para a universidade e a sua realidade multicampi. Neste momento da dissertação é que abordaremos a importância de figuras das várias instâncias do poder público para a conquista e consolidação da universidade em Realeza. Igualmente, é nesse capítulo que as entrevistas passarão a tomar espaço na análise realizada, já que grande parte das fontes utilizadas na pesquisa foi coletada a partir delas e se relaciona ao Movimento Pró-Universidade Federal.

O terceiro capítulo tem como temática a percepção da UFFS-Realeza por parte dos movimentos sociais que a demandaram (qual a relação deles com a universidade, quais expectativas que nutriram com relação ao *campus*), qual a identidade local que se forja com a universidade situada ali, a quem a universidade pretende atender estando em Realeza, entre outras questões; e, ainda, a percepção do município de Realeza construída pelos agentes inseridos no cotidiano da UFFS-Realeza (aceitação da universidade pelos munícipes, expectativas de ampliação da universidade, a qual público a universidade realmente atende, como é trabalhar/estudar na rotina multicampi da UFFS, como é lidar com a infraestrutura local, entre outros).

Vejamos, no capítulo 1, como se dá a conjuntura do processo de instalação da UFFS em Realeza, partindo da análise do preâmbulo político em que a universidade foi concebida.

1 O ACENO AO SONHO: O PREÂMBULO POLÍTICO DA CRIAÇÃO DA UFFS

Ao se pensar na instalação da UFFS na região Sul do Brasil (entre os anos de 2007 a 2010), se torna importante questionar os motivos pelos quais uma Instituição Federal de Ensino Superior alojou um de seus *campi* em uma cidade como Realeza, na região Sudoeste do Paraná, zona fronteiriça do Brasil.

No último, e único disponível para consulta, Censo realizado no município de Realeza⁸ (2010) observou-se que a população local era de 14.178 pessoas com 10 ou mais anos de idade, sendo que apenas 847 delas possuíam ensino superior completo. Ou seja, nem 10% da população local tinha, à época, formação no ensino superior. E 57% da população realezense encontrava-se classificada como sem instrução e com o Ensino Fundamental incompleto.

Conforme abordaremos mais detalhadamente no próximo capítulo, em 2003 já é possível identificar acenos⁹, ou a aspiração, por parte do governo federal, em relação à possibilidade de instalação de uma universidade federal na região Sul do país, mais especificamente no Oeste continental, área em que o município de Realeza se localiza. Ou seja, já há a intenção de alocar uma Instituição de Ensino Superior Federal na região desde o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva¹⁰. Por conta disso, é interessante observarmos o seu Programa de governo por ocasião da campanha presidencial de 2002. Lá encontraremos alguns indicativos de que havia, a princípio, uma preocupação em definir metas sociais para o enfrentamento das carências educacionais existentes no Brasil e que, em números, em muito se assemelham aos dados encontrados no município de Realeza (para oito anos depois¹¹). Vejamos:

a partir do estabelecimento de metas sociais, o Conselho [Conselho de Desenvolvimento Social] atuará na implementação articulada e integrada dos programas nacionais de enfrentamento da pobreza, do desemprego, da desigualdade de renda e das *carências educacionais*. *Tendo em vista que 67% dos trabalhadores brasileiros*

⁸ Para tanto, consultar o site do IBGE. In: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412140&idtema=105&search=parana|realiza|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao-->. Acessado em junho de 2015.

⁹ Em falas e discursos do então presidente em eventos em que participava na região.

¹⁰ A partir daqui também citado como “Lula”.

¹¹ Como não há possibilidade de acesso aos dados do IBGE referentes ao Censo 2000 em Realeza, utilizamos os dados de 2010, considerando que, se em 2002, à época do Programa de Governo de Lula, no Brasil havia 67% da população no país que não concluiu o Ensino Fundamental, os dados de Realeza obtidos em 2010 (com 57% da população sem concluir o E. Fundamental) evidenciarão uma ligeira melhora se comparados com os dados nacionais referentes ao início da década de 2000.

não possuem ensino fundamental completo, será dada especial atenção à formulação de programas de formação profissional e de educação de jovens e adultos [grifos nossos] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Programa de Governo¹², 2002b, p. 41).

Instalar uma universidade em um município que possui índices de educação similares aos apontados no Programa de Governo de Lula, com mais da metade da população sem ensino fundamental completo poderia ser um padrão seguido pelo governo do PT a partir da vitória de Lula para a Presidência da República. Porém, temos de questionar a importância disso em grande escala, e o alcance dessa universidade em uma realidade como a do município de Realeza. O que gostaríamos de avaliar, ou refletir inicialmente, é se uma universidade, apenas (mesmo com toda a carga estrutural que carrega¹³), consegue auxiliar ou promover o “enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade de renda”, ou suprir as “carências educacionais” do município de Realeza e da região da Fronteira Sul do Brasil.

Analisando em conjunto os dados levantados pelo IBGE, nos questionamos os motivos pelos quais uma IFES foi instalada em Realeza. Tendo em vista a quantidade de habitantes (em 2010) com Ensino Superior completo, poderíamos supor que seria para estimular o ingresso dos jovens na universidade, ampliando o número de formados no município para mais que 10%. Ou ainda poderíamos pensar que seria para estimular o aumento dos índices de escolarização formal na região. Porém, podemos começar a reflexão considerando a quantidade de habitantes dos municípios em que a UFFS foi instalada.

Vejamos um comparativo populacional com os municípios dos outros *campi*: em 2010 encontramos Chapecó (SC), sede da universidade, com a estimativa populacional de 183.530 habitantes; Erechim (RS), com 102.345; Passo Fundo (RS) (*campus* criado poucos anos depois¹⁴) com 184.826 habitantes; Laranjeiras do Sul (PR) com 30.777 habitantes. Realeza contava com 16.338 pessoas que integravam sua população residente, superando, no que tange aos dados populacionais, apenas

¹² Citarei os documentos referenciados como PARTIDO DOS TRABALHADORES, do ano de 2002, em conjunto com o nome do documento para facilitar a leitura.

¹³ Espaço físico, professores, colaboradores, alunos provenientes do município, alunos advindos de outros municípios e regiões, por exemplo.

¹⁴ O *campus* de Passo Fundo é fruto de grande controvérsia dentro do movimento formado pelos grupos sociais envolvidos na criação da UFFS. Abordaremos mais o tema nos próximos capítulos.

a cidade de Cerro Largo (RS), o menor município que abriga um campus da UFFS, com 13.289 habitantes.

Pensando na proposta da universidade, diagnosticada, a princípio, pelo seu próprio nome “Fronteira Sul”, e considerando que, segundo o IBGE, por “fronteira” se considera “a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional”¹⁵, todos os municípios listados acima, exceto Passo Fundo (RS), são considerados municípios de faixa de fronteira¹⁶.

Porém, dentre tantos municípios fronteiriços a escolher, a UFFS se instalou em alguns (Realeza e Cerro Largo) com menos de 20 mil habitantes. Poderíamos questionar a escolha do município de Realeza, e nos perguntar por que não outro município um pouco maior da região sudoeste do Paraná, como Dois Vizinhos (com 36.179 habitantes em 2010¹⁷). Dentre outras tantas argumentações, poderíamos pensar que a escolha de Realeza tenha relação com o fato de seu prefeito, entre 2005 e 2012 (momento da negociação para a criação da UFFS), ser vinculado ao PT. Se a recíproca é verdadeira, poderíamos refletir, então, se as políticas locais foram influentes no processo de conquista de uma universidade federal para a região Sudoeste do Paraná, em um município com menos de 20 mil habitantes.

Conforme veremos mais profundamente no próximo capítulo, as respostas para os questionamentos acima incitados estão mais centradas nas relações exercidas pelo Poder Executivo Municipal, no caso de Realeza, pelo Poder Legislativo (para Chapecó) e pelos movimentos sociais regionais (e aqui poderíamos especificar também para Chapecó, Erechim e Laranjeiras do Sul) do que pela quantidade de habitantes de cada local em que *campi* da UFFS foram instalados.

E mais interessante ainda, é já refletir sobre a relação entre o número de habitantes de cada município e a força de seus movimentos sociais e políticos (acrescidos da potência do Poder Executivo Municipal) nesse processo; afinal, o fato de uma cidade composta por uma quantidade reduzida de habitantes, como Realeza, ter conseguido um *campus* de uma universidade federal via solicitação de forças locais, políticas e sociais, pode ser interpretado como algo significativo.

¹⁵ In: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>. Acessado em fev. de 2017.

¹⁶ In: <http://cdif.blogspot.com.br/search/label/3.08%29%20Munic%C3%ADpios%20do%20RS>. Acessado em fev. 2017.

¹⁷ In: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410720>. Acessado em junho de 2015.

No próximo capítulo, aprofundaremos mais as questões da instalação da UFFS em Realeza, porém, para isso é importante recorrer ao contexto sócio-político que proporcionou a oportunidade para que a universidade surgisse e se instalasse na Mesorregião da Fronteira Mercosul. Ou seja, averiguar alguns aspectos referentes ao tema da ampliação do acesso ao ensino superior no país é de fundamental importância para compreender o processo de instalação de *campi* de uma Universidade Federal na região Sudoeste do Paraná e na Fronteira Sul do País, em seu conjunto.

Para tanto, as indagações expostas anteriormente só podem ser respondidas com a investigação da história do município, em especial a política local dos últimos anos, e ainda questionando as políticas públicas que proporcionaram tal instalação e a expansão do ensino superior no Brasil na década de 2000, ou seja, as do governo Lula. Algumas serão trabalhadas já neste capítulo, enquanto outras serão abordadas ao longo dos capítulos seguintes.

Nos tópicos que seguem serão abordados temas relacionados ao governo Lula (2003-2010), em especial no que se refere ao Ensino Superior no Brasil. A análise terá como foco dados estatísticos, comparações das ações em âmbito econômico com as relacionadas à educação, e buscará compreender se há um fenômeno político que fez com que o governo priorizasse, mais que os anteriores, a expansão do ensino superior via setor público.

Iniciaremos com uma breve análise do governo Lula em relação ao de Fernando Henrique Cardoso, especialmente no que se refere às políticas de Ensino Superior no Brasil e em que diferem a expectativa da realidade no tocante ao considerado primeiro governo de esquerda no Brasil.

1.1 A EXPECTATIVA

O PT foi um partido, nos idos de sua fundação (na década de 1980), que segundo Singer (2012, p. 91), “se propôs a combater..., os vícios e arcaísmos do patrimonialismo nacional”, recusou-se a sufragar Tancredo Neves em 1985, não votou a favor da Constituição de 1988, e, inclusive, recusou o apoio do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) no segundo turno das eleições presidenciais de 1989.

Quando da sua fundação, era um partido que pautava a superação de um legado da esquerda brasileira (relacionada ao populismo); que tinha correntes identificadas com a revolução socialista; que acreditava no autofinanciamento¹⁸ de campanha; e que tinha uma estrutura interna democrática, com participação de militantes de base. Além disso, o PT ficou conhecido também por fundar a maior central de trabalhadores do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, a fim de dirigir as lutas sindicais; e, no campo, ainda defender e estimular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST a continuar com suas lutas (CIGNACHI, 2013, p. 128).

Ainda de acordo com Henrique Cignachi (2013, p. 128), o PT

incorporava um elemento fundamental de ligação aos movimentos sociais contestatórios e defendia que as reformas fundamentais necessárias para a superação de desigualdades históricas só poderiam vir através de processos de transformação radicais.

Tal perspectiva de análise quanto ao PT do momento da fundação também é encontrada na obra de André Singer. Para o autor (SINGER, 2012, p. 88), no período em que se inicia a reabertura para a democracia e o retorno ao estado de direito, a proposta aprovada no Congresso de Metalúrgicos de janeiro de 1979¹⁹ era a de criar um partido “‘sem patrões’, que não fosse ‘eleitoreiro’ e que organizasse e mobilizasse ‘os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores’”. Neste sentido, segundo Argeu Egídio dos Santos, Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo em entrevista para Valdenizio Petrolli nos idos de 1979, o partido a ser criado “dev[ia] nascer com a ajuda dos sindicatos de todas as categorias. Porém, essa ajuda [...] dev[ia] ser apenas no período de sua formação. Depois de formado, ele dev[ia] ter sua vida própria desvinculado das entidades classistas”²⁰, sendo fundamentalmente dos trabalhadores e para os trabalhadores.

¹⁸ Uma das mudanças posteriores, marca do PT do século XXI, são as práticas de financiamento de campanha, com uso de recursos de grandes empresas. Tanto que o vice-presidente de Lula, José Alencar, ex-integrante do PMDB, exercia forte influência no meio empresarial nacional e não correspondia a um militante de base do Partido dos Trabalhadores.

¹⁹ Aqui nos referimos ao 9º Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins (SP) em janeiro de 1979. Participaram 37 sindicatos da área, e a pauta tratou da criação de um partido político de trabalhadores e de reivindicações de direitos aos trabalhadores. In: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=138. Acessado em: 18 ago. 2016.

²⁰ Nota de jornal publicada pelo site http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=138. Acessado em: 18 ago. 2016.

Tais “raízes sociais e ideológicas”²¹ do PT geraram “uma expectativa positiva em parte da esquerda brasileira e internacional” (BOITO JR., 2003, p. 1) em relação à constituição do primeiro governo de esquerda brasileiro, quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu o cargo de Presidente da República em 2003. Essa expectativa era reforçada no primeiro parágrafo da Carta ao Povo Brasileiro, de autoria atribuída à Lula, em 2002, às vésperas da eleição em que saiu vencedor:

O Brasil quer *mudar*. *Mudar* para crescer, incluir, pacificar. *Mudar* para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de *encerrar o atual ciclo econômico e político*. [grifos nossos] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002a, p. 1)

Mesmo que com perspectiva avaliada como conservadora por conta de alguns trechos da carta em que se compromete com o empresariado brasileiro²², o início é bastante significativo ao que se refere às propostas de mudança: “mudar para crescer”, “mudar para conquistar”, “encerrar o atual ciclo econômico”. O que compactua com o fato de que tais mudanças “seriam” desejadas, pois se alega que a população já estaria descontente com o então governo encabeçado por Fernando Henrique Cardoso²³:

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas

²¹ O primeiro capítulo da obra de André Singer, *Os Sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador*, é intitulado “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. Nele, o autor pontua os primeiros momentos a partir da criação do PT como pontos fundamentais ideológicos que se contraporão a uma segunda “alma” do Partido dos Trabalhadores, criada após uma série de derrotas nas campanhas presidenciais concorridas por Lula (1989, 1994, 1998), e que teriam direcionado o partido a uma mudança de perspectiva ideológica, que se aproximou do capital para vencer as eleições em 2002. Cf.: SINGER, 2012.

²² Como nos trechos a seguir, que ressaltam que a transição para um novo modelo de governo que implemente crescimento econômico e justiça social não serão realizados de um dia para o outro, no caso, por meio de revolução, mas por transição lenta e segura, consultando o povo e dentro dos limites da Constituição: “O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, *não se fará num passe de mágica*, de um dia para o outro. *Não há milagres na vida de um povo e de um país*” [grifos nossos]; ou “Será necessária uma lúcida e *criterosa transição* entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos *não será compensado em oito dias*. O novo modelo [...] *será fruto de uma ampla negociação nacional*, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao Povo Brasileiro. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*. Fundação Perseu Abramo, 2002a. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>, p. 2. Ou ainda no trecho: “As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais”. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a., p. 5.

²³ A partir daqui, “FHC”.

fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002a, p. 1).

A Carta ainda ressaltou uma possível insatisfação das diferentes classes, não somente a operária, e da sociedade como um todo perante o modelo de governo neoliberal praticado por FHC nos oito anos anteriores:

O sentimento predominante em *todas as classes* e em *todas as regiões* é o de que o atual modelo esgotou-se. [...] *A sociedade está convencida* de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer [grifos nossos] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002a, p. 1).

Frisar tal desagrado da população com FHC na Carta ao Povo Brasileiro é uma estratégia de convencimento dos eleitores, que em pesquisas de aprovação já demonstravam alta insatisfação com o então Presidente. Em nota de 27 de junho de 2001, o jornal O Estadão (versão on-line do jornal O Estado de São Paulo), já frisava a rejeição à FHC e a um possível candidato que seguisse sua linha de governo, como se verifica a partir de pesquisas realizadas pelo Ibope²⁴:

A rejeição de um possível candidato que representasse a continuidade da política de estabilização econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso também continua alta: 65% dos 2.000 entrevistados não votariam, em hipótese alguma, num candidato que representasse a continuidade. Em março, esse percentual era de 57%²⁵ (AGÊNCIA ESTADO, 2001).

Na Carta ainda foram apresentadas perspectivas de mudança considerável, como quando sugeriu reforma agrária, reforma previdenciária e reforma trabalhista:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. [...] Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. *O caminho da reforma tributária*, que desonere a produção. *Da reforma agrária* que assegure a paz no campo. *Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários*

²⁴ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

²⁵ AGENCIA ESTADO. Lula lidera com 28%; FHC dá rejeição de 65%, diz CNI/Ibope. O Estado de São Paulo. 21 jun. 2001. São Paulo. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-lidera-com-28-fhc-da-rejeicao-de-65-diz-cniibope,20010627p38523>. Acesso em: 30 jul. 2016.

contra a fome e a insegurança pública [grifos nossos] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002a, p. 2, 3).

Ao mesmo tempo em que há uma proposta de negociação com os representantes do capital, a Carta ao Povo Brasileiro continuou sendo uma promessa de esperança para a população que visava mudanças, que queria reformas, e que não queria permanecer presa à política neoliberal, direcionada pelo BIRD²⁶ (CARVALHO, 2006, p. 3, 11, 12). Porém, o que se notou nos primeiros anos de governo do PT e de Lula, deixou atônitos alguns autores (como Boito Jr.), e ainda os observadores de suas políticas, que acreditavam em mudanças mais drásticas do que as apresentadas, especialmente na economia e na educação. Afinal, Lula e o PT preconizavam em seu Programa de Governo de 2002 transformações não apenas nas áreas mencionadas, mas mudanças na ação do governo federal referentes à Educação Básica e ao Ensino Superior no Brasil:

Em grande parte do seu mandato, o atual governo [FHC] voltou as costas para questões de primeira importância, como o investimento na educação. É preciso investir eficientemente no ensino, ampliando o acesso das crianças à escola. É vital recuperar a rede pública, tanto no nível fundamental quanto no médio e nas universidades, valorizando principalmente a qualidade. Uma boa formação da juventude colabora para a retomada do desenvolvimento sustentável, além de ser um diferencial para a competição do País no mercado internacional. A educação de qualidade é fator de emancipação e cidadania, contribui para que os jovens se integrem ao mercado de trabalho e evita a fragmentação social que alimenta a violência e o crime organizado [grifos nossos] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Programa de Governo - 2002, 2002b, p. 15)

Coisa alguma, além disso, porém, é apresentada na primeira proposta de governo de Lula no que se refere à educação. Mesmo sem pontuar quais seriam tais mudanças na educação que buscava promover se eleito em 2002, o plano de governo de Lula ressaltava, de forma bastante genérica, a importância de fazer mais pela educação do que o governo de Fernando Henrique Cardoso²⁷. Ali podemos encontrar novamente o discurso da “mudança” ressaltado na Carta ao Povo de

²⁶ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Instituição financeira do Banco Mundial cujo mote seria o de prover empréstimos e assistência para o desenvolvimento de países em crescimento com bons antecedentes de crédito.

²⁷ Na Carta ao Povo, precisamente, não ficam claras quais seriam as ações do governo FHC às quais o governo do PT pretendia se opor. Isso fica mais aparente no Programa de Governo Um Brasil para Todos, em que se fala brevemente na contraposição ao ranqueamento das IES promovido por FHC. Todas as ações voltadas à Educação ficaram reduzidas à apenas duas laudas do documento.

2002. Na breve pauta da proposta de governo estava “recuperar a rede pública” em todos os níveis de ensino, inclusive nas universidades.

Considerando os trechos que enfocam o “mudar”, pontuados na Carta ao Povo (“mudar para crescer”, “mudar para conquistar”, “encerrar o atual ciclo”), a transformação da educação na proposta do governo Lula seria justificada pelo fato de que uma “boa formação da juventude colabora para a retomada do desenvolvimento sustentável”, e “a educação de qualidade é fator de emancipação e cidadania, contribui para que os jovens se integrem ao mercado de trabalho e evita a fragmentação social que alimenta a violência e o crime organizado” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Programa de Governo – 2002, 2002b, p. 15).

Porém, podemos nos questionar se o primeiro governo Lula conseguiu promover a emancipação dos jovens e seu ingresso no mercado de trabalho por meio da recuperação da rede pública de Ensino Superior no Brasil, e ainda se a UFFS teria sido fruto desse projeto²⁸.

1.2 O PRIMEIRO MANDATO DE LULA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO

É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002a, p. 3).

Como observado acima, a Carta ao Povo Brasileiro sustenta a perspectiva de que o endividamento público e toda a política pública que culminou nisto tinha um culpado, o governo FHC, com sua política neoliberal de desenvolvimento do país que gerou uma crise de confiança. Porém, quando assume a presidência, as práticas do governo de Lula não aparentam à população, e aos intelectuais (como

²⁸ Falamos em projeto por conta de algo já mencionado na introdução deste capítulo no que se refere ao aceno governamental para a instalação de uma universidade federal no Oeste da região Sul do Brasil. Estes acenos ou intencionalidades são apresentados já em 2003, e reafirmados em 2005, antes mesmo do início da organização para a criação da UFFS. No próximo capítulo tais pontos ficarão mais evidentes, em especial quanto à atuação do Poder Legislativo nos idos de 2002 a 2005, e ainda quanto às contrapropostas apresentadas pelo Ministério da Educação mediante as negociações sobre a UFFS em 2006. Tais menções, em especial a última pelo MEC, nos auxiliam a tecer um fio narrativo que orienta para uma ideia de projeto da expansão do Ensino Superior no Brasil ligado, em alguma medida, ao projeto de país, ou de “mudanças” direcionadas pelo PT no governo. Fala-se aqui de projeto de país, pois para Santos (2011, p.87) “a universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país”.

Boito Jr.) serem muito diferentes da política de FHC em diversos aspectos, especialmente na economia e na educação.

Nestes termos, Armando Boito Jr. externou em 2003 que o governo de Lula “revelou-se uma espécie de ‘terceira via’ da periferia, disseminando a perplexidade, a decepção e a revolta entre trabalhadores e intelectuais” (BOITO JR., 2003, p. 1). Para o autor, à época, Lula manteve os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, e aprofundou-os, não tocando na herança de FHC. Segundo ele, tais elementos de confirmação das práticas seriam:

a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (BOITO JR., 2003, p. 1)

O autor ainda afirma que Lula estaria avançando no “mesmo rumo estabelecido pelos governos Collor e FHC, pelo FMI, pelo Banco Mundial” (2003, p. 1), e ainda conclui que “Lula herdou não só o modelo econômico, mas também sua base de sustentação política” (p. 24) e que “a vitória eleitoral de 2002 tem representado, até aqui, uma derrota para a esquerda brasileira” (p. 25).

É importante ressaltar que o “até aqui” de Boito Jr. é de junho de 2003, ou seja, configura apenas seis meses de governo Lula. Mas a ênfase que o autor traz em sua fala deixa evidente a decepção de uma camada de pessoas que, motivadas pelas raízes ideológicas do PT, ou até pela Carta ao Povo, tinham grande expectativa quanto às ações do governo de um presidente da República que era ex-operário de orientação socialista e antigo líder sindical.

Boito Jr., ainda mais enfaticamente, pontua que “é certo que o governo Lula está traindo os trabalhadores, na medida em que não faz nada para cumprir a promessa de campanha de contemplar a grande aspiração por emprego, terra, moradia, salários e melhores condições de vida” (BOITO JR., 2003, p. 25). Partindo de uma perspectiva semelhante, André Singer também afirma que Lula realmente não atuou da forma desejada por algumas camadas que esperavam um reformismo forte²⁹ por parte do governo, e alega que, no primeiro mandato, por exemplo, houve

²⁹ O autor contrapõe governos com iniciativa revolucionária ou radical, que buscariam promover profundas transformações sociais de forma rápida aos governos com perspectivas de atuação reformista. No campo dos reformistas haveria os reformistas fortes, que provocariam “rápida contração do fosso social, mesmo ao preço de confronto político” (como o espírito de fundação do PT dos anos 1980) (SINGER, 2012, p.186); e os reformistas fracos, que seriam aqueles que evitariam confrontos e promoveriam mudanças muito lentas, por se pautarem na promoção da paz necessária

a troca do “imposto sobre fortunas..., pelo crédito consignado” (SINGER, 2012, p. 190).

Já em 2006, último ano do primeiro mandato, Lula ainda recebia críticas quanto às suas ações no campo da política, que em muitos aspectos continuariam se assemelhando às de Fernando Henrique Cardoso. Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes, também afirmam um caráter neoliberal seguido por Lula:

O governo Lula não só deu prosseguimento à política econômica de Fernando Henrique Cardoso, como a aprofundou. Exemplo disso é o fato de o aumento do superávit primário ter sido fruto da sua exclusiva iniciativa, sem que para isso o FMI tenha participado. (MARQUES, MENDES, 2006, p. 62).

Marques e Mendes, assim como Boito Jr., esperavam mais das políticas de governo de Lula, e alegavam que “a eleição de Lula não significou nenhum golpe ao imperialismo. Também não significou a ascensão das forças populares ao poder” (MARQUES, MENDES, 2006, p. 63). Para ambos,

ao longo de seus 26 meses de governo [o que viram] foi exatamente o contrário: no lugar de ameaçar ou questionar os interesses do grande capital, em especial do financeiro, tratou de sinalizar que se constituía guardião desses interesses, elevando o superávit primário e promovendo a reforma da previdência.

E, mais ainda, para Marques e Mendes “nenhuma política foi implementada no sentido de alterar as relações de poder, de riqueza e de propriedade existentes no país” (2006, p. 63). Os autores afirmam que, com a ascensão de Lula ao governo, um “novo populismo” se iniciou no Brasil.

Tais práticas, supostamente populistas, manteriam Lula no governo, pois construiriam uma base de sustentação política confiável a partir da população pobre, sem experiência organizativa (MARQUES; MENDES, 2006, p. 70). Para os autores, a base de conquista desse grupo seriam as ações afirmativas, que estabeleceriam vínculos com a população beneficiada, e “programas desse tipo [como o Programa Bolsa Família - PBF], de caráter assistencial e por isso compensatório, fazem parte de qualquer agenda neoliberal, a começar pela do Banco Mundial” (MARQUES; MENDES, 2006, p. 72).

para que não houvesse radicalização nenhuma. Entre as categorias de Singer, o PT sempre teria se pautado em reformismo, mas o que esteve presente nos teóricos da fundação do partido seria um reformismo forte, disposto a gerar conflitos para alterar o fosso social, e o da presidência da República como reformismo fraco, que pretendeu mudanças, mas sem gerar nenhum tipo de conflito, por isso transições lentíssimas, que tiveram dificuldade em atingir a base da sociedade.

No campo da educação superior, o incômodo com as práticas governamentais de Lula não foi diferente. Já em abril de 2004, Nicholas Davies afirmava que as medidas tomadas para o financiamento da educação não diferiam das de FHC, assim como na economia. Davies pontua a “busca ou a intensificação de parcerias com o setor privado em todas as áreas, inclusive na educacional, como a renúncia fiscal e a proposta de fim da gratuidade do ensino superior público” (DAVIES, 2004, p. 246).

Já em 2003, no primeiro semestre de governo, o então Ministro da Educação Cristovam Buarque propôs a cobrança dos ex-alunos de instituições públicas com remuneração acima de um piso após a conclusão do curso. Não seria uma proposta nova, nem seria a última nesse sentido; porém uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 217³⁰) chegou a ser encaminhada pela deputada federal pelo PT do Paraná, Selma Schöns, o que pressupôs um segmento político neoliberal por parte do governo federal de Lula para driblar a insuficiência global de recursos³¹.

Já quanto às parcerias voltadas para o setor privado, é importante frisar trecho do programa de governo de 2002, Coligação Lula Presidente – Um Brasil para Todos que critica a gestão de FHC no que se refere à educação superior:

As características da atual política educacional são a descentralização executiva, o controle centralizado e a *privatização do atendimento, principalmente no nível superior*, e a insuficiência global de recursos [grifo nosso] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b, p. 45).

A crítica, de fato, nos parece coerente. O programa de governo de FHC tinha políticas públicas, que segundo Traina-Chacon e Calderón (2015, p. 85) se estruturavam em três eixos: “privatização, descentralização e focalização”, e por isso, a educação superior nesse governo “foi considerada como ‘sujeita à privatização’, pois se entendia que a iniciativa privada poderia realizá-la com muito maior eficiência e eficácia”. Em termos numéricos, no governo FHC, ocorreu uma expansão de 83,1% nas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que o número de instituições privadas teve 110,8% de expansão. Mesmo que as federais tenham

³⁰ A PEC 217/2003 tem como ementa: “Altera o caput e acrescenta três parágrafos ao art. 212 da Constituição Federal, para ampliar as fontes de financiamento da educação superior por meio do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (Fundes) e da contribuição social para a educação superior (CES).” In: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=148603>. Acesso em: jul. 2016.

³¹ Observar adiante o trecho do Programa Um Brasil para Todos.

aumentado também, em 28,1%, pode-se observar que foi em escala bem menor (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 87).

Com isso, naquele período a quantidade de matrículas no ensino superior praticamente dobrou segundo os autores, obtendo crescimento de 97,8%. Porém, como era de se esperar analisando os números acima, houve a predominância das matrículas nas instituições privadas, “conferindo ao Brasil o maior índice de privatização entre os países da América Latina e um dos cinco mais altos do mundo” (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 87). Assim, por tais motivos é que Gomes e Moraes assinalam que, a partir de 1995 as taxas anuais de crescimento do sistema se ampliaram e, entre 1995 e 2002³² (portanto, durante o governo de FHC), é possível verificar uma forte expansão das IES, com aumento no número de matriculados, impulsionada por políticas e iniciativas direcionadas pelo Governo Federal. Ambos sustentam que a expansão da educação superior

foi realizada mediante financiamento privado, doméstico, com a participação ativa do ‘consumidor de serviços educacionais’, numa clara definição da educação superior como mercadoria, o que cristaliza a marca da política liberal-conservadora deste governo, com a tentativa de apagamento, na memória discursiva da população, da ideia de educação como direito (GOMES, MORAES, p. 9).

Segundo Silvana de Abreu (2016, p. 4), no Brasil houve um incentivo à privatização do ensino superior que se intensificou nos anos 1990, no decorrer dos governos Collor e FHC, quando as “propostas vinculadas ao acirramento da concentração do capital e domínio do mercado sob comando de poucas firmas impuseram o Estado mínimo (Consenso de Washington)”. Para a autora, o estímulo às privatizações foi grande, pois, a julgar pelos dados observados no Censo de 2000, de cada dez Instituições de Ensino Superior do país, oito eram privadas e duas eram públicas (considerando os âmbitos Federal, Estadual e Municipal).

Para Santos (2011, p. 8), o processo de privatizações que ocorreu no Brasil durante o citado período esteve relacionado também ao

processo expansionista de industrialização, quase totalmente assente no endividamento externo, entre 1968 e 1979, [e que] conduziu, sobretudo depois de 1975, a uma profunda crise financeira cujos efeitos se tornaram particularmente graves a partir de 1981-1983 e que se prolonga até hoje.

³² Conferir a seguir as classificações de Martin Trow: sistema de elite, de massas e universal da educação superior. O Brasil teria alçado da categoria de elite para sistema de massas em 2002.

Tal crise financeira do Estado brasileiro teria repercutido de forma brutal na universidade pública, e teria gerado uma “secagem financeira e descapitalização das universidades públicas” (SANTOS, 2011, p. 8), algo que culminou em uma abertura para o setor privado e no início de um emergente mercado de serviços universitários. Isso se deu, segundo o autor, especialmente devido à influência de dois contextos políticos que caracterizaram nosso país nas últimas décadas: por um lado, o governo ditatorial da segunda metade do século XX, período em que se teria reduzido a autonomia universitária e buscado projetos modernizadores e autoritários para as instituições de ensino superior (mesmo que não se tenha certeza de o quanto a ditadura civil-militar no Brasil tenha afetado a autonomia universitária ou se teria sido uma influência uniforme ao longo dos anos de exceção³³); por outro, a influência do neoliberalismo como modelo global do capitalismo a partir dos anos 1980, que fez com que a universidade pública deixasse de ser uma prioridade nas políticas dos Estados, e que serviu de argumento para afirmar que as suas debilidades institucionais seriam insuperáveis, justificando “a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial”, e pontuando a criação do mercado universitário como alternativa perante uma proposta de reforma das IES públicas (SANTOS, 2011, p. 10).

Por seu turno, tal incentivo à privatização do ensino superior datado dos anos 1990, para autoras como Abreu, culminaria em grande movimento de resistência por meio de greves nas IFES, já que em conjunto com tal estímulo à privatização, as universidades públicas foram pressionadas por meio de políticas de achatamento salarial, descontinuidade de contratação³⁴ e ainda alterações nas regras da previdência social (ABREU, 2016, p. 4). No que se refere à previdência social, Boaventura Santos afirma que, no Brasil dos anos 1990, houve a aceleração da transferência de recursos humanos da universidade pública para instituições privadas por intermédio da ação do Estado, a partir de um “sistema privilegiado de aposentadorias do sector [sic] público que facultava aos professores universitários aposentar-se precocemente (milhares deles antes de completar 50 anos) e, na sequência, ‘migrar’ para uma universidade privada” (SANTOS, 2011, p. 10). Nesse processo, e considerando o impacto que a crise financeira do Estado (apontada por Santos) teve na universidade, as instituições de ensino superior foram passando por

³³ Conforme pontuado por Santos em nota de rodapé (2011, p. 8).

³⁴ Segundo Abreu, mais de 9000 professores eram substitutos em 2002 (2016, p. 4).

um processo de sucateamento, já que o interesse era expandir, pela política neoliberal dos anos 1980 e 1990, os projetos de infraestrutura e favorecimento de exportações (ABREU, 2016, p. 5).

Para Abreu, o crescimento do ensino superior privado serviu de alavanca para grupos empresariais, que se beneficiaram com os investimentos públicos, e também com o ramo de “cursinhos” (que fomentou a elitização do ensino superior público no Brasil). Esses grupos empresariais, neste sentido, se transformariam em fábricas de diplomas e proporcionariam aos alunos uma formação discutível, sem envolvimento com pesquisa, ensino e extensão, tampouco exigindo do corpo docente maior qualificação. Desta forma, proliferaram os cursos de direito, administração e de formação de professores de ciências e estudos sociais (ABREU, 2016, p. 3). De acordo com Michelotto, Coelho e Zainko (2006) o aumento da oferta de tais cursos ocorreu por exigirem menor investimento em laboratórios e materiais. Assim, o crescimento do Ensino Superior por meio das instituições privadas teria ocorrido às avessas, crescendo na oferta de cursos que, de forma geral, não atendiam às efetivas demandas da sociedade.

Já Perry Anderson argumenta que, apesar da suposta má qualidade do ensino, a esperança de melhoria fez com que a ampliação do Ensino Superior privado (a partir de isenção fiscal) fosse um sucesso popular no governo FHC³⁵ e, por isso, nos anos 1990, o tal etapa no Brasil deixasse cada vez mais de ser uma função pública, “com três quartos de todos os estudantes indo para universidades privadas que desfrutavam de isenção fiscal”. Segundo o autor,

astutamente, essas instituições foram obrigadas, em troca da isenção, a oferecer vagas para estudantes de famílias pobres ou não brancas que de outra maneira nunca teriam chance de ir além do ensino médio, mas que puderam contar com essas bolsas para ingressar no ensino superior (ANDERSON, 2011, p. 29, 30).

Os autores Traina-Chacon e Calderón apresentam os seguintes dados, compilados por Sguissardi:

Em 1994, das 851 IES, 192 (22,5%) eram públicas e 659 (77,5%) eram privadas. Em 2002, das 1637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1442 (88,1%) eram privadas. Nesse período de oito anos, as IES privadas passaram de 77,5% para 88,1% (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 87).

³⁵ E também no governo Lula, acrescente-se.

Com a análise dos dados numéricos, fica evidente o tamanho do processo de privatização da oferta no âmbito do Ensino Superior no governo de FHC. O governo de Lula manteve a política privatizadora dos anos 1990, porém se diferenciou do que criticou em 2002 no que se refere à quantidade do investimento financeiro para o Ensino Superior no Brasil. Davies (p. 250) afirmava em 2004 que

as escolas privadas continuam sendo beneficiadas com uma série de isenções fiscais (para todas que se definam como sem fins lucrativos) e previdenciárias (só para as declaradas filantrópicas), de incentivos dados pelo governo federal e por governos estaduais.

O autor ainda apresentava a perspectiva de um programa “de verniz democratizante” chamado “Universidade para Todos” (o ProUni, efetivado em 2005, pela Lei n. 11.096) que à época era uma ideia “de renúncia fiscal pelo governo em troca de vagas ociosas em instituições privadas, reservadas [...] a estudantes e professores da rede pública e beneficiários da política de cotas e portadores de necessidades especiais” (DAVIES, 2004, p. 250). Davies afirmou que Tarso Genro, segundo ministro da educação da era Lula, teria apontado que esse financiamento de vagas privadas seria algo positivo, pois as IES privadas resolveriam o problema das vagas ociosas, ao passo que seria mais barato para o governo adquirir tais vagas do que abrir novas e, finalmente, que estas seriam abertas imediatamente, diferente do ritmo de criação de cursos nas públicas (2004, p. 250, 251). Assim, constata-se que houve uma escolha no início do governo Lula: aprofundar a expansão por meio das vagas do Ensino Superior Privado em vez do Público. Mesmo com as justificativas de Tarso Genro pontuadas acima, o programa partiu do princípio do financiamento público indireto de vagas no Ensino Superior privado, ou seja, o governo criou condições de sustentação financeira dos estabelecimentos privados por meio da isenção fiscal.

O segundo ponto a ser colocado perante o argumento de Tarso Genro é se realmente tais vagas seriam ociosas. Sabe-se que houve a expansão desenfreada do Ensino Superior privado no governo FHC, e que mediante isso, um grande número delas não foi preenchida nos estabelecimentos universitários. Porém, segundo Wilson Almeida (2010, p. 4) “a maioria das vagas não preenchidas serve como reserva estratégica para as instituições privadas, não havendo recursos de infraestrutura e professores esperando para atender aos estudantes”. Se assim o foi, as vagas não seriam imediatamente abertas, já que não haveria professores e

estrutura física imediata para receber tais alunos. E ainda há de se questionar se a isenção fiscal concedida aos estabelecimentos de ensino Superior privado é efetivamente mais barata que a manutenção, criação ou expansão das universidades via setor público.

Para Almeida, em entrevista à Carta Capital em 19 de dezembro de 2014 (PELLEGRINI, 2014), o modelo de universidades que recebe isenção fiscal via ProUni constituiria um “ensino privado lucrativo”, ou seja, tratar-se-ia “de um setor voltado para extrair lucros com a venda de serviços educacionais em nível superior, tocado por empresários e suas mantenedoras”. Para o autor, seria um sistema altamente lucrativo para os empresários envolvidos, como demonstraria o exemplo da Universidade Estácio de Sá:

Caso emblemático foi a adesão da Universidade Estácio de Sá ao ProUni. Na época, ela era a maior privada do País, com mais de 100 mil alunos, e mudou seu estatuto de filantrópica para entidade com fins lucrativos. Com isso, obteve uma série de privilégios e benefícios: isenção de impostos, redução da concessão de bolsas de estudo gratuitas, não precisou pagar de forma retroativa alguns tributos devidos, além de ter alargado o tempo para pagar a cota patronal do INSS.

Ao retirar a carga de impostos, o ProUni contribui para o lucro das universidades. É como se uma empresa que vende um produto não precisasse pagar o governo ou se do salário bruto do trabalhador não precisasse extrair o imposto de renda (PELLEGRINI, 2014).

Assim, grandes conglomerados universitários foram criados, acumulando lucros por meio das mensalidades pagas pelos alunos regulares e ainda pelas isenções fiscais promovidas pelo governo federal para acabar com as supostas “vagas ociosas”. Ou seja, há ainda muito a ser questionado quanto às justificativas de Tarso Genro sobre a exaltação do ProUni, carro-chefe do governo Lula no que se refere ao Ensino Superior. Em suma, segundo os autores consultados, até 2005 não é possível observar nada de muito diferente praticado pelo governo Lula (em comparação ao de FHC) no que se refere ao Ensino Superior, mesmo já com a existência de alguma sinalização por parte do governo federal sobre o interesse em ampliar o número de IFES públicas no país³⁶.

Com a regularização do ProUni, o governo Lula se apropriou e aprofundou a agenda de FHC no que se refere ao Ensino Superior Privado. Algo bem diferente do anunciado em sua proposta de governo de 2002 que pretendia promover a

³⁶ Como o caso da UFFS, já mencionado, e que observaremos melhor no capítulo 2.

emancipação dos jovens e seu ingresso no mercado de trabalho por meio da recuperação da rede pública de Ensino Superior no Brasil. Por isso, já em 2004, Lula sofreu críticas por, alega-se, prosseguir com as práticas consideradas neoliberais também no meio educacional:

Ao contrário do slogan vazio e populista 'Universidade para todos', essa medida não se destina a todos, sendo típica da perspectiva neoliberal de focalização dos gastos públicos em grupos supostamente mais carentes, e não em sua universalização. Também é neoliberal ao reduzir a educação e os serviços públicos apenas ao seu aspecto econômico e, pior, economicista, transferindo-a para o setor privado. Também é neoliberal por omitir o papel do Estado na oferta direta de educação (DAVIES, 2004, p. 251, 252).

Porém, a proposta para a educação Superior do Programa de Governo de 2002 – Coligação Lula Presidente, denominada “Nova Política Educacional” considerava como “tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b, p. 46). Pela análise do trecho se considera que a proposta do governo era, além de ampliar as vagas no meio público, ampliar o crédito educativo no setor privado. E, como mencionado, isso foi feito por meio do ProUni, um programa dirigido aos estudantes egressos da rede pública de ensino, ou bolsistas integrais da rede particular, com renda *per capita* familiar de até três salários mínimos (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 91).

Ainda em 2004, ano de criação do ProUni, o total de matriculados em IES privadas era de 2.985.405, sem bolsistas. Em 2010, fim do governo Lula, esse número passou para 3.987.424, com 473.000 bolsistas ProUni: um aumento de 1.002.019 alunos no setor privado, dos quais 47% financiados pelo governo federal (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p.92). Até esse ponto, ambos os governos, Lula e FHC, não diferem muito um do outro no que se refere ao Ensino Superior. Porém, Anderson pontua uma sutil diferença nos dois governos. Para ele, o governo Lula diverge no que se refere ao ensino superior no que tange à quantidade de gastos voltados à educação: “desde 2005, os gastos do governo com a educação triplicaram, e o número de estudantes universitários dobrou” (ANDERSON, 2011, p. 29).

Mesmo com o aumento nos investimentos, a proposta de financiamento estudantil que, após a aplicação, alcançou tamanhos resultados mencionados

acima, pode ser observada já na proposta de governo de Lula em 2002, que afirmava que:

Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. *Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado* [grifo nosso] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Programa de governo – 2002, 2002b, p. 46).

A princípio o que se pode observar pelo trecho acima é que mesmo sendo fruto de uma política neoliberal, a pauta já estava colocada antes da eleição e visava “melhorar” o sistema de crédito educativo. Portanto, aquilo que diversos autores concluem do primeiro mandato de Lula é que tanto as políticas voltadas para a educação quanto aquelas para a economia foram consideradas conservadoras e de cunho neoliberal, não se diferenciando muito das críticas que o PT tanto fazia à era FHC.

Na economia, segundo Singer (2012), o conservadorismo do primeiro governo Lula, em linhas gerais, pôde se verificar nos seguintes pontos: em 2003, houve um aumento da taxa de juros de 25% para 26,5% pelo Banco Central; o poder de compra do salário mínimo foi congelado entre 2003 e 2004; ocorreu ainda uma reforma conservadora da Previdência Social, que fez com que o partido perdesse muitos adeptos, como os então deputados federais Luciana Genro, Robaina e João Batista; o índice de crescimento do PIB brasileiro caiu de 2,7%³⁷ para 1,3%³⁸; houve, por fim, aumento nos índices de desemprego e diminuição da renda média do trabalhador (queda de 12,3%).

A conclusão que se tira de um primeiro mandato presidencial do PT com tais resultados é a da manutenção de uma sociedade ainda desigual, com redução do poder de compra dos estratos menos favorecidos. Questionamos-nos, a partir daqui, se este governo Lula seria um governo neoliberal nos moldes do antecessor.

³⁷ No último período do mandato de FHC.

³⁸ No primeiro período do mandato de Lula.

1.3 O SEGUNDO MANDATO DE LULA: O REUNI E AS EXPANSÃO DAS IFES

Expandir a universidade, além de promover medidas que permitam o acesso a todos são atos que podem influenciar na redução das desigualdades sociais de um país. Proveniente do aumento de investimento federal no Ensino Superior citado por Anderson, uma série de novos programas para a expansão do acesso ao Ensino Superior tomaram forma no governo Lula (em especial no segundo mandato) e chamam a atenção por proporcionarem a expansão da rede pública de Ensino Superior no Brasil: entre os principais deles estão a consolidação do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, criado em 2001), o ProUni (Programa Universidade para Todos de 2004/2005), e o Reuni (Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, de 2007).

Segundo Abreu (2016, p. 5), o governo FHC encolheu o orçamento do tesouro nacional voltado às IFES de 20 bilhões em 1994, para 14 bilhões, em 2003. Já Lula teria ampliado o orçamento: em 2004 e 2005 o valor seria de 16 bilhões; em 2006 de 19,5 bilhões; 2007 de 20 bilhões; 2008 de 21 bilhões; em 2009 ampliado para 25,5 bilhões; 2010 para 28,2 bilhões (ABREU, 2016, p. 7).

Se observarmos atentamente os dados compilados por Abreu, os maiores investimentos financeiros realizados nas IFES ocorreram a partir do segundo governo Lula. Durante o primeiro mandato, aumentou-se o investimento que havia sido reduzido sob FHC, passando dos citados 14 para 16 bilhões. Em 2006, ampliou-se o valor para 19,5 milhões. Em seguida, a guinada em valores pode ser observada a partir de 2009, quando a cifra foi calculada em torno de 25,5 bilhões de reais. No contexto do segundo mandato, o governo Lula, tendo à frente do MEC Fernando Haddad, lançou o REUNI (2007), parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo era ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com foco voltado à expansão do ensino superior público. Assim, preconizava-se a criação de

[...] condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 10).

Nesse sentido, as ações seriam direcionadas a aumentar o número de vagas no Ensino Superior, a ampliar a oferta de cursos noturnos, à promoção de inovações tecnológicas e ainda a promover o combate à evasão (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 89). Nessa conjuntura, verifica-se que o número de matrículas nas IES federais em 2003 era de 567.101, ao passo que em 2006 era de 589.821: um aumento de 4% de matrículas no primeiro mandato. Com o REUNI, o número de matrículas no fim do segundo mandato (2010) atingiu o número de 833.934, o que significou um aumento de 41,4% (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 90).

Segundo Abreu, o número de matrículas efetivadas na graduação presencial em 2002 foi de 500.459, passando para 932.263 em 2014, ao final do primeiro governo Dilma Rousseff³⁹. Já o número de vagas na graduação presencial também se ampliou ao longo desse período: de 113.263 em 2002 para 245.983 em 2014. Assim, a proposta de ampliar as vagas no setor público se concretizou, embora não tão arrasadoramente como o crescimento no setor privado, que continuou a constituir a maioria das IES do Brasil. Com o REUNI, o número de municípios atendidos pelas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) aumentou de 114 em 2003, para 237, no fim de 2011 (TRAINA-CHACON, CALDERÓN, 2015, p. 90).

Esta ampliação de municípios pode ser explicada pelo crescimento de Universidades Federais e de *campi* realizado no período de 2002 a 2014, demonstrado por Silvana de Abreu na tabela abaixo:

Tabela 1. Panorama da expansão universitária

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Câmpus	148	321
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867

Fonte: CENSO/2013-Inep *apud* ABREU, 2016, p. 6.

³⁹ Abreu, em sua fala, não traz diferenciação concreta entre os governos Lula e Dilma. Ela apresenta os dados de uma ponta a outra (2003-2014), como se os dois governos fossem fruto de uma mesma política governamental, ou uma continuidade entre si. A autora parte de uma perspectiva que considera o governo federal sob o Partido dos Trabalhadores em seu conjunto.

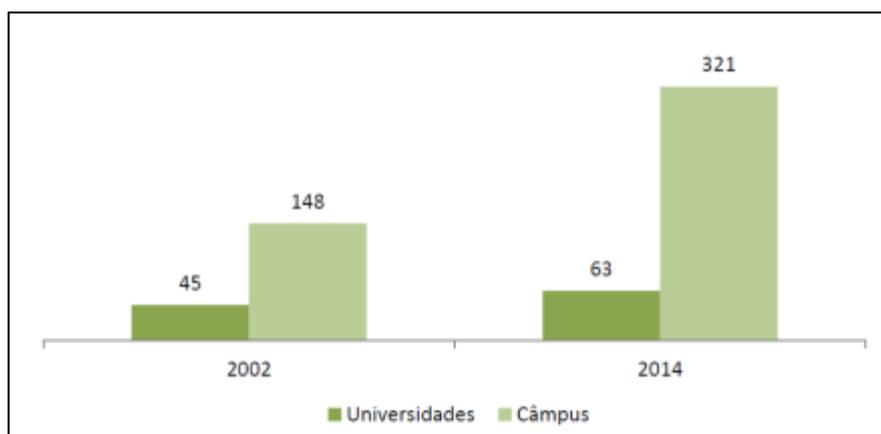


Figura 1. Gráfico de Expansão das universidades federais e campi.

Fonte: SIMEC/MEC apud ABREU, 2016, p. 6.

Como podemos observar, não houve apenas a ampliação do número de universidades federais no Brasil entre 2002 e 2014 (de 45 para 63), como houve o aumento do número de *campi* (de 148 para 321) e, principalmente, do número de cursos de graduação presencial, que passou de 2.047 para 4.867. Tal panorama pode ser quantificado por meio de gráfico disponibilizado por Abreu, que retrata o crescimento no número de cursos de graduação presencial nas universidades federais:

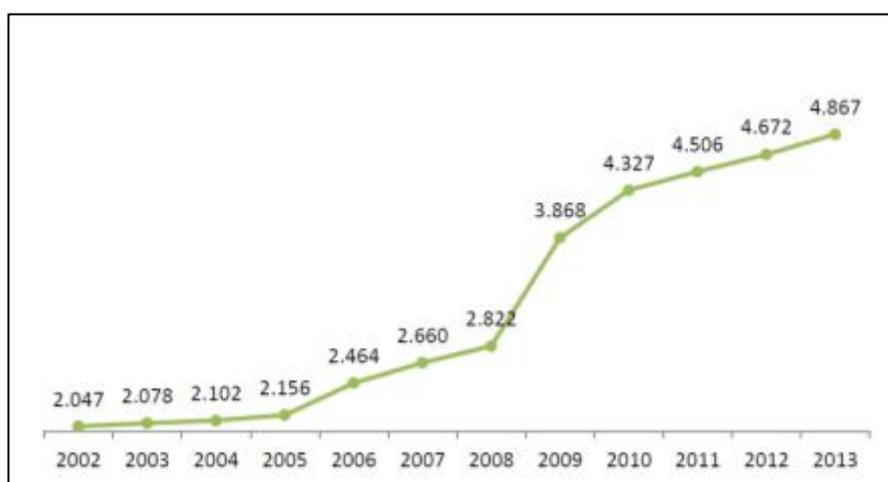


Figura 2. Gráfico de crescimento do número de cursos na graduação presencial nas universidades federais

Fonte: CENSO/INEP apud ABREU, 2016, p. 8.

Analisando o aumento de cursos na graduação presencial apresentado na Figura 2 em comparação com o investimento de verbas feito pelo governo Lula

mencionado acima, observamos que, quando houve o pico de aumento de investimento por parte do governo entre 2008 (21 bilhões) e 2009 (25,5 bilhões), se nota grande aumento no número de cursos disponibilizados, de 2.822 para 3.868, maior ampliação apresentada de um ano para outro. É também o ano em que há maior crescimento no número de vagas e matrículas na graduação presencial nas universidades federais:

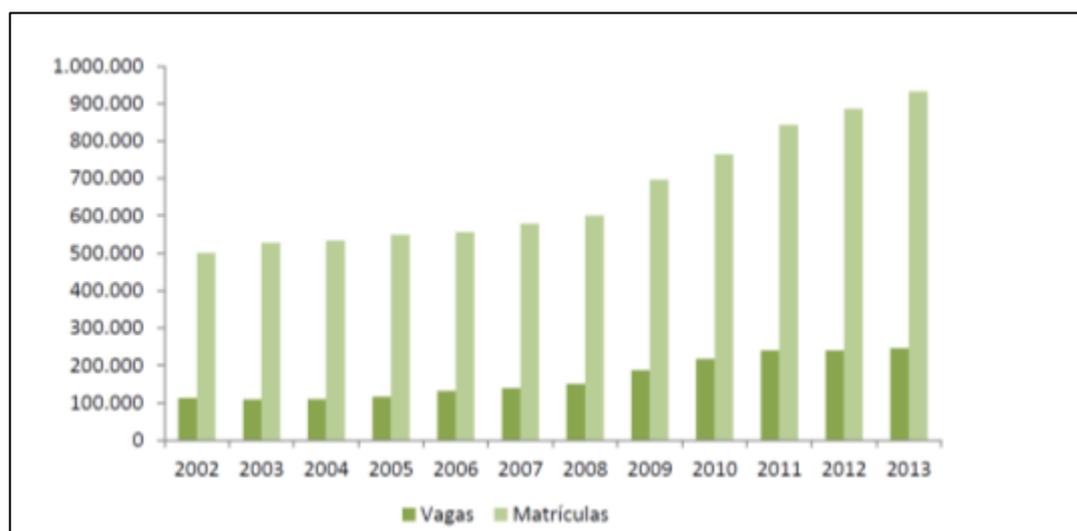


Figura 3. Crescimento no número de vagas e matrículas na graduação presencial nas universidades federais.

Fonte: CENSO/INEP Apud ABREU, 2016, p. 9.

Até o ano de 2007, as matrículas foram ampliadas gradualmente, não ultrapassando a faixa de 100 mil anuais. Já de 2008 para 2009 observamos que o aumento atingiu, e até ultrapassou a marca de 100 mil e seguiu em crescente até 2013. Para a quantidade de vagas, notamos referência semelhante, que é estancada entre os anos de 2011 a 2013, já no governo Dilma Rousseff. Diante deste cenário, Traina-Chacón e Calderón defendem a perspectiva de que as políticas de Lula ao fim do segundo mandato se diferenciam em muito das de FHC, pois “as matrículas em instituições públicas federais tiveram um percentual de crescimento maior que as IES privadas. Enquanto o crescimento do número de matrículas em IES federais teve um aumento de 47,1%, nas IES privadas o aumento foi de 45%” (TRAINA-CHACÓN, CALDERÓN, 2015, p. 93).

Consideramos que o importante a se pensar em relação a tais números diz respeito à taxa de crescimento das instituições públicas que, pela primeira vez,

alcançaram um percentual maior que o das privadas. Mesmo que o número absoluto das matrículas tenha sido menor nas públicas, nota-se um aumento do investimento nas primeiras, em detrimento das segundas. Assim, pode-se dizer que uma diferença entre os governos Lula (ao fim do segundo mandato) e FHC seria a de que, além do aumento de investimento financeiro por parte do governo Lula a partir de 2005, houve ampliação das vagas e campi também via setor público. Até 2010, foram criadas 14 novas universidades federais pelo governo Lula (PEREIRA, SILVA, 2010, p. 21). Tal fator, em conjunto com as propostas de ações afirmativas de cotas com sistema de ingresso diferenciado (pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), contribuiu para a ampliação do acesso ao ensino superior público no Brasil, em especial por parte dos grupos historicamente excluídos da universidade, como negros, indígenas e portadores de necessidades especiais. Poderíamos pensar que este foi o início de um processo, de fato ainda bastante embrionário, de democratização do acesso à universidade.

Para Peroza, Santos e Menna-Barreto (2011, p. 46) a democratização do Ensino Superior no Brasil “suporia o ingresso expressivo de grupos sociais historicamente afastados e distantes de uma carreira” universitária⁴⁰. Para Santos (2011, p. 75), quando se fala em democratização da universidade, “tem-se normalmente em mente a questão do acesso e o fim das discriminações que o limitam”. O autor diferencia, porém, a democratização externa da democratização interna na universidade. A última estaria relacionada ao corpo docente e seria fundamental para barrar os riscos de sua proletarização quando da “funcionalização da universidade ao serviço do capital” (SANTOS, 2011, p. 77) que limitaria a liberdade acadêmica de atuar em pesquisas e projetos científicos.

A democratização externa se refere ao ponto acerca do qual já comentamos, e que se trata do acesso e permanência do aluno na universidade. É a que cria um vínculo político entre universidade e sociedade, e que confunde-se com a responsabilização social da primeira. Para Santos, a democratização externa viria da reivindicação de dois grupos contraditórios (os que usam do seu déficit democrático externo para justificar a ampliação do setor privado; e os grupos historicamente

⁴⁰ No caso, os autores avaliam o processo de expansão da Universidade de São Paulo, com a abertura de um campus na Zona Leste da capital paulista, conhecido como USP-Leste.

excluídos da universidade⁴¹) e seria a que poria “fim ao isolamento da universidade que nos últimos anos se tornou anátema, considerando[-se] manifestação de elitismo, de corporativismo, de encerramento na torre de marfim, etc.” (SANTOS, 2011, p. 75, 76). Ou seja, conclui-se que democratizar o Ensino Superior significa tanto ampliar o acesso a este nível escolar como oportunizá-lo para parcelas da população historicamente excluídas dessa etapa da educação no país. Se a democratização externa é suficiente para por fim ao isolamento da universidade perante a sociedade ou para fazer com que ela deixe de ser manifestação de elitismo não podemos afirmar neste momento, pois discorreremos mais sobre no último capítulo. Porém, é sobre a democratização do Ensino Superior que o governo Lula afirmava se nortear com vistas ao fortalecimento de uma série de programas de redução de desigualdade social no Brasil. E, afinal, como já pontuado, “a universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país” (SANTOS, 2011, p. 87).

1.3.1 O início da democratização do Ensino Superior no Brasil?

A partir do ano de 2002, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, se considera que o sistema brasileiro de Ensino Superior atinge a fase “de sistema de massas”, tendo saído de um “sistema de elite”. Estes conceitos são apresentados por Martin Trow (2005), para quem a transformação histórica dos sistemas de ensino superior segue três fases: sistema de elite, sistema de massa e sistema de acesso universal. Para esse autor, o sistema de elite atende até 15% do grupo de jovens de 18 a 24 anos de um país, e se constitui como um “privilégio social associado aos mecanismos meritocráticos provenientes da escolarização básica e fruto da seleção social” (GOMES; MORAES, 2012, p. 174). Além disso, contribuiria para a manutenção de uma “rígida tradição acadêmica”, “modelando o caráter e a mente da classe dominante”⁴². Já no “sistema de massa”, a população de estudantes não é mais plenamente composta de membros advindos da elite. Nesse sentido, o acesso ao Ensino Superior deixa de ser privilégio e passa a ser um direito de alguns com “certas qualificações”, já que a parcela de jovens de 18 a 24 anos matriculados nas

⁴¹ Que podemos considerar, conforme veremos no próximo capítulo, um dos responsáveis pela existência da UFFS.

⁴² “*shaping the mind and character of a ruling class*” (TROW, 2005, p.1). Tradução por Fernanda Nichterwitz.

IES tem de se situar em um percentual de 15 a 50% da população nacional daquela faixa etária. Por fim, no sistema universal o número de matrículas deve ser superior a 50% da população estudantil da faixa etária referente, conforme citado acima.

De acordo com Gomes e Moraes, em 2002, no Brasil, é possível encontrar “um número de matrículas correspondente a 15,06% da população de jovens entre 18 a 24 anos, caracterizando, assim, a fase de transição do sistema de elite para um sistema de massa” (GOMES; MORAES, 2012, p. 8). Em 2006, já no Governo Lula, o número de matriculados da faixa etária correspondente atinge a marca dos 19%, crescimento de 4% em 4 anos (GOMES, MORAES, p. 7). Além dos movimentos do governo nesse sentido, já pontuados acima (como o ProUni de 2005), o Reuni (de 2007) pode ser considerado o principal deles para a presente dissertação, por ter o objetivo da ampliação do acesso e permanência dos alunos no Ensino Superior, mediante “melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais”⁴³ (MEC, 2007, p. 10), e assim, por estimular a criação de novas universidades federais, como a UFFS, que configura nosso objeto de pesquisa.

Como supracitado, pretende-se trabalhar com as classificações de Trow (sistema de elite, massa e universal) para se pensar o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Porém, esta classificação é pontuada, como mencionado anteriormente, no número de matriculados nas IES, e não em sua permanência ou conclusão do curso. Assim se torna importante averiguar alguns aspectos referentes ao tema da democratização do acesso ao Ensino Superior no país (para Santos, a democratização externa da universidade). Segundo Pereira (2015, p. 2-3), dados preliminares do Censo da Educação Superior no Brasil indicaram que, em 2011, “continua o crescimento no número de matrículas na graduação, inclusive na rede pública”; porém, mesmo com o aumento, para o autor ainda é relativamente pequeno o número de estudantes do ensino superior matriculados em uma instituição pública federal, número “que corresponde a apenas cerca de 15% do número total de matrículas na graduação brasileira”. Por outro lado, as “instituições privadas têm uma participação de 73,7% no total de matrículas de graduação” (PEREIRA, 2015, p. 2, 3), o que significa que “o ensino superior no Brasil é majoritariamente privado em sua oferta”, o que coincide com as informações

⁴³ Ministério da Educação – MEC. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): diretrizes gerais. Agosto/2007.

prestadas no Diagnóstico da Educação Superior Brasileira, incluso nas Diretrizes do REUNI.

No documento há a informação de que, conforme o Censo da Educação Superior de 2005, o Brasil possuía “176 universidades, das quais 90 eram públicas, sendo 52 do sistema federal, 33 estaduais e 5 municipais. [...] O setor privado compreendia 1934 instituições, dentre elas 86 universidades” (MEC, 2007, p. 6). No que se refere às matrículas, o documento REUNI confirma que 1.192.189 matrículas de graduação foram realizadas no setor público e 3.260.967 no setor privado. E a conclusão do Ministério da Educação sobre isso é a de que, portanto, a “maior oferta de vagas na graduação ocorra no setor privado” (MEC, 2007, p. 6, 7).

De fato, o volume de matrículas na graduação no setor privado é quase três vezes maior que o volume no setor público, levando o Ministério da Educação a concluir, um pouco tardiamente, que há a necessidade de ampliação do setor público de Ensino Superior já que o setor privado demonstra sinais de esgotamento:

A expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento, principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o alto custo da educação superior. Desta forma, a ampliação das vagas na educação superior pública torna-se imperativa para o atendimento da grande demanda de acesso à educação (MEC, 2007, p. 7).

Além de caro, e reagente às demandas profissionais de mercado, o ensino superior privado, para Anderson, “apresenta uma má qualidade de ensino – muitas vezes sofrível⁴⁴” (ANDERSON, 2011, p. 30), o que faz com que “os alunos e os estudantes de famílias pobres [...], no final de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com grandes sacrifícios, [tenham] nada mais do que um diploma muito desvalorizado⁴⁵” (BOURDIEU, CHAMPAGNE, 2008, p. 483). Assim, a tentativa de ascender socialmente, por meio de uma profissão liberal que exige formação em nível superior, faz com que muitos jovens acabem caindo na teia pontuada pelo documento do MEC: endividamento, saturação profissional e, ainda como Bourdieu e Champagne afirmam, com um diploma desvalorizado.

Essa busca pelo Ensino Superior, ou por “uma espécie de terra prometida” (BOURDIEU, CHAMPAGNE, 2008, p. 483) de ascensão social pela formação na

⁴⁴ E aqui, não podemos afirmar que o mesmo não ocorra nas universidades públicas.

⁴⁵ A análise feita pelos autores sobre a realidade francesa pode, em alguma medida, auxiliar a compreensão da realidade brasileira.

profissão liberal em vez da técnica, que leva os jovens ao setor privado, pode estar relacionada ao passado brasileiro, em que o ensino superior público “esteve reservado a uma pequena parcela da população,..., e pelo alto grau de seletividade em seu acesso” (PEREIRA, 2015, p. 4). Ainda de acordo com Pereira, a universidade, principalmente a pública, é algo ainda distante da comunidade: há “a desinformação, o desconhecimento e o sentimento de que ‘isso não é para mim’.” (PEREIRA, 2015, p. 06). Pierre Bourdieu e Patrick Champagne, ao abordarem o tema das instituições escolares na França, também concluem que

a seleção, baseada na ordem social, era em geral aceita pelas crianças que a padeciam, e pelas famílias, já que parecia fundada unicamente sobre os dons e os méritos dos escolhidos: aqueles que a Escola não queria acabavam convencendo-se (graças à própria Escola) que não queriam a Escola (BOURDIEU, CHAMPAGNE, 2008, p. 481).

Para Bourdieu e Champagne, isso ocorreria, pois

a hierarquia das ordens de ensino [...], mantinha uma relação direta de homologia com a hierarquia social; e isso contribuía bastante para convencer aqueles que não se sentiam feitos para a Escola, de que eles não eram feitos para as posições às quais a Escola dá (ou não) acesso (BOURDIEU, CHAMPAGNE, op. cit., p. 481).

Mesmo que falando inicialmente sobre as instituições francesas de ensino primário e secundário, os autores pontuam no texto que tais situações se reproduzem também no ensino universitário (BOURDIEU, CHAMPAGNE, op. cit., p. 483). Pode-se argumentar que esse sentimento de “não é para mim” aconteceria, em especial, nos casos em que a universidade foi instalada em uma região em que “a vida é normalmente mais lenta, precária, instável, difícil, e submetida à escassez de recursos e de condições” (TREVISOL, 2014, p. 5), ou seja, nas zonas mais distantes dos centros urbanos. No caso do Brasil, essa seria a situação de algumas das regiões do Oeste continental, e podemos pensar que Realeza se inclui nesse quadro⁴⁶.

Para o município de Realeza (e para alguns dos que possuem *campi* da UFFS), talvez tal situação de precariedade, instabilidade e até mesmo a escassez de recursos (conforme menciona Trevisol) fosse uma realidade; porém, temos de enfatizar neste ponto que, apesar disso, os índices de avaliação de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades em que a UFFS se instalou estão na

⁴⁶ O que será abordado com mais profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

categoria “alto”, ou seja, com notas entre 0,700 até 0,799 pontos, estando Chapecó na 18ª colocação no ranking catarinense de municípios, e Erechim na 23ª posição no Rio Grande do Sul. Podemos observar os IDHs na figura abaixo⁴⁷:

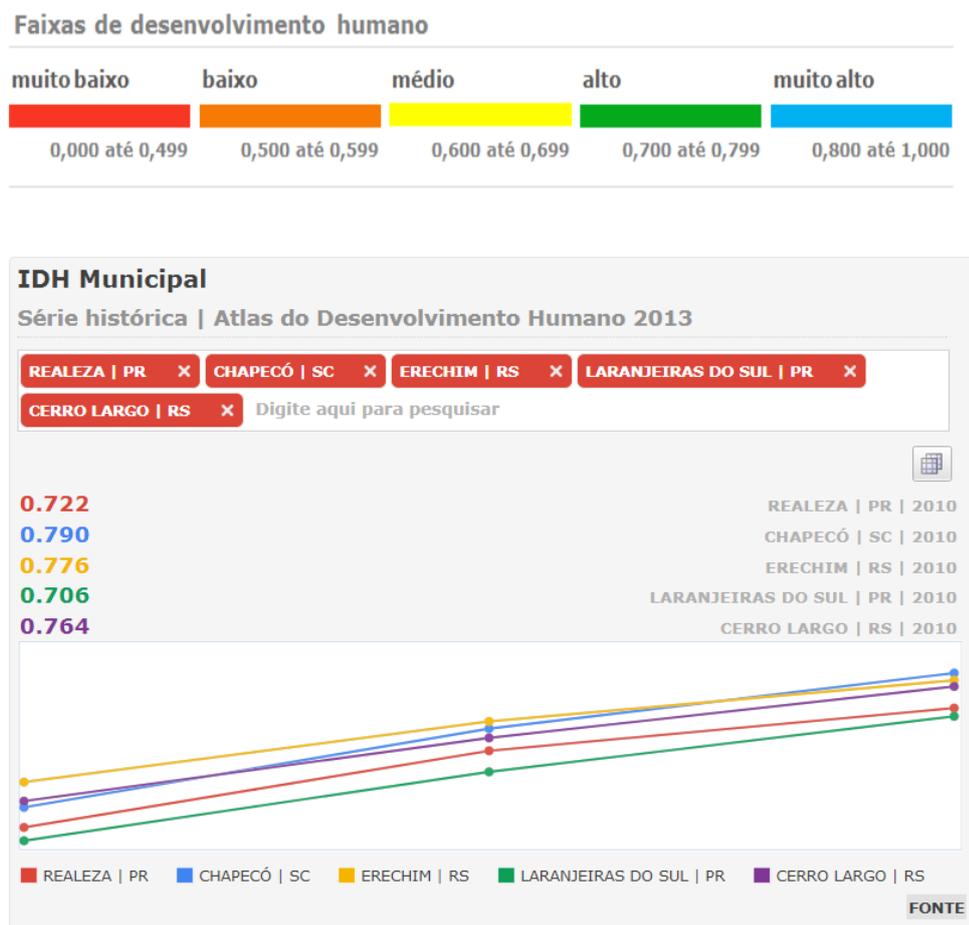


Figura 4. Faixas de desenvolvimento humano.

Fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=realeza/PR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>.

Considerando isto, a proposta do REUNI seria, além de promover algumas mudanças no acesso ao ensino Superior público brasileiro, a de levar a universidade pública a regiões em que ela ainda não havia chegado, ou seja, promover a “expansão da oferta de vagas do ensino superior, [...], *cobertura territorial, inclusão social* [grifo nosso] e formação adequada” (MEC, 2007, p. 9). E levando em conta os

⁴⁷ Não contamos o município gaúcho de Passo Fundo por não ter feito parte da primeira etapa de criação dos *campi* da universidade. Adiante, discutiremos mais sobre o processo de escolha dos municípios em que os *campi* da UFFS seriam instalados e sua relação com o IDH. Para mais informações sobre o assunto, acessar o sítio: <http://www.deepask.com/goes?page=realeza/PR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>

índices acima citados, podemos avaliar que a ideia do REUNI se dirige mais expressivamente à questão da cobertura territorial, já que mesmo com um IDH alto os municípios que hoje abrigam a UFFS não possibilitavam um fácil acesso à universidade pública aos seus munícipes.

Já para a inclusão social, além da “cobertura territorial”, foi promovida uma série de mudanças nos exames de admissão das universidades federais, como a aceitação da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingresso, e ainda a concessão de bônus e cotas para alunos advindos de escola pública, baixa renda e cotas para alunos “pretos, pardos e indígenas”⁴⁸.

Por exemplo, no caso da UFFS, quanto às concessões de bônus, observa-se que a quantidade de vagas para alunos que concluíram integralmente o Ensino Médio em escola pública é proporcional ao resultado do Censo Escolar de 2011 para cada Unidade da Federação do local de oferta de vagas da Instituição, descontando 4 pontos percentuais para os alunos que concluíram parcialmente (pelo menos um ano) o Ensino Médio em escola pública. Das vagas gerais para os alunos de escolas públicas, 50% das vagas são para alunos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*.

Ou seja, é possível afirmar que, durante o governo Lula, algumas medidas estimularam a adoção de novas formas de ingresso ao ensino superior que abarcaram um número maior de alunos provenientes de escolas públicas, mesmo que isso só se estendesse a todas as federais, em lei, em 2012, no governo Dilma Rousseff. No caso da UFFS, em 2010, 11.212 candidatos participaram do processo

⁴⁸ Optamos por manter a terminologia utilizada em edital de seleção da UFFS, que é a mesma do IBGE nos Censos realizados no Brasil. Utilizamos as aspas e ressaltamos a questão devido à série de debates que se colocam quanto à categorização de “raça” delimitada pelo instituto, a saber: “branca”, “parda”, “amarela” e “indígena” e também quanto ao critério de definição, obtido por autodeclaração. O primeiro, e um dos principais, debate diz respeito à tríade “branca-parda-preta” ressaltada pelo órgão a partir da delimitação de opções de “raça” a serem escolhidas na autodeclaração. Para o movimento negro, é questionável a existência da categoria “parda”, intermediária entre “branca” e “negra”, pois sugere a possibilidade “de declaração de uma cor mais clara ou ‘branqueamento’ nas respostas” (ANJOS, 2013, p. 104), o que dificultaria a criação de uma identidade em comum entre os “não brancos”. Outro ponto de debate sobre tal categorização é a sua necessidade, Anjos afirma que ao não se codificar a pergunta sobre a “raça” do indivíduo pode-se obter cerca de 14 categorias raciais diferentes, não necessariamente relacionadas à cor do declarante, o que pode gerar imprecisão no levantamento dos dados. A autora realizou uma análise detalhada sobre os levantamentos estatísticos de “cor e raça”, considerando os debates que os envolvem, e concluiu que estas são resultado de “opções politicamente orientadas” (ANJOS, 2013, p. 114), além de constatar que, em uma pesquisa que prevê autodeclaração, uma categoria que registre a miscigenação é necessária visto que, a partir dos anos 1970, os dados coletados pelo órgão foram utilizados com maior ênfase na formulação de políticas públicas.

seletivo para concorrer a uma das 2.160 vagas de 42 cursos de graduação (PEREIRA, SILVA, 2010, p. 23).

Para Pereira e Silva, só a busca pelas vagas já demonstra a demanda pela oportunidade de ingressar no Ensino Superior na região, o que já justificaria a existência da universidade na Fronteira Sul do Brasil⁴⁹. Dos alunos selecionados no processo seletivo mencionado acima, de dez estudantes, nove seriam oriundos de escola pública, o que alteraria a lógica das instituições federais, nas quais “a preponderância de estudantes provenientes da rede privada sempre foi relevante, principalmente devido à dinâmica do concurso vestibular” (PEREIRA, SILVA, 2010, p. 23). Já para alunos autodeclarados “pretos, pardos ou indígenas”, a proporção de vagas por curso é definida no mínimo igual ao de “pretos, pardos e indígenas” pontuado no Censo Demográfico do IBGE de 2010 para cada Unidade da Federação do local de oferta de vagas da Instituição. E, para a última chamada de cada curso, caso não haja “pretos” ou “indígenas” matriculados, o primeiro autodeclarado da lista como “preto” e o primeiro autodeclarado como “indígena” serão contemplados em vagas suplementares. As demais vagas são destinadas à ampla concorrência (MEC, 2012).

Há com os projetos de “cotas” uma tentativa de promover oportunidades iguais para atores sociais desiguais, buscando assim uma igualdade de oportunidades. Para Pereira e Silva (PEREIRA, SILVA, 2010, p. 13), tornou-se necessário “desenvolver mecanismos que favoreçam os despossuídos e desfavoreçam os privilegiados”⁵⁰. Para os autores, o processo de expansão do ensino superior promovido nos anos 1990 estabeleceu um “efeito perverso, pois não significou maior inclusão de estudantes historicamente alijados desse nível de ensino e nem a descentralização das instituições de ensino superior” (PEREIRA, SILVA, 2010, p. 22). Para eles o sistema universitário brasileiro cresceu, como vimos nos tópicos anteriores, de forma concentrada e privada.

Entretanto, é preciso salientar que a ampliação das vagas, em si, ou mesmo a interiorização da universidade, não significam que o acesso ao ensino superior

⁴⁹ Discutiremos melhor estas questões no terceiro capítulo da dissertação.

⁵⁰ Para exemplo da importância das políticas que promovam redução das desigualdades sociais e de gênero, cita-se o salário médio dos autodeclarados negros em comparação ao dos brancos pesquisado pela Rede Angola: “para cada R\$100 reais ganhos por um branco, um homem negro, com a mesma formação e na mesma função, recebe R\$57,40. No caso de uma mulher negra, o salário cai para R\$38,5.” In: <http://www.revistaforum.com.br/2014/11/23/numero-de-negros-em-universidades-brasileiras-cresceu-230-na-ultima-decada/>. Acessado em ago. 2016.

público foi democratizado, já que, se não há a mudança na forma de ingresso (que até então, na grande maioria, privilegia os setores mais abastados da sociedade), as classes menos abastadas e excluídas historicamente do ensino superior não terão condições de preenchê-las.

Para Pereira (2010, p. 5) democratizar a universidade remete à ideia de inclusão e de combate às desigualdades sociais, e a um conjunto de esforços que visam instituições menos elitistas, mais abertas, mais diversas, plurais, abarcando “de forma representativa segmentos étnico-raciais, etários, de gênero e de classe”. Para o autor, contudo, as ações afirmativas têm tido grande importância nesse sentido, pois teriam permitido um “tensionamento na ‘indústria do vestibular’, marcada pelas provas conteudistas e por toda uma rede financeira que explora essa seletividade brutal, principalmente pelas vagas públicas” (PEREIRA, 2010, p. 5), além de ter permitido o ingresso de alunos que antes estariam excluídos do Ensino Superior público no Brasil.

Segundo a Rede Angola, em Retrato dos Negros no Brasil, o Brasil é o segundo país com maior população negra do mundo, sendo superado apenas pela Nigéria. E em 2000, apenas 2,5% da população autodeclarada negra possuía frequência no Ensino Superior, contra 11,6% de autodeclarados brancos, e 7,3% de autodeclarados pardos. Já em 2010, o número de negros no Ensino Superior passa a 8,3%, a de brancos a 20,8% e a de pardos para 14%. Ainda de acordo com os dados apresentados pela Rede Angola, o percentual de negros na universidade mais que triplicou em 10 anos, grande parte por conta das políticas de acesso ao Ensino Superior instauradas, especialmente, entre 2007 e 2010 (REDE ANGOLA, 2014).

Concluindo, mesmo com dados sobre a ampliação de vagas não é possível dizer ainda que o Ensino Superior foi democratizado, já que ainda há muito a ser feito nesse sentido até que se atinja o acesso universal. Porém, esse conjunto de políticas sociais, aos poucos, favoreceu condições mais igualitárias de concorrência, acesso e permanência na universidade pública no Brasil.

1.4 O LULISMO, ACOMODAÇÃO E A ESTADANIA

Mediante os apontamentos feitos até aqui, os questionamentos realizados se pautaram nas dúvidas levantadas por diversos autores sobre o cunho do governo

Lula: se totalmente neoliberal – promovendo mais o Ensino Superior privado – ou se trabalhou em favor da população menos favorecida visando diminuir o abismo social no que se refere ao ingresso nas Universidades Públicas.

A presente pesquisa, portanto, pretende apresentar breve contribuição, não à definição da prática de governo lulista, mas à sua inserção em uma cultura política nacional que proporcionou um desenvolvimento anfíbio do governo Lula: ora adotando medidas que mantiveram as estruturas que beneficiam os mais ricos do país, ora por intermédio da consolidação de programas assistencialistas que visassem ao aumento do poder de compra, a ampliação da classe média e inclusão social.

Em meio a tal discussão, autores como Singer argumentam que no governo Lula “cria-se a ilusão de ótica da estagnação [econômica] para, na realidade, promover modificações em silencioso curso” (SINGER, 2012, p. 45). Dentro desta ótica, em 2003 foram adotadas algumas políticas de redução da pobreza no Brasil e do combate à miséria, em acréscimo ou modificação das já realizadas no governo FHC, com a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Essa política proveio de um realinhamento eleitoral (ou a mudança de clivagens do eleitorado) em 2006, que teria visado a diminuição da pobreza com a manutenção da ordem econômica (SINGER, 2012, p. 13). Para o autor, junto ao realinhamento político, surgiu o fenômeno do “lulismo”. Houve o encontro da liderança, de Lula, com uma fração de classe (para Singer, subproletariado), por meio de um programa organizado entre 2003 e 2005, que se propôs a:

combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (SINGER, 2012, p. 16)

O “lulismo”, na voz do cientista político André Singer, tomou forma a partir de uma fração de classe, do “subproletariado”, que seria uma “sobrepopulação superempobrecida” que, segundo Cignachi (2012, p. 136):

tem origens na formação histórica brasileira [...] que pelas limitações da estrutura econômica [...] não consegue se incorporar à condição proletária. Não consegue articular-se formalmente em organizações sociais e políticas com pretensões à autonomia e desta forma é facilmente aproximada de políticas assistencialistas e conservadoras via Estado.

A partir disso, Singer faz uma associação da figura de Lula com a de Louis Bonaparte, aproximando o “subproletariado brasileiro” à explicação de Marx sobre as massas urbanas pauperizadas n’*O Dezoito de Brumário*, ao falar sobre o encontro de uma fração de classe com uma liderança que finalmente a represente:

Marx, em *O 18 de Brumário*, revela que a projeção de anseios numa figura vinda de cima, que deriva da necessidade de ser constituído enquanto ator político *desde o alto*, é típica de classes ou frações de classe que têm dificuldades estruturais para se organizar. [...] Como eles ‘não podem representar-se, antes têm que ser representados’, aparecem na política de repente, sendo criados de cima para baixo, sem aviso prévio, sem a mobilização lenta (e barulhenta) que caracteriza a auto-organização autônoma das classes subalternas quando se dá nos formatos típicos do século XIX, isto é, dos movimentos e partidos operários (SINGER, 2012, p. 59).

Singer chega a essa conclusão, pois, em estudos sobre o comportamento do voto da população brasileira em 1989, notou que o grupo que compunha o “subproletariado” brasileiro, ou de rendas mais baixas, revelava aversão às greves, das quais Lula era o maior símbolo nos anos 1980: “os mais pobres demonstravam maior hostilidade às greves do que os mais ricos” (SINGER, 2012, p. 58), o que corroboraria a afirmação de Singer de que os eleitores de baixíssima renda se colocavam intuitivamente à direita do espectro ideológico: uma direita, todavia, a favor da intervenção do Estado na economia. Ainda conforme Singer, para os eleitores de menor renda a opção da esquerda sempre colocou em risco a ordem, sendo encarada como uma ameaça à estabilidade. Assim, estes eleitores optam/optavam por aquele candidato que diminuísse a desigualdade, porém sem alterar a ordem vigente, ou seja, por meio do próprio governo, sem revoluções ou ameaças de instabilidade.

Marcos Coimbra, citado por Singer, argumenta que a melhora das condições de vida (ou aumento do poder de consumo) desses eleitores de baixíssima renda, ou do subproletariado (como aponta Singer), e ainda do restante da população de renda mais baixa, direcionou o voto para Lula em 2006. E o Programa Bolsa Família – PBF⁵¹, implantado a partir de setembro de 2003, teve grande contribuição para a melhora das condições vida destas pessoas. Segundo Singer,

⁵¹ O PBF, promovido pela lei 10.836/2004, é uma união de programas, como o Bolsa Escola (2001), Bolsa Alimentação (2001), Cartão Alimentação (2003) e o Auxílio Gás (2002), promovidos em sua maioria pelo governo FHC. Segundo Marques e Mendes, a junção dos auxílios favorece a população, pois há o aumento do valor recebido pelas famílias beneficiárias, que se encontram em situação de

em 2004, o programa recebeu verba 64% maior e, em 2005, quando explode o 'mensalão', teve um aumento de outros 26%, mais que duplicando em dois anos o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendendo a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006 (SINGER, 2012, p. 64).

Mesmo que sozinho não baste para explicar o resultado da eleição de 2006, encontram-se indícios de que o PBF teve influência nos votos recebidos por Lula no pleito. E, segundo Singer, avaliando o estudo de Marcos Coimbra, entre os que votaram em Lula pela primeira vez em 2006, a maioria eram mulheres de baixa renda, público-alvo do PBF (SINGER, 2012, 65). Ademais, outros fatores teriam influenciado os votos recebidos por Lula, como o controle dos preços e o aumento do poder de compra entre as camadas mais pobres; o aumento real do salário mínimo na casa de 24,25%; a ampliação do acesso ao crédito consignado; a queda na taxa de desemprego (de 10,5% em dez. 2002 para 8,3% em dez. 2005). Tudo isso colaborou para os votos, mas também para a migração de 29 milhões de pessoas à classe C de 2003 a 2009 (SINGER, 2012, p. 66 e 67).

Neste caso, a associação que Singer tece entre Lula e Bonaparte não é vã. Afinal, o que se observa no pleito de 2006 é que o volume e o perfil de votos que Lula recebeu não foi acompanhado pelo PT. Enquanto Lula conquistou um eleitorado "francamente popular" em 2006, e teve melhor desempenho nas zonas menos desenvolvidas do país, o PT continuou com os votos das zonas mais urbanizadas e industriais do Brasil⁵².

Perry Anderson⁵³, ao travar uma discussão sobre o assunto, pontua que em seus mandatos Lula respondeu às necessidades dos mais pobres, que não têm como se defenderem da inflação, e repudiam as greves, e que, por isso, poderia ser considerado um herdeiro de Vargas, "oferecendo uma potente mistura de autoridade e proteção que o 'pai dos pobres' havia conseguido outrora" (ANDERSON, 2011, p. 35). Porém, ainda que essa relação com a figura de Getúlio Vargas seja discutível, tendo em vista as medidas governamentais dos anos 1930 voltadas aos "pobres

extrema pobreza (renda per capita de até 50 reais) ou pobres e extremamente pobres (renda per capita de até 100 reais). In: MARQUES, MENDES, op. cit., p. 67.

⁵² O autor utiliza uma série de tabelas com dados compilados do IBGE, IBOPE, DataFolha, e intenções de voto para corroborar as análises feitas.

⁵³ Versão estendida de artigo publicado originalmente na *London Review of Books*, vol. 33, n. 7, 31/03/2011.

urbanizados”, e não aos pobres da totalidade do país, a associação não deixa de ser interessante, já que ambas as figuras públicas, salvo suas especificidades, promoveram mudanças no estilo de vida dos mais pobres, mesmo que proporcionando ainda mais melhorias nas condições de vida dos mais ricos do país⁵⁴.

Assim, pode-se considerar que foi na ambivalência que o “lulismo” se pautou e conquistou o “subproletariado” brasileiro (que englobava 48% da população do país): com “a esperança de que o estado [pudesse] moderar a desigualdade, e [afastando] o medo de que os movimentos sociais [pudessem] gerar a desordem” (ANDERSON, 2011, p. 34). Lula garantiu aos pobres e aos ricos a estabilidade de que precisavam, e que uma esquerda “radical” não poderia fornecer.

Rodrigo Patto Sá Motta também concorda com a análise feita por Singer de que “há uma camada da população pobre que é avessa ao radicalismo, preferindo mudanças lentas aos riscos de confrontos agudos. E que o governo Lula teria compreendido esses sentimentos profundos e governou sintonizado com eles” (MOTTA, 2016, p. 8). Porém, o autor vai mais além em sua análise, e busca observar o fenômeno do “lulismo” em longa duração, ou seja, “inscrevendo o lulismo nos traços essenciais da cultura política” (p. 8). Para ele, o PT e Lula se inseriram e se adaptaram à lógica política brasileira, após tentarem por alguns anos o enfrentamento do sistema político e perceberem que a população majoritariamente era contrária às soluções radicais que pudessem ser efetivadas no país. Para Motta, “decidiram, pois, integrar-se à cultura e às tradições políticas para ter chances de ganhar as eleições e para ter meios de governar depois da vitória eleitoral” (MOTTA, 2016, p. 8).

Assim, teriam apostado na acomodação, algo que “seria comum na história brasileira, [entendida como] um processo de mudanças ambíguo, uma espécie de modernização conservadora com viés de esquerda” (MOTTA, 2016, p. 9). E isso pode ser considerado na análise, já que mesmo estudiosos como Perry Anderson aproximam a prática de Lula a políticas ambíguas anteriores, como as do período Vargas.

Para Motta, portanto, houve um arranjo que integrou os setores conservadores ao governo de esquerda. Assim, ocorreu uma acomodação “com

⁵⁴ Segundo Anderson (2011, p. 37), o governo Lula beneficiou bastante os proprietários: entre 2002 e 2012, a “Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo vertiginosos 523%”.

segmentos da classe dominante, mas desta vez com o objetivo de gerar a inclusão social, ainda que lentamente” (MOTTA, 2016, p. 9). Ou seja, entre “lulismo” e “acomodação”, pode-se dizer que não haveria um hiato. Pode-se considerar que o “lulismo” de Singer é o nome específico para a “acomodação” política realizada no governo de Lula e que, em princípio, existiu em outros governos brasileiros, como o de Getúlio Vargas. Assim, podemos seguir com a argumentação considerando o “lulismo” como fruto de um fenômeno de adaptação, de acomodação, que encontra raízes nas práticas políticas em nosso país.

Um autor que pode referenciar o debate e produz longa reflexão sobre a cidadania no Brasil é José Murilo de Carvalho. A partir de sua análise poderemos compreender melhor a questão da cultura política nacional sobre a qual se pauta o lulismo, e até o varguismo, e sobre a conquista dos direitos dos cidadãos dentro da lógica da acomodação pontuada por Sá Motta. Carvalho inicia o livro “A Cidadania no Brasil” (2002) apresentando um desdobramento do exercício da cidadania plena em certos direitos, a saber, civis, políticos e sociais. Assim, o cidadão pleno é definido na obra como aquele que é titular das três categorias citadas⁵⁵.

O nome referenciado por Carvalho como autor das dimensões dos direitos é T. A. Marshall que, baseando-se na história da Inglaterra, elencou a ordem de conquista dos direitos dimensionados. No país em questão teriam sido conquistados primeiro o civil (século XVIII), depois os políticos (XIX) e, enfim, os sociais (XX). Porém, seria necessário primeiro ter acesso à educação, um direito social, para que se tivesse consciência dos outros direitos, já que é ela que permite que as pessoas se unam e organizem para lutar pela conquista dos demais direitos (CARVALHO, 2002, p. 11). Segundo Carvalho, a noção de que os direitos surgem sequencialmente sugere que a ideia de que direito e cidadania são fenômenos históricos e que a alteração da ordem de aquisição deles em um país altera a natureza da cidadania do seu povo⁵⁶ (CARVALHO, 2002, p. 11).

⁵⁵ O autor contrapõe o cidadão pleno ao cidadão incompleto (que possui apenas alguns dos direitos) e ao não-cidadão (que não se beneficia de nenhum dos direitos) (CARVALHO, 2002, p. 9).

⁵⁶ Para Carvalho, no Brasil se formou uma cultura política local que remonta ao período colonial. Assim, a forma como o Brasil foi colonizado direcionou a formação de tal cultura, já que a escravidão e a prática do coronelismo (favorecida pelo sistema de capitânicas hereditárias implementada por Portugal) minaram a formação da noção de cidadania no país, pois quando a República foi instaurada, e também a possibilidade de voto, a população não tinha acesso suficiente à educação para compreender o processo democrático, e continuou fazendo uso de práticas há muito adquiridas, como a da troca de favores e a do compadrio.

Para o autor, a falta de experiência política brasileira foi gerada por alguns fatores, como o despreparo político da população colonizada para votar por conta própria; as elites que se habituaram a fraudar eleições; o desconhecimento do processo de votação em outros países; e ainda achar que a prática política pudesse nascer de outra maneira que não por meio da experiência da cidadania, e pela educação primária (CARVALHO, 2002, p. 43-45). Quando há a ampliação da noção de cidadania para a população urbana, especialmente a partir da vinda de imigrantes para o país, há o favorecimento do surgimento de um clientelismo governista, o que pode ter gerado uma equação com resultados que formaram a base para o surgimento do lulismo. Afinal, segundo Carvalho,

A tradição de maior persistência acabou sendo a que buscava melhorias por meio de aliança com o Estado, por meio de contato direto com os poderes públicos. Tal atitude seria mais bem caracterizada como 'estadania' [grifo nosso] (CARVALHO, 2002, p. 61)

O conceito de “estadania” pode ser relacionado com o que Cignachi (2012, p. 136) argumenta quanto às origens da formação histórica brasileira, e quanto ao “subproletariado”, que demonstra dificuldade de articulação formal e facilmente se aproxima das políticas assistencialistas via Estado. Para Carvalho, também a prática populista no Brasil do século XX, teria implementado uma relação ambígua no país (talvez tão anfíbia como a lulista nos anos 2000) entre os cidadãos e o governo:

Era avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para a política. Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora⁵⁷ (CARVALHO, 2002, p. 126).

⁵⁷ Se analisarmos a pesquisa de Carlos Alberto Bello sobre o Programa Bolsa Família implementado por Lula nos anos 2000, encontraremos conclusão semelhante à pontuada por Carvalho sobre a cidadania passiva e receptora. Bello, ao sistematizar pesquisas sobre o impacto dos programas governamentais de transferência de renda junto aos próprios beneficiários, conclui que “a melhoria das condições de vida dos mais pobres não os retirou da condição de passividade política” (BELLO, 2016, p.183), já que os beneficiários não enxergam o Bolsa Família como um direito, mas evocam os significados de favor e de ajuda. Assim, ainda hoje a população tende a abstrair a noção de direitos do seu horizonte, e enxerga a transferência de renda como um programa de alívio de carências individuais, o que acaba por diluir o debate sobre as desigualdades sociais no país, em favorecimento da consolidação da visão meritocrata da conquista do dinheiro, impulsionada pela mídia.

Carvalho (2002, p. 219) conclui que a cronologia e a lógica de direitos de Marshall foram invertidas no Brasil, já que aqui vieram primeiro os direitos sociais, “implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra”.

Por isso houve uma supervalorização do Poder Executivo, pois

se os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo. O governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se (CARVALHO, 2002, p. 221).

Para o autor, o Estado é visto como todo-poderoso, e a ação política nessa visão é sempre orientada para a negociação com o governo, sem mediações de representantes. Aqui, retomamos então o conceito de “estadania”, da busca das melhorias por meio da aliança com o Estado, e que favorece a já mencionada preferência pela exaltação do poder executivo, que de acordo com Carvalho, passa a ser a da busca “pelo messias político, por um salvador da pátria” (CARVALHO, 2002, p. 221), característica encontrada, segundo o autor, em Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor. E, ousado dizer, encontrada em Lula, mas talvez não sustentada por Rouseff.

Por este motivo é que Singer tece a relação entre o ex-presidente e Bonaparte; por isso também que parece ser possível que ele assinale que o crescimento da popularidade do PT não acompanhou a ascensão da aceitação de Lula em 2006. Pelo mesmo motivo, também, talvez Perry Anderson relacione Lula como aquele que respondeu às necessidades dos mais pobres e que pode ser considerado herdeiro de Vargas. Consideramos, pois, que é neste sentido que se fundamentaria a ambivalência no lulismo descrito por Singer, pois Lula teceu uma linha de atuação que garante aos pobres e aos ricos a estabilidade de que precisavam, assim como Vargas o fez em alguma medida, e também Juscelino.

É nessa dinâmica que Rodrigo Patto de Sá Motta afirma que o fenômeno do lulismo age na longa duração⁵⁸, inscrito “nos traços essenciais da cultura política” brasileira. Motta afirma com propriedade que Lula e o PT se adaptaram à lógica

⁵⁸ A longa duração da história do Brasil, traçada por José Murilo de Carvalho para definir a cidadania construída no país desde o momento da colonização.

política brasileira para ganharem as eleições presidenciais de 2002. Ambos se acomodaram à cultura política nacional por meio, talvez, dos pressupostos da “estadania” há muito praticados no Brasil. O lulismo, assim, é uma acomodação à essa possível cultura política nacional.

E por conta da desconsideração do processo de acomodação é que muitos recorrem ao maniqueísmo do governo neoliberal em pretensa oposição a um governo populista/assistencialista/de vertente de esquerda. Porém, a cultura⁵⁹ política brasileira há muito se molda e se forja através dos movimentos anfíbios, ora pendendo para um lado, ora para o oposto. É também nesse sentido que podemos situar as políticas do governo Lula quanto ao ensino superior. Se as medidas econômicas lulistas, ou de acomodação política do PT e de Lula, foram efetuadas no sentido de agradar a ricos e pobres, visando a redução da desigualdade social, para o ensino superior no Brasil a lógica foi bem parecida.

Com medidas similares às de FHC no primeiro governo promovendo a expansão das instituições desse nível de ensino via setor privado (tendo o ProUni como carro-chefe); no segundo governo buscou-se ampliar o acesso ao Ensino Superior criando novos campi de universidades federais, interiorizando-os (ainda mais, buscando continentalizá-los, tentando inverter a lógica da litoralização⁶⁰), e ainda ampliando o acesso a tal direito, em especial a esta etapa da educação, como aos alunos de escola pública, negros, indígenas e portadores de necessidades especiais.

A atividade anfíbia do PT enquanto partido da Presidência da República, modificando a postura ao longo dos anos, especialmente após a vitória presidencial, segundo Singer, é um ponto fundamental para que o governo tivesse bons resultados.

O pertencimento de classe do lulismo, então, é o da diminuição da pobreza, não da desigualdade, já que os ricos nunca estiveram tão ricos como no governo de

⁵⁹ O conceito de “cultura política”, segundo Néspoli (2015, p. 361), começou a ser utilizado pelos historiadores nos idos dos anos 1970, principalmente, para rebater críticas quando à inferiorização dos estudos de política na Escola dos Annales (p.363). Aqui, utilizamos o termo a partir da definição dada por René Rémond, a que implica a continuidade na longuíssima duração, e propõe que tal seja resgatada pelo estudo das tradições e sobrevivências que atravessam as ideologias, governos e pensamentos (Néspoli, 2015, p. 366).

⁶⁰ A “litoralização” aqui mencionada refere-se ao processo de instalação de universidades públicas próximas aos grandes centros do país que, em sua maioria, se situam nas regiões litorâneas do Brasil, devido ao processo histórico de colonização (que acabou por impulsionar o desenvolvimento econômico destas regiões, favorecendo seu crescimento populacional).

Lula⁶¹. Assim, houve uma estatização dos conflitos, que pode remeter à ideia de “estadania” de Carvalho, para evitar a radicalização da população, o que desmobiliza as classes (SINGER, 2012, p. 200).

Para Singer,

cada fração de classe pode cultivar o seu lulismo de estimação. Responsável, apesar de algo populista, para os bancos. Nacionalista, ma non troppo, para os industriais. Promotor do emprego, embora precário, para o proletariado. Apoiador do crédito para a agricultura familiar, ainda que relutante quanto a enfrentar o latifúndio, para os trabalhadores rurais. Por isso, o presidente pode pronunciar, para cada uma delas, um discurso aceitável, usando conteúdos diferentes em lugares distintos e, sobretudo, tomando cuidado para que os conflitos não impliquem radicalização e mobilização. (SINGER, 2012, p. 202)

Não seria neste trecho a apresentação da acomodação lulista a que o PT e Lula se referiam na Carta ao Povo de 2002 quando mencionam um “novo contrato social”?

Será necessária uma *lúcida e criteriosa transição* entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo [...] será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, *a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002a, p. 2).

Tal negociação nacional mencionada na Carta pode refletir, propomos, aquilo que Carvalho postula como “estadania”: o governo através de contrato, de conciliação, evitando o conflito entre classes ou partes, pois há uma figura principal que mediará as querelas a fim de que não haja desestabilização social e política. Observaremos um pouco deste processo também quando abordarmos o a criação e constituição da UFFS no próximo capítulo.

Posto isto, na sequência do trabalho busca-se compreender melhor como foi o processo de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, e como os movimentos sociais sediados nos três estados envolvidos conseguiram se unir para colocar em andamento um projeto de universidade. E, além disso, assinalaremos como foram as negociações destes com o governo federal. Neste contexto, uma série de querelas envolvendo os participantes dos movimentos, especialmente no

⁶¹ Verificar nota 54, como exemplo.

que se refere aos locais a serem escolhidos para instalar a universidade, tiveram vez e voz. E estas foram fundamentais para que compreendamos a estrutura da universidade hoje, já criada, a relação entre os docentes e alunos, entre a universidade e o município (de Realeza), e ainda entre os grupos que a criaram e a comunidade acadêmica. O que nos leva a refletir sobre a identidade da UFFS e se há um mito fundador que nos faz crer em uma universidade criada “de baixo para cima”, para o povo, pelo povo.

2 “PLURALIDADE NO SONHO”⁶²: A CRIAÇÃO DA UFFS E O CAMPUS DE REALEZA

2.1 DA PLURALIDADE À UNIFICAÇÃO: O INÍCIO DAS ARTICULAÇÕES PELA UNIVERSIDADE FEDERAL

Conforme mencionado no capítulo anterior, o aceno político para a criação de uma universidade pública na região Sudoeste do continente é dado pelo governo federal, mais especificamente pela figura de Lula, já em 2003, primeiro ano de seu mandato como Presidente da República, o que evidencia que, mesmo que o incentivo à privatização do Ensino Superior no período de 2003-2006 tenha sido elevado (algo semelhante àquilo que se observava sob FHC), já havia um interesse por parte do governo em desenvolver também o âmbito público federal, o que inclusive foi colocado em alguns trechos de seu Plano de governo de 2002 e também da Carta do Povo do mesmo ano⁶³. Em suma, ainda que não se possa afirmar que a ideia partiu exclusiva e necessariamente dos círculos políticos à frente do então governo federal, pode-se apontar que as sinalizações advindas deste serviram de estímulo aos movimentos sociais regionais no sentido de uma concreta mobilização em torno da conquista de uma universidade pública nas áreas ocidentais do Sul do país.

Avaliando as evidências coletadas, nota-se que os pedidos advinham primeiramente dos movimentos regionais, e que os acenos do governo (que abordaremos logo na sequência) vieram como resposta a estes pedidos. Assim, entre os anos de 2002 e 2003 já é possível averiguar o início de algumas discussões populares de projetos com vistas à instalação de universidades federais em áreas do interior do continente, especificamente na região Oeste, onde havia pouca oportunidade e oferta de estudo universitário, já que as IES federais, em sua maioria, ainda estão instaladas nas áreas litorâneas do Brasil ou em regiões próximas à costa.

Em 2002, o então candidato a deputado federal pelo PT catarinense, Claudio Vignatti, por meio de uma pesquisa eleitoral para averiguar seu raio de atuação junto à população do Oeste de Santa Catarina, teria constatado o desejo por mais uma

⁶² Nota de jornal sobre a criação da UFFS. ANTUNES, Camille. Mobilização reúne duas mil pessoas. In: *O Jornal*, Concórdia, n.1912. 25 ago. 2007, p.4

⁶³ Cf. Capítulo 1.

universidade federal no Estado, já que Santa Catarina dispunha de apenas uma instituição de ensino superior federal, em Florianópolis, região litorânea. Tal prática de “pesquisa de opinião” faz parte do que estudiosos como Filgueiras chamam de “lógica da ação congressual”, em que “o cálculo das estratégias adotadas pelos legisladores no parlamento varia conforme o cálculo eleitoral. A preocupação com a reeleição leva o congressista a mudar sua tática de acordo com a arena na qual ele está inserido” (FILGUEIRAS, 2005, p. 2). No caso de Vignatti, a preocupação com sua eleição para Deputado Federal o teria feito investigar mais profundamente o que a população do Oeste de Santa Catarina almejava como propostas principais a serem encampadas por parte de um congressista eleito contando com votos obtidos na região. E, a partir disso, o congressista teria fomentado sua campanha com propostas voltadas para a criação de uma universidade na região (VIGNATTI apud TREVISOL, 2013).

O candidato, uma vez eleito, integrou a comissão de orçamento e de elaboração do primeiro PPA – Plano Plurianual do governo Lula para o período 2004-2007. O Plano Plurianual está previsto na Constituição de 1988 como parte do orçamento (lei de iniciativa do Poder Executivo) e existe em conjunto com outros dois planos, a saber, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamentos Anuais (LOA). O PPA, segundo Filgueiras, “estabelece os objetivos gerais da administração pública no que se refere às despesas de capital” (FILGUEIRAS, 2005, p. 3). Interessante apontar neste momento que o primeiro PPA de Lula planejava a administração pública e seus investimentos entre 2004, segundo ano de mandato, e 2007, ano que ultrapassa o período para o qual o governante foi eleito em 2002.

A justificativa, encontrada no próprio PPA, seria a de que o plano, também chamado de Plano Brasil de Todos, “foi construído para *mudar o Brasil*. Inaugura um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a *promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira*” [grifos nossos] (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2003, p. 13). Vale ressaltar que, neste PPA, desde a página 5, já na mensagem presidencial assinada por Lula, o tema “mudança”⁶⁴, salientado no Programa de governo e na Carta ao Povo Brasileiro de 2002 apresentados no capítulo anterior, continua a ser ressaltado.

⁶⁴ Grifado também na citação acima.

Neste processo de desenvolvimento do PPA 2004-2007, segundo o próprio Claudio Vignatti (VIGNATTI apud TREVISOL, LÓ, 2013, DVD vol. 2), seria fundamental incluir no orçamento da União uma verba para criação de universidades, considerando-se que, se o tema não fosse contemplado pelo PPA, nem mesmo projetos de lei versados no assunto seriam apreciados pela referida comissão na Câmara dos Deputados. Assim, por meio de emenda ao PPA, destinou-se verba para a criação ou expansão de universidades federais:

Em 2003, apresentei uma emenda no PPA, e já apresentei uma emenda no PPA com a ideia de uma universidade que não fosse só mais do Oeste, porque o que eu senti: que não tinha espaço no governo federal para passar uma universidade federal para só uma região. E naquele momento nem tinha o processo de expansão de cursos superiores em uma universidade federal e campus de uma universidade federal, nem tinha esse debate. [...] Mas se eu quisesse pautar durante quatro anos, fora do PPA não acontece. Importante ter isso no PPA para os próximos quatro anos. Não tava no PPA, se não tivesse no PPA qualquer possibilidade não tinha nem como apresentar projeto de lei. Porque qualquer projeto de lei, se não estiver no PPA e no orçamento ele é reprovado justamente da comissão que eu participava, que é a Comissão de Finanças e Educação. [...] Se não tiver previsão orçamentária o projeto é arquivado nessa comissão [grifo nosso] (VIGNATTI apud TREVISOL, LÓ, 2013, DVD vol.2)

A partir das discussões em que participou e dos movimentos que observou, Vignatti (em entrevista a Trevisol) conta que uma universidade não teria chance de ser criada se fosse destinada a desenvolver apenas uma região do país, ou seja, uma universidade que contemplasse apenas o Oeste de Santa Catarina não teria condições de ser aprovada pelo governo. O trecho grifado acima parece reforçar a ideia de que o governo federal já tinha um planejamento, ou almejava criar ou expandir as universidades federais no interior do país, não de porte centralizado, mas de maior amplitude, de integração regional. Por isso, em 2003, o aceno passa a ser dado à população que ansiava uma IFES no interior do continente. Assim, em 2005 o referido deputado federal apresentou um projeto de lei (nº. 6037/2005, aprovado apenas em 19 de junho de 2009) que previa a criação da UFGFM – Universidade Federal da Grande Fronteira Mercosul. O projeto de 2005 propunha a concepção de uma universidade que atenderia à Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul e seus mais de 400 municípios localizados em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

A partir disto, em maio de 2006 houve redirecionamento de verba por meio de Emenda Parlamentar Individual para que a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – realizasse um estudo na região Oeste do mesmo estado, iniciando a elaboração de um projeto de universidade (COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, jun. 2007, p. 3). Tais emendas parlamentares ao orçamento da União são bastante comuns, e “seriam uma maneira de os legisladores angariarem recursos para suas regiões eleitorais”. Elas podem ser emendas individuais, como no caso apresentado acima, e podem ser coletivas; porém, o que é importante ressaltar é que tais emendas estão, normalmente, inseridas na prática do *pork-barrel*, ou seja, na lógica da “troca de favores entre atores políticos relevantes no jogo a partir do uso de recursos públicos como moeda de troca” (FILGUEIRAS, 2005, p. 4; 6). E, neste ponto, há de se levar em conta, igualmente, que “cada parlamentar representa [ou deveria representar, acrescentaríamos] os segmentos que os elegeram. Assim é a democracia representativa” (CARLOMAGNO, 2016, p. 4). Porém, há algo na entrevista que Vignatti concedeu a Trevisol que nos desperta a atenção:

Fomos pressionando essa condição, e foi quando nós tivemos a oportunidade de um dia, já tinha dialogado com muita gente, conversar com o reitor da universidade federal, o Lucio Botelho, porque aí já começava um movimento de começar a ter campis em locais diferentes. E nesta conversa com o Lucio Botelho na Universidade Federal de Santa Catarina, fui visitar ele, e discutiu-se a criação de uma universidade, queria-se discutir campis no norte no sul [...], e aqui pela distância achavam que cabia uma universidade. Ai conversei com o Lucio e propus se eles topavam fazer um estudo. [...] e a gente financiou o estudo (VIGNATTI apud TREVISOL, LÓ, 2013, DVD v.2).

Estas conversas iniciais com a reitoria da UFSC para que a universidade realizasse um projeto viabilizando outro *campus* para a própria instituição, ou a possibilidade de instalação de uma nova universidade no Oeste do Estado, inicialmente arrecadam um valor baixo do governo. De acordo com seu relato ao historiador Joviles Trevisol, Vignatti afirma que a verba destinada ao financiamento da pesquisa universitária ficava na cifra de cem mil reais (VIGNATTI apud TREVISOL, LÓ, 2013, DVD vol. 2). Mesmo com uma quantia alta disponível para fomentar o projeto de criação de uma nova universidade, o valor destinado não é muito alto, mas foi suficiente para garantir à UFSC não somente a realização do estudo preliminar da UFFS, mas a participação ativa na Comissão do Movimento

Pró-Universidade Federal, a organização do Plano Político Pedagógico da nova universidade e ainda a organização e realização dos primeiros concursos de docentes da UFFS.

Claudio Vignatti, por ter sido o autor do primeiro projeto de universidade relacionado à UFFS, acabou por ganhar certa visibilidade no início deste capítulo especialmente por termos tido acesso à entrevista que concedeu a Jovilles Trevisol em 2013, na qual conta sobre sua participação no Movimento de criação da UFFS. Porém, temos ciência de que, em termos teóricos, a história oral “é capaz de suscitar, jamais de solucionar questões, ou seja, formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas” (FERREIRA, 2012, p. 170). Assim, a partir do depoimento de Vignatti, tendo consciência de que foi o primeiro autor de projeto lei sobre a nova universidade, buscamos induzir novas perguntas, e não solucionar todas as questões envolvidas no debate, já que “a memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2012, p. 175). Desta forma, reconhecemos tal subjetividade do depoimento, que por vezes centraliza determinados personagens na ação da criação da universidade, como uma fonte adicional para a pesquisa a partir da qual podemos suscitar novas questões para o debate.

Quase que em simultaneidade aos eventos ocorridos em Santa Catarina nos idos de 2005 e 2006, movimentos sociais vinculados à região Norte do Rio Grande do Sul também vinham ampliando as reivindicações por uma universidade federal que englobasse a região conhecida como Alto-Uruguaí (composta por municípios como Carazinho, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Três Passos, Frederico Westphalen e Sananduva). Entre os grupos que integravam tal movimento pode-se enumerar a Via Campesina (formada pelo Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB), Federação dos trabalhadores da agricultura familiar – FETRAF, Regionais da CUT, Sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos (dentre eles o CPERS-Sindicato, diversas Cooperativas e Escolas), Associações de prefeitos, Câmara de Vereadores, Pastorais (especialmente a da Juventude), Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs (de instituições comunitárias e privadas), bem como Partidos Políticos (COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS, 2005, p. 11).

O projeto da universidade coordenado pelo Movimento Pró-Universidade Federal do Norte do RS foi finalizado em dezembro de 2005, e, em maio de 2006, foi requerida audiência pública com o então ministro da Educação (Fernando Haddad) para formalizar a solicitação pela universidade do Norte do Estado. Este pedido advinha da crença de que

os municípios e as regiões que possuem sede de universidades estão permanentemente desfrutando de um acentuado processo de transformação econômica e cultural, através de parcerias firmadas entre estas instituições e as comunidades onde elas estão inseridas (COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS, 2005, p. 7).

O movimento pela Universidade do Norte do Rio Grande do Sul argumentou que “a demanda por uma universidade no Norte do Estado é antiga e se fortaleceu com a decisão do Governo Federal de expandir o Ensino Superior no País e, mais concretamente com a implantação das extensões da Universidade de Santa Maria”⁶⁵ (COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS, 2005, p. 2). Segundo a apresentação da Audiência Pública em Brasília de 08 de novembro de 2007, ocorreu em 10 de dezembro de 2005 também uma audiência pública em Ijuí em que o MEC acenou a possibilidade de criação da universidade para o Norte do Estado do Rio Grande do Sul (CÂMARA DOS DEPUTADOS, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, nov.2007, p. 3).

Esta decisão do governo federal pela expansão do ensino superior federal no Brasil mencionada pelos documentos do movimento supracitados também é levada em consideração para o estopim do movimento do Oeste de Santa Catarina, já que em 2003, segundo relatos de membros e documentação do MPUF – Movimento Pró-Universidade Federal, na abertura da EFAPI - Exposição Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Chapecó, “o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Oeste teria uma universidade pública federal” (COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, jun. 2007, p. 3).

⁶⁵ Em 2005, por exemplo, foi criado o campus da UFSM na cidade de Frederico Westphalen. Segundo o site da Universidade, “com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região Norte do Rio Grande do Sul, em 13 de janeiro de 2005 foi realizada uma Audiência Pública para tornar possível a instalação de uma extensão da UFSM em Frederico Westphalen. Com a confirmação da vinda de uma universidade pública para a região, foi dado início ao projeto de instalação do campus. Em dezembro de 2005, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, assinava um contrato que estabelecia um convênio entre o Governo Federal e a UFSM, que permitia o repasse de recursos da União para o início das obras.” [grifo nosso]. In: <http://w3.ufsm.br/frederico/index.php/institucional/historico>.

Ou seja, o desejo por uma universidade federal interiorizada já existia para a população do Oeste do país; porém, somente com a sinalização do governo federal nos idos de 2002 e 2003 é que os passos mais efetivos nessa direção começam a ser trilhados por lideranças políticas locais, como Cláudio Vignatti, e pelos membros dos movimentos sociais da região, como os da região Norte do Rio Grande do Sul.

No Paraná, por outro lado, não se observou algo tão concreto como projetos sendo encaminhados ao governo (seguindo os exemplos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Há, no entanto, registros de que “várias entidades, tanto públicas como não-governamentais, realizaram encontros e seminários para discutir a demanda e a importância de uma universidade federal para o sudoeste paranaense” (COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, jun. 2007, p. 3). No Paraná, as que mais se destacaram na participação do movimento do Sudoeste foram FETRAF-SUL, ASSESSOAR, Agência de Desenvolvimento Regional, FACIAP Sudoeste, AMSOP, ACAMSOP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Realeza, Associação Comercial de Realeza, Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal.

Segundo Trevisol (2015), houve mobilização nos três Estados da federação, de modo que, periodicamente, comitivas se dirigiam ao MEC para tratar do assunto. Conforme o autor, Fernando Haddad teria orientado para que as lideranças dos movimentos se unissem, apresentando um único projeto de universidade. De acordo com Trevisol, a união dos movimentos se confirmaria com a proposta que o Deputado Federal Cláudio Vignatti apresentou à Câmara dos Deputados (isto é, o Projeto de Lei 6037/2005, contemplando a criação da então Universidade Federal da Grande Fronteira Mercosul (UFGFM)).

Analisando as datações dos documentos do acervo disponibilizado pela UFFS em projeto orientado pelo próprio Joviles Trevisol, não é clara a referência de que o projeto de Vignatti tenha surgido como uma decisão dos movimentos, orientada por Haddad e pedida ao deputado que os teria unificado em projeto de lei. A documentação sugere que o projeto de lei de Vignatti tenha surgido em 2005, antes mesmo da unificação dos movimentos, ou seja, da criação do Movimento Pró-Universidade Federal, MPUF. O Comitê Unificado, composto por integrantes advindos dos três estados da região Sul, visando à criação de uma universidade federal, se reuniu e definiu seus parâmetros apenas em 23 de junho de 2006, em encontro em Chapecó. Na justificativa quanto à união dos movimentos, no item “Debate/Opiniões Gerais dos Participantes”, há a seguinte argumentação:

Para a fundamentação da proposta de universidade já dispomos: do diagnóstico inicial, *da proposta apresentada pelo RS junto ao MEC, da justificativa elaborada pelo Dep. Claudio Vignatti, do roteiro construído pela equipe técnica*. Isso tudo unificado, contribui para a elaboração do pré-projeto. *Sugestão de nome para o projeto de universidade: Universidade Federal da Grande Fronteira do Mercosul [grifos nossos]* (COMITÊ UNIFICADO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL, jun. 2006, p. 2)

A proposta do “RS junto ao MEC” supracitada é um pedido de audiência com o Ministro Haddad datado de 16 de maio de 2006 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, mai. 2006), que visava entregar ao governo federal a Proposta de Criação de uma Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul, como produzida em dezembro de 2005, na audiência em Ijuí citada. Assim, se o projeto de lei de Vignatti de 2005 já atendesse eventuais demandas para unificação, não parece haver razão para que, em maio de 2006 o movimento do Rio Grande do Sul encaminhasse pedido de audiência pública com o Ministro da Educação tendo por objetivo a criação de uma universidade sediada no norte gaúcho. Aparentemente, a unificação dos movimentos ocorre após o projeto de lei de Vignatti ser publicado. E por isso o movimento, inicialmente, aproveita a sua justificativa, o roteiro já feito pela equipe técnica da UFSC, e o nome escolhido pelo deputado, depois descartado por causa da nomenclatura “Mercosul” que seria de desagrado para os componentes dos movimentos sociais que integrariam o MPUF.

De acordo com o site da UFFS⁶⁶,

em maio de 2006, uma sessão do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL) – órgão instituído para debater os assuntos de interesse do noroeste do Rio Grande Sul, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina – chegou a um consenso: como todas as propostas dos três estados do Sul de criação de universidades foram rejeitadas, a saída seria um projeto único.

Após isso, mais alguns fóruns e reuniões ocorreram para discutir a implantação de uma nova IES na região. Neste contexto, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apoiaram a causa (ou aproveitaram a oportunidade direcionada por Vignatti em Santa Catarina, e as negociações realizadas para o campus da UFSM em Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul) e começaram a participar das discussões e

⁶⁶ Cf. http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=826. Acessado em abril de 2016.

ajudar nas comissões. Além disso, um dos participantes da comissão especial do MPUF, o Sr. Jaci Poli, afirma que a proposta de Claudio Vignatti era alheia aos movimentos sociais da Mesorregião, e que somente foi acoplada aos desejos destes após sua publicação visando somar forças (POLI, set. 2016). Ou seja, há mais um indício de que o projeto de lei de Vignatti teria surgido em dissonância com aquilo que buscavam os movimentos sociais. É possível, nestes termos, matizar um pouco o papel que uma liderança política como Vignatti procura, *a posteriori*, fomentar por meio de um discurso em que exalta a si próprio⁶⁷.

Além disso, em 15 de junho de 2007, houve uma audiência no MEC, com o Ministro Haddad, citada pelo ex-prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski, em entrevista também concedida à Trevisol em 2013 (GAIEVSKI apud TREVISOL, 2013). Gaievski afirma que o ministro entendia que, mesmo com a unificação dos movimentos, a região seria mais bem atendida mediante a instalação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. O mesmo pode ser observado no Relatório das atividades e resultados atingidos pelo Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal com Campi nos Estados do Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul (REINERT, LAFFIN, 2008, p. 2). A justificativa do ministro é que a região poderia receber cursos voltados para a agricultura familiar, de forma que os pedidos por tal formação poderiam ser contemplados mesmo sem a criação de uma universidade.

A discordância diante da proposta sugerida por Haddad teria se dado por conta do entendimento que os representantes da Mesorregião tinham acerca do tema: não haveria interesse em cursos para especializar alunos “em matar frango para frigoríficos” (GAIEVSKI apud GAIEVSKI, 2017, p. 2). Cabe destacar que a mesma percepção é relatada pelo Sr. Jayme Taube, conhecido como Canjica, que à época exercia mandato de vereador (pelo PT) em Realeza: Taube relata que, na reunião em que os IFETs foram sugeridos, foi colocado pelo movimento que “nós não queríamos um instituto tecnológico para limpar frango” (TAUBE, mar. 2017, 42min).

⁶⁷ A posição que Vignatti constrói para si mesmo em meio a esse processo de criação da UFFS pode ser pensada nos termos de um “cultivo do personalismo” e da “conexão entre eleitores e políticos” que se nota nos mecanismos que regem a política orçamentária no Brasil pós-redemocratização, em que as propostas dos congressistas podem “[...] amplamente expressar as preferências potenciais dos eleitores dos redutos eleitorais dos legisladores, fazendo com que eles otimizem sua performance conforme a arena na qual ele esteja inserido” (FILGUEIRAS, 2005, p. 1-2).

O posicionamento do então responsável pelo MEC, para Vignatti, advinha de uma certa resistência do ministro em criar mais uma universidade na região Sul do país, já que o projeto da UNILA – Universidade da Integração Latino-Americana, era desenvolvido no período e considerava como Foz do Iguaçu como Município sede. No relatório coordenado por Reinert e Laffin, na reunião de 13 de junho de 2006, um ano antes da audiência em que se ofereceram os IFETs à região, é mencionado que Haddad “entendeu que a demanda do Movimento não era a Universidade do Mercosul, com foco na integração, que estava em processo de criação” (REINERT, LAFFIN, 2008, p. 2). O compromisso do Governo com a criação da atual UFFS, só foi confirmado em 02 de outubro de 2007, quando foi reafirmada a necessidade da Comissão de Elaboração do Projeto, como sugerido na reunião de 15 de junho de 2007 (REINERT, LAFFIN, 2008, p. 2). Assim, segundo Trevisol (2015, p. 11), em 2007, uma portaria do MEC (948/MEC/2007) foi criada, instituindo a Comissão de Projetos da Universidade Federal da Fronteira Sul.

A primeira reunião da Comissão de Elaboração do Projeto da universidade foi em 23 de outubro de 2007, ocorreu em Brasília e teve como objetivo “definir o cronograma e as estratégias de elaboração do projeto para a implantação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 21). Nesta reunião ficou definido que a comissão seria organizada pelos Deputados Cláudio Vignatti (SC), Ivair Pavan (RS), Luciane (PR)⁶⁸, FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), Via Campesina e CRESOL, CORLAC, tendo como coordenadores gerais a FETRAF-Sul e o Dep. Claudio Vignatti. Ou seja, nota-se que as lideranças do movimento unificado são consonantes com os grupos que se faziam presentes nos movimentos locais dos três estados que pediam a universidade no Oeste: FETRAF-SUL e Vereadores.

Consideramos que o projeto de criação da UFGFM, como proposto por meio do projeto de lei apresentado por Claudio Vignatti, é bastante importante para se compreender os motivos e os primeiros passos que levaram à criação da UFFS, pois foi a partir disso que o movimento se reuniu em torno de uma única causa. Primeiramente, a universidade, mesmo atendendo a Mesorregião, seria composta por apenas um *campus*, com sede na cidade catarinense de Chapecó, que atenderia

⁶⁸ Não há referência quanto ao sobrenome da militante, apenas se indica sua origem como do Estado do Paraná.

aos 415 municípios no Estado sede, no Paraná e no Rio Grande do Sul (figura 4 e 5).



Figura 5. Caracterização da Mesorregião

Fonte: Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura, 2007.

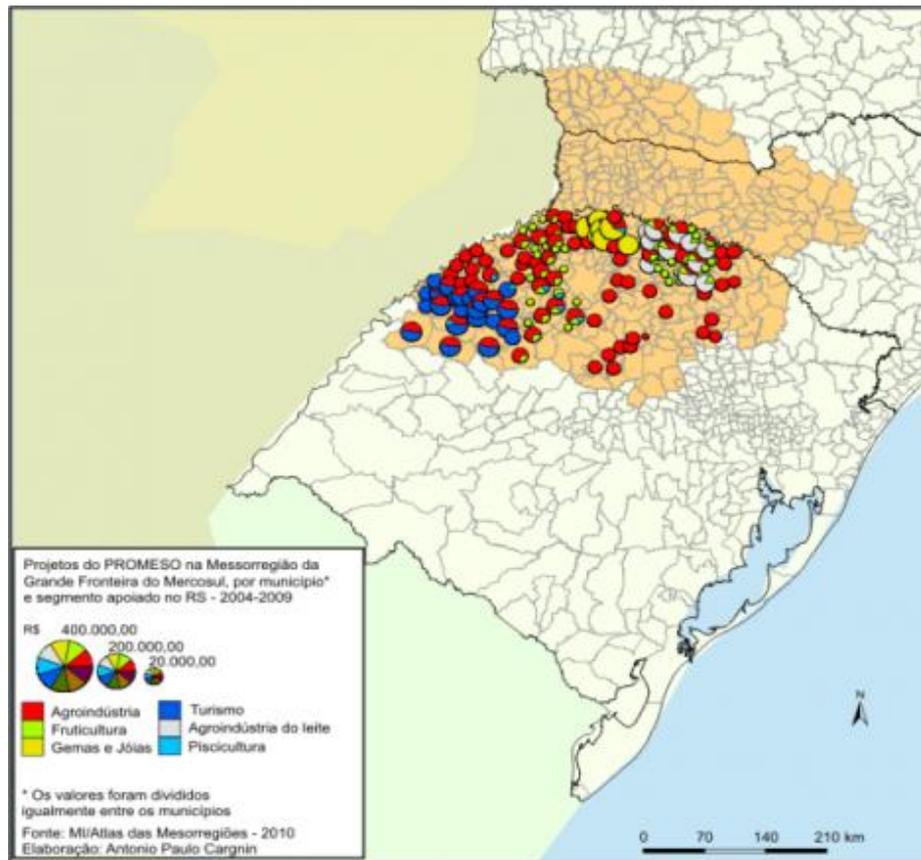


Figura 6. Mapa da Mesoregião da Grande Fronteira Mercosul

Fonte: <https://confins.revues.org/8519?lang=pt>

Chapecó se situa em área central do mapa apresentado acima, por isso, segundo o projeto citado, seria a sede:



Figura 7: Chapecó no Mapa da Mesorregião do Mercosul.

Fonte: TREVISOL, 2015, p. 512

Porém, a partir de maio e junho de 2006, com a garantia de unificação do movimento Pró-Universidade, o número de campi obrigatoriamente teve de aumentar para efetivamente contemplar as realidades de todos os grupos sociais, que se espalhavam pelos três estados. Assim, a proposta multicampi foi uma solução encontrada na primeira reunião da Comissão (out. 2007) e pelo movimento para contemplar tanto aos anseios regionais quanto à autonomia universitária e às atividades acadêmicas:

Sua estrutura multicampi, atendendo a três estados da região sul do Brasil, sendo que a reitoria estará sediada em um dos estados, preferencialmente no Oeste de Santa Catarina e haverá mais um campi em cada um dos dois outros estados – Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná, com projeto inicial para 14 cursos e expansão para 30 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 21).

Quer dizer, diferentes movimentos atuantes nas áreas ao Norte do Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina há muito já demandavam uma

universidade federal, enquanto que o Sudoeste do Paraná foi incorporado ao projeto, ainda que não se possa ignorar a existência de uma forte mobilização social e variadas discussões sobre a importância de uma universidade pública na região, com a inclusão da FETRAF-Sul como coordenadora da Comissão pela universidade. Este movimento social era, e é, bastante forte no Sudoeste do Paraná, e foi cada vez mais ganhando visibilidade, atuando, pois, em favor da inclusão do Sudoeste paranaense como uma das áreas a conquistar um dos campi da futura instituição.

Segundo o projeto de Vignatti, conforme assinalado no artigo 3, “a UFGFM terá como finalidade erradicar a pobreza e reduzir ao máximo as desigualdades sociais e regionais, na forma do art. 3º da Constituição Federal” (BRASIL, 2005, p. 2). E seria importante ter uma universidade na região, pois

os Grandes problemas da Mesorregião, na atualidade, podem ser resumidos nos seguintes itens: crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e competitividade; dificuldade de inserção da pequena prioridade rural no mercado e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. *Como consequência [sic] dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional [grifo nosso]* (BRASIL, 2005).

Ou seja, conforme se lê no projeto, seria interessante instalar uma universidade federal na Mesorregião Mercosul devido a uma série de problemas econômicos e sociais locais que resultariam em uma “baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional”. Discurso similar pode ser notado no Manifesto da Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal, de 14 jun. 2007, que sustenta que “a interação das instituições de ensino superior com as vocações regionais e locais é uma premissa básica para constituir os alicerces de um novo projeto de desenvolvimento” (COORDENAÇÃO MPUF, Manifesto, jun. 2007, p. 10). O documento ainda ressalta que “a ampliação de oferta de ensino superior público constitui-se como um elemento central para a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do país e de suas macro-regiões [sic]” (COORDENAÇÃO MPUF, Manifesto, jun. 2007, p. 10).

O mesmo tipo de argumentação é encontrado no projeto de Vignatti de 2005. Para ele,

a criação desta Universidade na Mesorregião trará *benefícios* para uma região que envolve os três estados do Sul do Brasil e encontra *ensino público federal distante a mais de 400 km das Capitais de cada estado*. Está alternativa possibilitará uma significativa oferta de ensino público superior gratuito, ao mesmo tempo, gerará *conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, a prosperidade e ao bem-estar de milhares de habitantes dos três estados do sul*. Com isso pretendemos atingir um dos grandes problemas da baixa *Índice de Desenvolvimento Humano em toda a região da Mesorregião que é os maiores índices de Êxodo Rural* [grifos nossos] (BRASIL, 2005).

Há de se convir que se tratava de uma ambição gigante a ideia de se resolver o problema do baixo IDH de uma região caracterizada por altos índices de êxodo rural a partir da instalação de uma Universidade Federal; porém, é o que o projeto assinado por Vignatti propunha, por meio também de “convênio ou parcerias com entidades congêneres, federais, estaduais, comunitárias ou municipais” (BRASIL, 2005, p. 2). Em novembro de 2007, o MPUF já havia delineado a universidade que queriam, algo que não diferia muito da proposta de Vignatti de 2005:

uma universidade pública e popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e *produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento* [grifo nosso] (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 13).

Além disso, o movimento pró-universidade federal preconizava uma universidade que potencializasse “a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, que tinha como premissa a valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente”. Neste sentido, a ênfase se daria especialmente na estrutura de produção agrícola (agricultura familiar e camponesa), nos setores empreendedores (agroindustrial⁶⁹, metal-mecânico, moveleiro, etc.), na infraestrutura

⁶⁹ Neste ponto, cabe uma reflexão sobre a ênfase da nova universidade com vistas ao atendimento dos setores empreendedores do meio agroindustrial: os movimentos sociais, especialmente do Sudoeste do Paraná, negaram a proposta de Fernando Haddad de criar um Instituto Federal, pois não queriam mais um Instituto que ensinasse os alunos a “cortarem frango”; entretanto, aceitaram uma proposta de universidade que visava “fortalecer a matriz produtiva existente” na região, “ênfatizando” a estrutura dos setores empreendedores agroindustriais que, no caso, são especialistas em empregar pessoas para, justamente, “cortar frango”. Pergunto em que medida a “ofensa” dos movimentos sociais à época teria se dado mais com o suposto “ensino do cortar frango” nos Institutos Federais ou com a sugestão de conseguirem “apenas” um Instituto Federal ao invés de uma Universidade Pública. Se o problema de conseguirem Institutos seria o atendimento das demandas puras do mercado, por que enfatizam as mesmas demandas (desta vez como apresentadas como positivas) nos documentos e debates da criação da UFFS?

de transporte, energia e comunicações e nos recursos naturais (casos do Aquífero Guarani e da Bacia do Rio Uruguai) (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 13).

Visando o atendimento dessas demandas, o movimento advogava em favor de uma universidade que fosse multicampi, abrangendo a Mesorregião e seu entorno; que integrasse ensino, pesquisa e extensão; que atuasse em todas as áreas do conhecimento; e que fosse democrática, autônoma, respeitando a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural. Ademais, argumentava-se que esta nova universidade estabelecesse um dispositivo de combate às desigualdades sociais e regionais, “incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade”, bem como tivesse “forte intercâmbio” entre universidades e instituições culturais, entre os países do Mercosul e da América Latina e com a “sociedade organizada, em especial com os movimentos e organizações sociais populares” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 14).

São pretensões bastante ousadas para serem conquistadas com a instalação de uma universidade pública. Todavia, pode-se afirmar que se trata de uma condição com a qual as universidades se deparam no mundo contemporâneo, pois

são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas atividades por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares (SANTOS, 2000, p. 187).

Nos voltaremos, na sequência do trabalho, para os desafios que a universidade pública tem confrontado ao longo dos últimos anos, especialmente no caso da UFFS; mas, desde já é importante demonstrar o tamanho do anseio dos movimentos sociais para com esta nova universidade, que justamente pelo seu *status* de “nova”, de “novidade”, carregou a carga do sonho e da possibilidade de ser construída tendo por princípio a pluralidade, algo a ser assegurado desde os seus primórdios. Tal processo se diferenciaria, por exemplo, da reforma de uma instituição já existente, em relação a qual seria hipoteticamente mais difícil a conquista de todos os objetivos apontados na página anterior. Porém, se por um lado esses movimentos sociais almejavam por uma universidade (“*universitas*”) na acepção literal do termo,

por outro haveriam de se confrontar com aquilo que caracteriza a estrutura universitária nos dias de hoje, e que “está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança” (SANTOS, 2000, p. 187). Ou seja, os movimentos demandavam por uma universidade, funcionalmente tradicional, para atender a anseios sociais, plurais e democráticos. Porém, naquele momento, como dito, a ideia de algo novo carregava consigo também a possibilidade de uma mudança contida desde o berço desta universidade.

Assim, pensando nos eventuais benefícios que se demandava que a universidade trouxesse para a mesorregião, e considerando que ela se instalaria em uma condição multicampi, as pendências a serem solucionadas diziam respeito à definição dos municípios que abrigariam instalações da nova universidade, e que, supostamente, seriam diretamente afetados por tamanha transformação encabeçada pela universidade. Deste modo, a primeira etapa seria a de repensar os campi e os locais onde se inseririam: o que se presumia é que Rio Grande do Sul (região noroeste), Santa Catarina (oeste) e Paraná (sudoeste) deveriam ter direito a campi, uma vez a universidade fosse aprovada. Isso já pode, inclusive, ser observado nos dados pontuados acima, no que se refere à mudança do projeto apresentado em 2005 para as discussões travadas nos anos de 2007 e 2008.

2.2 A DISPUTA PELOS CAMPI NO MOVIMENTO UNIFICADO.

No site da UFFS,

o projeto que chegou ao Congresso Nacional e depois foi aprovado já definia uma série de características da nova instituição, que deveria ser democrática, popular e *teria cinco campi*, para suprir a carência de vagas na Fronteira Mercosul e reverter o processo de litoralização. Assim, o apoio para a ideia de uma universidade federal na região aconteceu em agosto de 2007: mais de 15 cidades fizeram atos públicos em prol da implantação. Em outubro, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, confirmou a criação da universidade.

Ao ler a descrição no site da UFFS, e observar a determinação por cinco campi, tem-se a impressão de que o processo foi resolvido de forma tranquila e que a decisão pelos locais ocorreu por comum acordo entre as lideranças e grupos sociais que partilhavam de um mesmo sonho e interesse. Porém, a decisão não foi

tão sublime como aparenta nos argumentos institucionais. A partir do momento em que a comissão de elaboração do projeto é criada e que a primeira reunião acontece, o passo seguinte foi o de definir os locais que receberiam as unidades da nova universidade que, até então, não tinha um nome escolhido. Na reunião em Brasília de 23 de outubro de 2007, deliberou-se que

as cidades candidatas terão de atender a três critérios básicos: ser polo na região, estar em área central e oferecer contrapartida compatível com o projeto do MEC, seja ela a doação de um prédio, terreno ou em forma de recursos concretos, lembrando que não poderá existir ‘embargos de natureza jurídica’ (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 22).

Até então, sabia-se que os campi seriam no Oeste de Santa Catarina, Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná. A decisão permaneceu em suspenso até a reunião seguinte, ocorrida na Universidade Federal de Santa Maria, em 23 de novembro de 2007, quando decidiu-se que a reitoria seria preferencialmente em Chapecó, pois “o Estado de Santa Catarina possui apenas uma universidade federal” (MEC, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 32) e, igualmente, argumentou-se que “o Estado de Santa Catarina é o lugar onde há o menor número de vagas para o ensino superior, havendo uma enorme demanda para atender aos seus diversos municípios” (MEC, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 33). Porém, aqui vale recordar que a proposta contida no projeto de lei de Vignatti era a de que a sede, ou único campus da universidade da Mesorregião, seria justamente em Chapecó. Aparentemente, aos presentes na reunião, de acordo com as memórias e atas, a sugestão e a decisão foi tomada tranquilamente, sem maiores interpelações: a sede seria estabelecida em Chapecó.

Para os outros estados, que até então sediariam dois campi no total (um para RS e um para PR), os critérios de decisão se manteriam

considerando o número de municípios e população da mesorregião e seu entorno; forte presença de agricultura familiar e camponesa como elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da mesorregião; forte presença de organizações e movimentos sociais populares; regiões mais distantes das atuais universidades federais da região sul; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área de educação; regiões que representem centralidade no contexto geográfico da mesorregião e que contenham certa infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis etc. [grifos nossos] (MEC, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 34).

Esta fala provém, na memória produzida pelo MEC, de Elton Scapini, e aqui pretendemos nos atentar aos seguintes detalhes: nesta segunda reunião, o foco passa a ser a Mesorregião e seu entorno; um entorno caracterizado por forte presença da agricultura familiar e camponesa; e que estivesse distante de institutos federais de educação. Neste momento, o desenho destes futuros campi, com tais características eram construídos de forma singela e discreta. Além disso, dois novos critérios foram inseridos, quais sejam, “que esteja localizado nas regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que para isto, dados oficiais devem ser utilizados como parâmetro,..., e onde há maior demanda por matrículas” (MEC, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 36). Todavia, na memória da mesma reunião produzida pela UFSM, a proposta de cinco campi já havia sido apresentada: dois campi no Rio Grande do Sul, dois campi em Santa Catarina, e um campus no Paraná (UFSM, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 36).

Assim, para a melhor definição dos locais em que os campi seriam instalados, uma comissão de onze membros dos movimentos sociais foi formada para trabalhar em paralelo ao trabalho de onze membros do MEC que estariam envolvidos nas discussões da universidade federal. Esse grupo de 22 pessoas ficou conhecido como “grupo dos 11” ou “comissão dos 11”. Nesta reunião, ficou acertado também, segundo a memória produzida pela UFSM que FETRAF e Via Campesina “puxariam o movimento como representantes dos grupos sociais envolvidos” (UFSM, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 36). Nesta reunião, uma das falas do Prof. Lucio José Botelho, na memória feita pela UFSM, chama a atenção para o papel da Via Campesina na criação da universidade: “o projeto da nova IFES foi desenterrado a partir de uma reunião da Via Campesina e dos movimentos sociais com o Presidente Lula” (UFSM, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 37), o que justificaria a presença do grupo no seio da coordenação do movimento.

Um dos participantes do grupo dos onze, da parte dos movimentos sociais, foi o Sr. Jaci Poli que, presente nesta reunião, salientou que seria importante definir naquele momento os locais dos campi, e que a alteração de três campi para cinco, e para três novamente poderia vir a gerar “rupturas e à perda de confiança do

movimento em relação ao grupo”. Em relação a isto, Jaci Poli afirmou, em entrevista em setembro de 2016 que

quando se começou o movimento, todo o processo de discussão começou com o governo federal que tinha definido 3 campi: um em Santa Catarina, um no Rio Grande do Sul e um no Paraná. Era a primeira proposta. Quando foi definir onde, só três... Santa Catarina um só tava tranquilo, o pessoal já tinha Chapecó como o centro do debate, agora no Paraná aparentemente parecia que tava tranquilo porque a única região que era parte da Mesorregião era o Sudoeste. O pessoal pensava no Sudoeste do Paraná, não tinha muita opção de lugar e Rio Grande do Sul então tinha uma briga de foice lá, era uma disputa sem tamanho, tinham 6 cidades que estavam disputando a sede da universidade, então era muito grande a disputa. E aqui na região, na realidade, foi se discutindo aos poucos... Ai se estabeleceu a escolha. (POLI, 2016).

Pensando em tais características, à época o Sudoeste não se enquadrava em alguns dos critérios definidos nesta reunião de novembro de 2007. No entanto, como o Sudoeste era o único local viável para a instalação no Paraná, levando-se em conta aquilo que apresentamos no tópico 2.1, o movimento (representado no grupo dos onze pelo Sr. Jaci), embora demandasse por uma rápida definição dos campi, se sentia em uma posição de relativa tranquilidade.

Na reunião seguinte, em 13 de dezembro de 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, ainda não haviam chegado a um consenso acerca da quantidade de campi que a universidade teria, sendo que “o Presidente da República tinha definido com sendo três campi,..., [mas] o Secretário de Educação Superior disse que há possibilidade para que a universidade seja criada inicialmente a partir de 4 (quatro) campi” (MEC, registro de reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 44). Porém, algo de diferente das reuniões iniciais foi definido nesta última: a inclusão de Laranjeiras do Sul como possibilidade de município sede no mapa da instituição que viria a ser a UFFS.

Nas reuniões organizadas, como se pensava que no Estado do Paraná o *campus* seria inserido na região Sudoeste, iniciou-se a primeira briga entre os municípios para conseguirem recebê-lo. As cidades que “batalharam” pela UFFS, segundo o Sr. Paulo Giacomelli⁷⁰, e que chegaram ao final atendendo aos critérios para recebê-la (de acordo com o entrevistado, dinheiro público municipal para

⁷⁰ Um dos moradores mais antigos do município de Realeza, Presidente da comunidade rural de São Judas, conhecida como Linha Bonatti, e participante ativo das reuniões do MPUF como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Realeza. Foi membro do PMDB por mais de 30 anos, tendo se candidatado algumas vezes ao cargo de vereador, até se desfiliar do partido em setembro de 2016.

investir; espaço físico para comportá-la; fácil localização e condições de crescimento socioeconômico⁷¹) seriam Francisco Beltrão, Pato Branco e Realeza. Como as duas primeiras já acolhiam a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a “campeã” no sudoeste paranaense, automaticamente, seria Realeza.

Tal processo foi igualmente objeto de comentário por parte do Sr. Jaci Poli, que afirmou, em entrevista de setembro de 2016, que “quando Beltrão deixou de ser possível porque já tinha a sede de um campus de uma universidade federal, o pessoal pensou em Realeza de uma forma automática”, pois “o Eduardo e o Canjica, e o pessoal daqui [de Realeza] é que participava mais efetivamente do movimento” (POLI, set. 2016).

Para os membros do movimento, a inclusão de Laranjeiras do Sul no mapa da UFFS foi uma surpresa. Afinal, nem mesmo em 2005 Laranjeiras do Sul era parte integrante do projeto de lei de Vignatti, pois é um município que não pertence à chamada Mesorregião do Mercosul. Os municípios atendidos eram:

Paraná – Ampere, Barracão, Bela vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, *Francisco Beltrão*, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Matelândia, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, *Pato Branco*, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, *Realeza*, Renasçença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Três Barra do Paraná, Verê e Vitorino [grifos nossos] (VIGNATTI, 2005, p. 1).

Conforme se pode notar, a repentina escolha do município de Laranjeiras do Sul teria causado estranheza aos membros do movimento do Sudoeste, pois se trata de um local que não era parcela a ser atendida pela universidade desde o primeiro projeto, e que se situa na região Centro-Oeste do Paraná, mais distante da fronteira Sul do Brasil que os outros campi, e não no Sudoeste do Paraná, como definido no início. Se observarmos o mapa de campi da UFFS podemos observar a relativa distância de Laranjeiras do Sul:

⁷¹ E que se combinam com as indicações de critérios das reuniões da Comissão dos onze de 2007, já mencionadas acima.



Figura 8: Mapa da Fronteira Sul com os campi da UFFS.

Fonte: TREVISOL, 2015, p. 512

As respostas às inquietações quanto à inclusão de Laranjeiras foram dadas na reunião de 23 de novembro de 2007, por ocasião do segundo encontro do movimento, quando os critérios de localização geográfica foram expandidos para a Mesorregião e **entorno**, que englobasse um grande movimento de agricultura familiar, forte organização dos movimentos sociais e ainda contivesse um IDH baixo se comparado com as regiões concorrentes. Como podemos observar, na reunião que incluiu Laranjeiras, de 13 de dezembro de 2007, o IDH foi um fator relevante para a decisão:

o Prof. Gelson passou a apresentar planilhas, com dados de colocação dos municípios, do IDH de Laranjeiras, Francisco Beltrão e Rio Bonito no Estado do Paraná, para que se decida onde será contemplado o campus. Em seguida passou a ler documentos apresentados a comissão de Cantuquiriguaçu apresentando a justificativa e infra-estrutura [...]. Fez uma abordagem dizendo que há matrícula de nível superior em Laranjeiras contrariando os dados do documentos apresentado [sic]. Também foi feita leitura do Documento apresentado pelo movimento de Francisco Beltrão, defendendo a instalação do campus, a infraestrutura, justificativa, história da região e já como indicativo a expansão da cidade de Realeza (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 44).

É importante sinalizar que no Relatório Final da comissão coordenado por Reinert e Laffin de 2008, iniciando pelos anexos de descrição das memórias de

reunião do movimento, a primeira vez que o nome de Laranjeiras do Sul aparece é neste dia, mesma data em que é decidido como sede de campi do Paraná. Na linha imediatamente abaixo das transcritas acima, encontra-se:

A seguir foi feito debate para a definição da instalação do campus pelos componentes do grupo de trabalho. A maioria tem ideia de que a região da Cantuquiriguaçu tem maior condições [sic] de ser a região contemplada com o campus a ser definido na cidade de Laranjeiras e Rio Bonito, *sendo que o critério de maior relevância foi a localização geográfica, como centralizada geografia da Mesorregião*. Fica definido Laranjeiras do Sul como cidade a ser contemplada com um campus (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 44).

A julgar pelo o que se lê acima, o critério apresentado como de maior relevância teria sido o geográfico: porém Laranjeiras do Sul sequer fazia parte da Mesorregião e, portanto, como poderia ter sido apresentada como dotada de “centralizada geografia [na] Mesorregião”? Uma resposta possível também teria sido dada na reunião de 23 de novembro de 2007, quando o Prof. Lucio expôs que “o projeto da nova IFES foi desenterrado a partir de uma reunião da Via Campesina e dos movimentos sociais com o Presidente Lula” (UFESM, memória da segunda reunião apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 37).

O Sr. Jayme Taube, conhecido pelo apelido “Canjica”⁷², ressalta que

o que se sabe, assim, entrelinhas que o presidente do MST, o João Pedro Stédile, é que tinha solicitado uma universidade pro Lula pra região mais pobre do Paraná, que é a região do centro ali, a pedido do MST, não era pra deixar nós sem, mas existe esse comentário no meio que tinha sido um acordo (TAUBE, mar. 2017, 14min)

Quando houve a mudança na proposta da universidade (para “multicampi, democrática e popular”), o MST pôde se posicionar ativamente quanto ao interesse da abertura do campus paranaense nas proximidades de um de seus assentamentos, abandonando a decisão anterior sobre o local ser no Sudoeste do Estado. Assim, seria por conta do envolvimento do MST⁷³ e da Via Campesina que um campus foi aprovado em Laranjeiras do Sul. E podemos questionar o jogo de interesses na instalação da UFFS. Afinal, as trajetórias do PT e do MST se cruzam por diversas vezes, desde seu nascimento, como afirma Andrea Paula dos Santos:

⁷² Na época vereador pelo PT no município de Realeza, hoje atua na Prefeitura do município como funcionário da EMATER.

⁷³ Movimento dos Sem Terra, que juntamente com outros movimentos compõe a Via Campesina, de atuação internacional.

“O PT teve relação direta com o nascimento do MST em 1984 que, por sua vez foi gestado no interior da Comissão Pastoral da Terra (CPT), mantida pelas igrejas cristãs, especialmente a Católica” (SANTOS, 2006, p. 4).

Ainda de acordo com Santos (2006, p. 4), a influência do MST foi gradualmente se ampliando, até que se tornou parte das conjunturas de negociação social:

Com o MST, muitos dos chamados pobres do campo puderam se alçar à condição de cidadãos com acesso à direitos, líderes de seu próprio grupo de origem, mas já com uma concepção teórica e prática de sua trajetória redimensionada pela experiência política e social nos partidos de esquerda, notadamente o PT. E isso também os levou à liderança de partidos de esquerda e a se tornarem representantes políticos eleitos como vereadores, deputados e até prefeitos. Nesse último ponto, cabe destacar que ao longo de seu percurso, o MST incorporou outros sujeitos além daqueles da família dos trabalhadores rurais sem terra, ampliando seu apoio na sociedade e o seu raio de ação para atingir seus objetivos.

Do que pode se concluir que, enquanto grupo de atuação forte, o MST, pela Via Campesina, e suas lideranças poderiam ter sido capazes de conseguir o campus da UFFS mesmo sem estar em sua rota de atendimento inicial. É o que aparenta a fala da reunião de novembro de 2007, em que se afirma que o projeto de universidade foi “desenterrado” pela Via Campesina.

Sobre a reunião que decidiu o campus em Laranjeiras, o Sr. Jaci Poli afirma que

foi definido em Florianópolis em uma reunião. Foi uma votação. Não tinha como ser diferente, ou era Realeza ou era Laranjeiras. Era a disputa. Foi votado na comissão por conta de algumas coisas que eu nunca vi, um espírito de coitadismo do pessoal de Laranjeiras... Laranjeiras definiu muito por conta do IDH baixo. Eles sempre foram. E o grande objetivo da nossa universidade naquela vez era atender os lugares mais deprimidos economicamente. Então era evidente: Laranjeiras e a Cantiquiriguaçu, a região ao redor de Laranjeiras, aquela microrregião, aquele território, realmente, do Paraná, é o que tem o IDH mais baixo junto com o Vale da [sic] Ribeira. E vai olhar o que tinha lá. Aqui no Sudoeste nós tava rico comparado com o resto. E, na lógica, seria lá, se fosse pra fazer inclusão social. E foi feito isso. O movimento votou para colocar em Laranjeiras. Foi aquela história de que na lógica, por mais que o pessoal do Sudoeste quisesse, estivesse ansioso por um campus da universidade, se fosse olhar pela intencionalidade que se tinha nos movimentos, tinha que ser lá (POLI, set. 2016).

Ou seja, quando se dá a inserção de determinados critérios para a localização dos campi na reunião de outubro de 2007, a mesma que abre a possibilidade para a

inclusão do **entorno** da Mesorregião no projeto, se cria espaço para a articulação de Laranjeiras do Sul como município sede da UFFS no Paraná. Segundo o Sr. Paulo Giacomelli, a querela entre Laranjeiras do Sul e Realeza se deu por conta dos seguintes condicionantes: o governo federal havia posicionado o MPUF sobre a abertura de quatro campi, se a universidade fosse aprovada. Santa Catarina fazia questão de ser a sede da universidade (e que essa fosse em Chapecó) não importando para os representantes catarinenses quantos campi os Estados vizinhos receberiam na divisão; por sua vez, o Rio Grande do Sul queria ter mais campi que o Paraná por conta da quantidade de municípios que possuía na Mesorregião; finalmente, o Paraná tinha uma briga interna nas reuniões sindicais em relação à escolha de onde seria o campus. Nestes termos, um seria em SC, dois no RS e um no PR.

Assim, em 13 de dezembro de 2007 ficam decididos os quatro campi da Universidade, até então sem nome: reitoria em Chapecó/SC, campi em Erechim e Cerro Largo no Rio Grande do Sul e Laranjeiras do Sul no Paraná. Assim, o Sudoeste do Paraná (e Realeza), um dos focos originais da proposta, deixaria de ter um campus.

2.3 O CAMPUS EM REALEZA: UMA QUESTÃO POLÍTICA

A reunião seguinte, ocorrida em 21 de fevereiro de 2008 aconteceu em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, e ainda tinha como tarefa, ou grande entrave, decidir sobre os municípios sede dos campi, que aparentemente já haviam sido escolhidos. Nesta altura, o nome da universidade já havia sido escolhido como Universidade Federal da Fronteira Sul, em detrimento de outras opções como Universidade Federal Mesomercosul; Federal da Mesorregião Sul, Universidade Federal Guarani, ou Universidade Federal do Aquífero Guarani; Universidade Federal do Sul do Brasil; Universidade Federal da Integração do Sul (MPUF, dez/07 a fev/08, p. 20, 21).

Segundo a Memória da reunião produzida pelo MEC, um representante do Fórum da Mesorregião Cantuquiriguaçu pediu a palavra para solicitar esclarecimentos

relativos à designação dos municípios contemplados na primeira etapa da implantação da UFFS e solicita que a decisão seja

reconsiderada, haja vista que a população da Região do Sudoeste do Paraná sente-se injustiçada por não ter sido contemplada no projeto (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 51).

Mesmo assim, o Prof. Laffin, coordenador responsável pela redação do relatório final da comissão dos onze, “justifica que a escolha dos municípios foi realizada em consonância com a promessa do Presidente Lula, de implantar a universidade antes do fim do seu mandato na região do Conesul” (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 51), e que as decisões obtidas nas reuniões da comissão seriam mantidas. E Tortelli⁷⁴ “coloca a importância de a comissão responder aos pleitos que lhe são interpostos” (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 51). Ou seja, estava definido o campus em Laranjeiras do Sul.

Nesse sentido, com tanto alvoroço pela negativa à Realeza, Laranjeiras do Sul (por seu prefeito) se posicionou e confirmou acordo com o município de Santo Antonio do Sudoeste “que o faz legitimado para representar a região”. O prefeito de Santo Antonio também se manifestou a favor de Laranjeiras e de sua legitimidade. Segundo o Sr. Taube, tal preferência de Santo Antonio, município do Sudoeste, por Laranjeiras se devia a um desentendimento prévio com o então prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski. Este, por seu turno, ao pedir a palavra nesta reunião, expôs aos presentes documentação e relatórios para tentar recuperar a candidatura de Realeza/PR (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 51). Mesmo assim, ao término da reunião “o grupo decide que todas as decisões tomadas até o momento serão referendadas” (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 52), ou seja, o campus em Laranjeiras do Sul é mantido no projeto da UFFS.

Porém, na memória da mesma reunião produzida por Elton Scapini, observamos que houve três impugnações de candidaturas e ao que se refere aos municípios sede da UFFS: a já mencionada em relação ao Paraná, uma outra efetuada por grupos de Cerro Largo/RS e uma terceira em favor de incorporação da Unidade de Palmeira das Missões/RS⁷⁵. Quanto ao caso paranaense, notamos que a Comissão do Sudoeste do Paraná se reuniu diretamente com o Ministério da

⁷⁴ Altemir Tortelli, um dos criadores da FETRAF-Sul, tendo-a coordenado entre os anos de 2002 a 2010. A convite de Lula, integrou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Foi eleito deputado estadual pelo PT do Rio Grande do Sul em 2014.

⁷⁵ A cidade de Palmeira das Missões também foi contemplada com um campus da Universidade Federal de Santa Maria, no mesmo período da abertura do campus de Frederico Westphalen, em 2006. Aqui, chamo a atenção para o fato de a UFSM estar participando do grupo dos 11 junto à UFSC, como responsáveis pelo projeto da UFFS.

Educação em 18 de fevereiro de 2008, argumentando que Laranjeiras do Sul não era pertencente à Mesorregião, ao que lhes foi concedido (por parte da Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, Maria Ieda Costa Diniz, que participou da referida reunião) a prorrogação do prazo da comissão da UFFS por mais 30 dias, para que eventualmente fosse reavaliada a situação.

Assim, o projeto que já sairia escrito para o governo autorizar com os quatro campi foi atrasado em um mês pelas impugnações de candidaturas de municípios sede, especialmente pelo sentimento de frustração que impulsionou a ação do movimento do Sudoeste do Paraná. Realeza, mesmo sem conseguir sediar o campus do Paraná, obteve por meio da manobra mencionada um prazo maior por parte do MEC, mesmo que promovendo por isso uma série de novos debates internos ao MPUF.

Até que, em 18 de março de 2008, porém, registrou-se a seguinte cena em Realeza:



Figura 9: Carreata em Realeza em 18 de março de 2008.

Fonte: Arquivo Pessoal Sr. Jayme Taube, Canjica

Menos de um mês após a prorrogação do prazo concedida pelo MEC à Comissão dos onze, foi realizada uma grande festa no município de Realeza/PR, comemorando a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul. A chave para tal feito, mesmo com reticências por parte do MPUF (como apontaremos mais

adiante) é apontada na figura 10, na faixa que diz: “O Sudoeste agradece aos ministros Paulo Bernardo, Fernando Haddad, Dep. Luciana e Gleisi pela UFFS”.



Figura 10: Carreata em Realeza em 18 de março de 2008⁷⁶.

Fonte: Arquivo Pessoal Sr. Jayme Taube, Canjica

A festa pode ser explicada por uma reviravolta política que desestabilizou o MPUF internamente. Em 19 de março de 2008, um dia depois da carreata em Realeza ocorre uma reunião em Chapecó no Auditório do Sindicato dos Bancários. Nos informes aos participantes é apresentado o atraso do “Ato de Assinatura do Projeto de Lei pelo Presidente Lula” pretendido para 20 de março de 2008, pois o projeto retornou ao “MEC para inclusão de mais um campus para o Sudoeste do Paraná” (MPUF, 2008, p. 1).

Quando as falas dos presentes foram abertas, observa-se que a indignação com o ocorrido foi muito grande, vários participantes avaliavam que se “abrir para mais uma unidade, abre-se o todo o processo. Diz que se há proposta do Governo de mais uma unidade, que se retome a proposta de se iniciar com sete” (MPUF, 2008, P. 2). O Sr. Jaci Poli, presente na reunião afirmou que “a territorialidade estava

⁷⁶ Datas do arquivo pessoal do Sr. Jayme Taube.

conformada na Mesorregião, já que no projeto de lei não havia constado o entorno”, que “o Sudoeste pediu uma audiência ao MEC para explicar a questão”, enquanto que “O Sudoeste do Paraná mobilizou os deputados e o Ministro do Planejamento (Paulo Bernardo). O Ministro do Planejamento assumiu que era possível uma unidade para o Sudoeste do Paraná” (MPUF, 2008, p. 2).

O último item da fala do Sr. Jaci Poli deixa bastante transparente que o movimento do Sudoeste do Paraná se organizou para conversar com deputados estaduais e com o Ministro do Planejamento neste intervalo de um mês de prorrogação dado pelo MEC e que, por meio de tal ação, conseguiram uma unidade para o Sudoeste, como consideravam de direito. Segundo Canjica (Jayme Taube), a ideia partiu do ex-prefeito Eduardo Gaievski que, inconformado com a derrota no interior do Movimento Pró-Universidade, decidiu seguir para Brasília a fim de obter apoio político para a implementação em Realeza/PR. Ele afirma que

Quando se decidiu essa questão em Florianópolis, a comissão optou por Laranjeiras,..., aquela semana, no domingo tinha uma festa lá em cima ali no Seminário, eu fui lá com a Neiva⁷⁷ almoçar, chegou o Eduardo lá na mesa e começamos a discutir. Ele perguntou: ‘Canjica e agora?’. Naquele dia se decidiu que nós íamos nos mobilizar e ir à Brasília, e na outra semana nós fomos à Brasília e a sugestão foi assim, que ele iria como prefeito, eu iria pelo PT, pegamos um vereador do PMDB e um vereador do PDT, porque pensamos que não adiantava, íamos pegar assinaturas dos deputados federais, eram 30, né? Daí na outra semana nós fomos à Brasília, essa data dá pra ver na Câmara de Vereadores, e nós fizemos um documento pra pegar assinatura dos deputados federais do Paraná. Pegamos 29 assinaturas, dos 30. Não pegamos do André Vargas porque ele [Gaievski] optou por não pegar, e aí conseguimos começar a mobilizar e inverter um pouco a questão de um segundo campus no sudoeste do Paraná. Ali eu diria que foi um marco. Aí fomos na comissão do SEDU, [...], e a secretária falou que não tinha condições de abrir mais um orçamento para mais um campus, isso já foi em uma segunda viagem, da coordenação regional, e foram mais pessoas. Voltamos e começamos a articular aqui, começamos a pressão sobre a Luciana, sobre a Gleisi, sobre o Paulo Bernardo, que veio na Expobel, no Banco do Brasil e ali ele anunciou que teria um quinto campus. Nós pressionamos. Conseguimos que o Paraná fosse contemplado (TAUBE, 2017).

A presença de Paulo Bernardo na Expobel (Feira de Exposições de Francisco Beltrão) é confirmada pelo Jornal de Beltrão⁷⁸, em matéria do dia 18 de março de 2008, data da carreata em que houve comemoração em Realeza. Segundo a nota, o

⁷⁷ Esposa do Sr. Jayme Taube.

⁷⁸ <http://www.jornaldebeltro.com.br/noticia/31209/ministro-declara-apoio-a-eduardo-scirea-para-prefeito-e-madruga-retira-sua-pre-candidatura>.

Ministro do Planejamento esteve em Francisco Beltrão “quando palestrou para empresários e lideranças sobre o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), no auditório do centro de eventos” no sábado, 16, pela manhã. Ou seja, na reunião em Chapecó de 19 de março de 2008, já havia sido decidido, não pelos movimentos sociais, mas pelo governo federal, que haveria um quinto campus para Realeza no Paraná. O Sr. Jaci Poli também falou um pouco sobre a movimentação para conseguir o campus em Realeza:

a partir do Eduardo e a partir do movimento, o Eduardo chamou esse movimento, nós fizemos uma reunião em Beltrão, o grupo todo, e decidimos ir pra Brasília todo mundo. E é interessante, que o Eduardo, a partir dos deputados aqui da região, ele fez uma proposta pra que esses deputados do Paraná destinassem uma emenda coletiva, criassem uma emenda coletiva: todo o recurso que tivesse dentro daquela emenda parlamentar coletiva dos deputados e do Senado e da Câmara dos deputados, fosse destinada no orçamento para o movimento pela universidade aqui na região Sudoeste. Para apoiar a universidade na região Sudoeste. Tenho que lembrar se foi Senado, ou Câmara Federal. Dos senadores, que parece que foi que saiu uma emenda coletiva aqui do Paraná, foram 30 milhões na época que foi dado de garantia ao governo federal, de que o Paraná iria abrir mão de outros programas pra fazer esse projeto. E Paulo Bernardo tava no Ministério da Fazenda, do planejamento, na época, e afirmou categoricamente que se houvesse isso, que se acontecesse, estava superada a questão orçamentária pra implantação da universidade (POLI, set. 2016).

Essa ida de todos à Brasília remete à segunda viagem do grupo do Sudoeste à Brasília mencionada pelo Sr. Taube (Canjica). Poli ainda comentou a polêmica gerada no movimento por conta disso:

Aí o movimento que se revoltou. Teve momentos que o MPUF ficou “puto da cara” [sic] e disse “como é que pode o Paraná com 40 e poucos municípios ter dois campi, e o RS com 200 ter só dois e SC com 100 ter só um?”. Foi quando deu aquela revolta geral, o governo disse: “não, vocês estão acertando todos os processos da universidade, nós estamos ampliando o número de campi pra 4, e agora nós estamos aceitando um quinto lugar, mas é como proposta do governo federal. O governo federal também está na negociação e gostaria de estar participando do processo, e estamos indicando Realeza como quinto campus da universidade, porque é um lugar que o movimento é forte, é um movimento consistente, sempre participou ativamente. Não é um lugar estranho, é um lugar que se mobilizou pra conseguir recursos, fizeram de tudo, e o governo federal então banca que tudo bem dentro do movimento. Então nós do governo federal é que vamos apoiar como quinto campus da universidade federal da fronteira sul”.

Esse foi o momento mais crítico dentro do próprio movimento, porque alguns achavam que não podia, por ser a única universidade negociada a partir de uma articulação de 30 e tantos movimentos

sociais articulados. Eles pensaram: “não, o que nós decidimos o governo não pode mexer”. E nesse momento o governo federal disse: “não, pera [sic], eu que tenho que financiar e não posso falar?” (POLI, set. 2016)

Esse clima de insatisfação dentro do movimento pró-universidade fica evidente na reunião de 19 de março de 2008, quando se comunica ao movimento sobre a ação, à revelia, articulada pelo grupo do Sudoeste do Paraná. Ivair Pavan, Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul na época, segundo a memória da reunião, afirmou que “a postura dos companheiros do Sudoeste do Paraná é, no mínimo, inadequada. Depois de termos feito um processo junto, o Sudoeste decidiu fazer um movimento a paralelo,... ou começamos com quatro ou começamos com sete” (MPUF, 2008, p. 2). O participante Charles (sem referência de região na memória) também se manifestou:

Não estamos construindo uma universidade para cada um de nós, para nosso município ou para nossa região. Se o processo construído não for respeitado, vamos iniciar outro? O Extremo-Oeste recuou para respeitar as deliberações do movimento. [...] que o Sudoeste do PR se retrate formalmente junto ao governo, no sentido de manter as deliberações do Movimento (MPUF, 2008, p. 3).

A participante Irene da Via Campesina teria afirmado, durante a reunião, “estar surpresa com a situação. Não se trata de ser contrário a mais uma unidade e sim à forma como as questões estão se dando, [...] não é possível um estado ser atendido 100% já na primeira fase enquanto os outros dois são atendidos em 30%” (MPUF, 2008, p. 4).

O Sr. Eduardo Gaievski, presente na reunião após já ter realizado a carreato na cidade, certamente não voltaria atrás perante ao Governo, e afirmou:

Estamos juntos no movimento. O que é difícil namorar, casar, o filho nascer e alguém roubar o filho. O Sudoeste do Paraná se sente assim com a Universidade. Como vamos explicar para a sociedade do Sudoeste do Paraná? [...] Pediu sensibilidade e disse que conseguiram assinatura dos 30 deputados e o compromisso de que não farão emendas ao Projeto (MPUF, 2008, p. 5).

Segundo Eduardo Gaievski (apud GAIEVSKI, 2017, p. 5), “nesta data fomos expulsos do movimento, porém retornamos mais fortes”. Com as tramitações a futura UFFS, não mais UFGFM, passou então a contar com cinco Campi e estaria interiorizada, visando reverter o histórico processo de litoralização das universidades federais. Em 2008, a Presidência da República assinaria o projeto de criação da

nova universidade, e em novembro daquele ano, o Projeto de Lei 3774/08 do Congresso Nacional foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Esse já apresentava algumas diferenças com relação àquele proposto por Vignatti, e projetava o seguinte:

A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com campi nos Municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza. (CONGRESSO NACIONAL, 2008, p. 1)

E a justificativa para a criação da Universidade se pautaria na ideia de que:

A oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial para o desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado a políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento. (CONGRESSO NACIONAL, 2008, p. 4)

Em junho de 2009, o projeto foi aprovado na Câmara de Deputados e, em agosto do mesmo ano, foi aprovado no Senado. Finalmente, em setembro de 2009 a lei de criação da UFFS foi sancionada pelo Presidente da República. Por parte do MPUF, havia temor quanto à demora da tramitação deste projeto, de modo que as disputas com o movimento do Sudoeste se deram justamente pela preocupação com a saída de Lula do governo federal. Na reunião da Comissão de 22 de fevereiro de 2008, a preocupação principal era esta: “a necessidade de se dar celeridade ao processo, sob pena de terem o projeto ‘naufragado’, quando da alternância de gestão em 2010” (MEC apud REINERT, LAFFIN, 2008, p. 50).

2.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRESSÃO POLÍTICA NA CONQUISTA DA UFFS

Foi a ampla mobilização de movimentos, organizações e instituições sociais da região da “Grande Fronteira Mercosul” e arredores, segundo autores que estudam a UFFS, a fim de dar impulso ao projeto de criação da Universidade, conquistada a partir de demanda “levada a cabo por segmentos sociais organizados na região sul, tendo em vista o aceno governamental (intencionalidade política e

administrativa) para a expansão de vagas e criação de novas instituições universitárias” (PEREIRA, 2010, p. 1).

Para Pereira, um “aceno governamental” para a expansão de vagas e criação de universidades teria articulado uma gama de movimentos, instituições e organizações sociais que impulsionaram a criação de uma Universidade que, a princípio, tinha o propósito de desenvolver economicamente a mesorregião para, entre outros, combater o fenômeno do êxodo rural. Este aceno se confirma pelo o que até aqui foi demonstrado e a partir dele é que os projetos individuais das diferentes regiões foram unificados para compor um projeto ainda maior.

Para LAGO et al, a experiência da UFFS é fruto da história de uma região marcada por conflitos e pela experiência de

organização e mobilização da sociedade para a busca de soluções para seus problemas. Portanto possui uma tradição de organização comunitária, de ação coletiva, de associativismo, de cooperativismo, de empreendedorismo e de participação efetiva dos sujeitos na realização dos projetos coletivos (LAGO et. al., p.158).

Até mesmo o fato de as três regiões terem aceitado se unirem para um projeto único mostra a experiência ao lidar com as negociações governamentais, bem como a observação das tendências políticas que poderiam favorecê-los na conquista de objetivos de longo prazo. Para Trevisol (2015, p. 13), “a participação social foi decisiva em todo o processo de criação e implantação da UFFS”. Em depoimentos colhidos pelo referido autor sobre a criação da universidade, um dos líderes do MPUF disse que Haddad comentou que “esse projeto saiu a fórceps, surgiu graças a [sic] pressão social” (TREVISOL, 2014, p. 13).

Nota-se que o projeto se iniciou isoladamente nas regiões, e que a partir da proposta de lei apresentada por Vignatti, se transformou em um projeto maior, com maior potencial para consolidação na região Oeste do país. Após essa etapa inicial, os movimentos sociais assumiram a dianteira do processo e conseguiram construir um projeto de universidade pautado no discurso da inclusão social, do desenvolvimento regional, da conquista de direitos e da democratização da universidade pública. Porém, observamos que, por mais que o processo tenha sido impulsionado e surgido “graças a [sic] pressão social”, as instâncias da política pública (da administração pública em seus diversos níveis) não deixaram de acompanhar o processo de criação da universidade, inclusive participando com seus representantes das reuniões da comissão dos onze.

Estas instâncias participaram mais ativamente do que se pretendia inicialmente ou, pelo menos, do que se pretende quando se aponta que a UFFS resulta da ação capitaneada por movimentos sociais, em especial no que se refere à situação de Realeza, cujo campus parece, em última instância, ter sido criado por conta da pressão exercida pelo poder executivo e legislativo municipal da localidade, tanto a partir das eventuais relações pessoais e políticas mantidas pelo então prefeito municipal junto a importantes lideranças políticas que à época ocupavam cargos de destaque no governo federal quanto em razão da atuação dos vereadores que participaram das negociações em Brasília, além de parcela do movimento em favor do Sudoeste do Paraná.

Conjuntura semelhante pode ser vista em texto de Brito sobre a interiorização da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e pode em alguma medida ser transposta para a presente reflexão, quando o autor aponta que a participação intensiva de prefeituras e “parcerias com agentes econômicos, tem um duplo papel de resultante e provedora das transformações atuais no local/regional”, e ainda funciona como “produto da expansão do tecido urbano (ou da urbanidade) e da reestruturação territorial com um todo e, dialeticamente, um agente, na medida em que possibilita maior intensificação dos fluxos em nível intra-regional e inter-regional” (BRITO, 2014, p. 2). Ou seja, é um processo que não é isento de intencionalidades sociais, políticas e econômicas nem da parte dos movimentos sociais participantes, e muito menos pelas partes políticas envolvidas, em especial no caso de Realeza, que conseguiu força, voz e vez dentro do MPUF a partir do impulso político conquistado pelo grupo após a ida do ex-prefeito e vereadores à Brasília a fim de conseguir financiamento e assinaturas de apoio ao projeto.

Assim, o processo de criação da UFFS, em especial do campus de Realeza, não se encaixa plenamente à perspectiva, como por vezes se pretende veicular em alguns textos sobre a criação da universidade, de ter resultado exclusivamente de uma ação *bottom-top*, que

(de baixo para cima) caracteriza-se pela maior discricionariedade dos burocratas pela presença de atores que se auto-organizam. Aqui, os implementadores têm maior participação não só para fazer um exame minucioso do problema, mas para buscar soluções para enfrentá-lo no decorrer da implementação (NASCIMENTO, HELAL, 2015, p. 51).

Os movimentos sociais foram extremamente atuantes na construção da universidade e certamente exerceram pressão necessária para que o projeto virasse realidade. Seria imprudente desconsiderar tal fator, pois que somente com a sinalização ou aceno governamental a UFFS não teria nascido, ou não possuiria a estrutura que tem hoje. E a partir deles é que o projeto e plano pedagógico da universidade, incluindo a estrutura de cursos criados, foi pensado e criado. E por ser fruto dos movimentos sociais, o projeto é voltado para a realidade regional, que envolve a agricultura familiar e a inclusão social dos jovens destas famílias os quais, até então, residiam longe de uma universidade federal.

O próprio nome da universidade criada, portanto, “Fronteira Sul”, foi escolhido minuciosamente pela comissão dos onze para que fizesse jus ao histórico regional e sua relação com os movimentos sociais. O nome faz referência direta à região em que a instituição de ensino se aloca, espaço que “por muito tempo esteve longe dos olhares do poder público, principalmente no que se refere ao ingresso em cursos de graduação gratuitos e de qualidade” (BEGNINI, MELO, BAÇO, 2013, p. 2).

No site da UFFS,

Como a Fronteira Mercosul era uma região historicamente desassistida pelo poder público, a escolha dos locais de implantação dos campi e do nome da universidade deveriam refletir tais anseios. Assim, definiu-se Laranjeiras do Sul e Realeza (Paraná), Erechim e Cerro Largo (Rio Grande do Sul) e Chapecó (Santa Catarina e sede da instituição) como os locais de maior expressão para o principal objetivo da nova universidade, ou seja, desenvolver a região da Fronteira Sul, a partir da qualificação profissional e da inclusão social, respeitando as características locais⁷⁹.

Para Trevisol, a inserção do termo “Fronteira Sul” no nome da instituição, quebrando com a longa tradição de aludir à cidade ou à unidade da federação onde a Instituição de Ensino Superior é implantada, é algo importante de ser analisado, pois traz consigo uma “concepção político-institucional e demarca/fixa um lugar, que é, simultaneamente, de origem e de destino”. Isso estaria relacionado à proposta de Vignatti de 2005, de evitar o êxodo rural local, pensando que a Universidade atrairia

⁷⁹ Cabe também ressaltar que há uma tentativa no sítio da UFFS de homogeneizar a região da Fronteira Sul como um todo, bem como os cinco municípios-sede. Porém, sabemos que cada região e município possui um contexto histórico-social específico, ainda que haja proximidade temporal, espacial ou cultural, algo que se refletiu no processo de construção da própria universidade em cada local. Tanto o é que neste estudo trabalhamos o processo de instalação da UFFS em Realeza, que se diferiu da instalação dos campi nos outros municípios-sede. Tal heterogeneidade entre os municípios tende a promover uma dinâmica própria para cada campus ao longo dos anos, assim como estimula diferentes processos de instalação: em Chapecó com mais facilidade e prontidão, ao passo que em Realeza e Laranjeiras do Sul com mais querelas internas, por exemplo.

mais destinatários com o desenvolvimento socioeconômico que supostamente seria promovido por ela⁸⁰.

A “Fronteira Sul”, para Trevisol, situa-se distante dos grandes centros de poder. Segundo o autor, os habitantes da região de fronteira, com o tempo, aprenderam a viver à margem, e nas margens, sabendo que “raramente são prioridade” para o governo federal, que normalmente se faz presente, via de regra, somente nos conflitos de fronteira, por meio da coerção e da violência. E o aceno do governo federal para a criação de uma universidade pública nos idos de 2002 e 2003 é um grande passo para que esta região fosse incluída no mapa, pelo menos no que se refere ao Ensino Superior público.

Para o autor, além das disputas e distanciamento físico dos centros, a região sofreu por muito tempo sendo preterida, principalmente quanto aos investimentos nas áreas de transportes, saúde, habitação, assistência social e educação. E a exclusão ao direito à educação ao longo de tantos anos, e ao ensino superior público em particular, é que deu origem aos projetos relacionados à UFFS.

Segundo Trevisol,

a UFFS nasceu como resposta a alguns dos históricos problemas educacionais brasileiros: (i) baixas taxas de acesso à educação superior, sobretudo dos jovens entre 18 a 24 anos; (ii) matrículas majoritariamente concentradas nas IES privadas; (iii) concentração das IES públicas nas regiões litorâneas, sobretudo nas capitais e, (iv), assimetrias regionais na distribuição dos cursos e das vagas de graduação e de pós-graduação, entre outros (TREVISOL, p. 9).

Para Begnini et al (p. 9), a UFFS seria a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, o que resulta na construção de uma identidade própria, e estabelece “forças que atuam contra a elitização do ensino superior, possibilitando a criação de uma identidade própria voltada a atender as necessidades da região onde está instalada”, local onde grande parte da população foi, “historicamente, excluída da Universidade”.

Levando-se esse aspecto em consideração, analisar seu plano político pedagógico e os cursos de graduação ofertados pela IES em questão é de grande valia para a presente pesquisa, e tal será apresentado no terceiro capítulo da presente dissertação. O ponto de dúvida que permanece após a implementação da universidade é se os movimentos sociais que a constituíram, e tanto brigaram por

⁸⁰ Questão a ser mais bem trabalhada no capítulo 3.

ela, continuam participando ativamente em suas decisões, e se a universidade da Fronteira Sul hoje é uma universidade que segue um caminho diferente dos trilhados pelas universidades de renome, mais tradicionais do país. Isso será analisado no próximo capítulo.

3 “OS MUROS DA UNIVERSIDADE SE ERGUERAM”... AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A INSTALAÇÃO DO CAMPUS DA UFFS EM REALEZA

E aquela relação com os movimentos, foi se tornando cada vez mais distanciada, a ponto que eu vejo que aquilo que se faz hoje sobre a universidade ser oriunda dos movimentos sociais, quase se constituiu um mito fundador. Foi abalado, é quase um mito. Esse discurso realmente não se levou a sério para implementar. A mim doeu muito ver isso (POLI, 2017).

Depois de compreendida a querela interna ao Movimento Pró-Universidade para a instalação da UFFS nos municípios que abrigariam seus campi, é importante analisar como a universidade, em especial o campus sediado em Realeza, se desenvolveu a partir do momento em que foram iniciadas as suas atividades e quais olhares ela atraiu para si a partir do momento em que abriu suas portas para receber alunos, professores e funcionários.

Ao mesmo tempo, há de se observar como o município (munícipes, comerciantes,...) se adaptou à nova realidade de possuir em seu território um campus de uma universidade federal. Nos itens a seguir, veremos como foi a percepção dos munícipes perante a chegada da universidade, como se deu a interação dos alunos com a cidade e com a universidade e, por fim, em que medida uma universidade já constituída e com autonomia suficiente para tomar e construir seus próprios caminhos se distanciou ou não do ideário acalentado pelos movimentos sociais que lutaram para conquistá-la.

3.1 UFFS E AS PROPOSTAS DE CURSOS

Ainda em 2007, durante as reuniões do MPUF para deliberar sobre a criação da UFFS, muito se discutiu sobre as propostas de cursos que seriam abertos, visando atingir os objetivos iniciais da futura universidade (democratização do acesso e desenvolvimento regional). Para tanto, a comissão dos onze debateu primeiro sobre a estrutura curricular existente nas universidades do país, para então definirem os pontos que desejariam manter e os que gostariam de modificar em seu projeto de grade curricular.

Nas críticas à atual estrutura curricular das universidades, e ao sistema de ingresso no Ensino Superior no Brasil se enumeravam, especialmente, o “alto grau de obsolescência pedagógica, institucional, política e social”; a arquitetura curricular anacrônica; a precocidade na escolha da carreira profissional; a seleção limitada, pontual e traumática para ingresso na graduação; a “formação acadêmica focada na profissionalização, não contemplando a formação pessoal integral, humana e cidadã”; e “a formação monodisciplinar (sabe-se quase tudo de uma pequena parte e quase nada do todo), numa sociedade de profundas transformações” (SCAPINI, 2007, p. 1). Pensando nisso, a comissão dos onze estipulou em dezembro de 2007, em reunião em Chapecó, que a UFFS pudesse configurar-se como uma universidade nova e diferente, com “bacharelado interdisciplinar, profissionalização e pós-graduação”, atuando nas áreas das “ciências da matéria, ciências da vida, ciências da saúde e ciências da sociedade”: nas grandes áreas das “Ciências Agrônômicas e Veterinárias”, “Ciências Médicas e da Saúde”, “Ciências Humanas”, “Engenharias e Computação”, “Ciências Socialmente Aplicáveis”, “Ciências Matemáticas e Naturais”, “Ciências Biológicas” e “Linguagens e Artes” (SCAPINI, 2007, p. 2-5).

A justificativa para a importância de englobar tais grandes áreas definidas por eles no programa curricular da universidade seria o fato de estarem “em um bom momento para discutir uma universidade diferente, um momento em que a falência do atual modelo de universidade é inquestionável” (SCAPINI, 2007, p. 5). Por esta razão, não iniciariam a UFFS “na arquitetura curricular tradicional”, mas em uma estrutura de ciclos, em que o primeiro ciclo corresponderia a um bacharelado interdisciplinar, o segundo ciclo, a profissionalização e o terceiro ciclo, a pós-graduação. Em Seminário realizado em março de 2008, a proposta é explicada para a área de Ciências Agrônômicas e Veterinárias:

O aluno ingressa no primeiro ciclo (Bacharelado em Ciências Agrônômicas e Veterinárias), podendo ou não receber um certificado no final de três anos. Durante o primeiro ciclo, o aluno faz disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas. As disciplinas optativas direcionam o aluno para cursos do segundo ciclo. No segundo ciclo (profissionalização) o aluno pode concluir sua formação como Médico Veterinário, Agrônomo, Zootecnista, etc. (MPUF, 2008, p. 11).

Assim, “o primeiro ciclo deveria ser único para toda universidade, dando uma unidade à ação da instituição”, sob a justificativa de que se trataria de uma

“possibilidade de todos fazerem uma discussão mais ampla do conhecimento, uma formação básica”, porém, “sem ser tratado como uma formação superior, com terminação e titulação”, pois figuraria enquanto “base para a sequência dos estudos”.

De acordo com a discussão realizada pelo movimento, a prioridade seria da área de Ciências Agrárias, que estaria presente em todos os campi. Porém, seria fundamental que cada campus contivesse pelo menos duas áreas do conhecimento, visando a possibilidade de “aglutinar áreas” (SCAPINI, 2007, p. 5). Em acordo da reunião para tais prioridades, ficou definido pelo movimento que cada região faria uma discussão em torno da temática a ser demandada e, conseqüentemente, dos cursos a serem implementados (SCAPINI, 2007, p. 8).

Em 2009, já com a universidade aprovada pelo governo federal, a escolha dos cursos a serem oferecidos pela UFFS tornou-se uma questão urgente. E, na reunião de 28 de março de 2009, apresentou-se o que cada região selecionou como disciplinas que gostaria de atender em seu campus. Realeza solicitou, em ordem de importância, “veterinária, nutrição, computação, licenciatura em ciências: física e química; licenciatura em letras: espanhol e português; administração com gestão de pequenos empreendimentos” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 2). O Campus de Realeza, portanto, só não foi contemplado no pedido para ministrar as graduações de “Computação” e “Administração com gestão de pequenos empreendimentos”, tendo em sua grade os cursos de Medicina Veterinária, Nutrição, Ciências Naturais e Letras. Naquela data, ficaram decididas, então, quatro áreas de conhecimento a serem atendidas na UFFS: “I. Energia, Alimentos, meio ambiente; II. Saúde; III. Desenvolvimento tecnológico e inovação; IV. Licenciaturas”.

Ficou evidente nos anseios dos movimentos sociais que participaram da criação da UFFS a questão da interdisciplinaridade, e que esta estivesse em voga no funcionamento da universidade para evitar a formação “monodisciplinar” e constitui-la em ciclos que almejavam. Porém, tal proposta foi conseguida apenas para o curso de Ciências Naturais e não, como no exemplo dado, no que se referia às Ciências Agrônômicas e Veterinárias. Tendo isso em vista, o curso de Ciências Naturais surgiria como o modelo da UFFS para formação intercurricular.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais de 2012 demonstra que havia uma demanda hipotética de 725.991 docentes no país para uma realidade de 1.049.099 docentes em exercício no Brasil. Ou seja, mais

docentes em exercício do que a demanda hipotética projetada. Porém, na consideração feita por disciplina, averiguou-se que faltavam professores “para praticamente todas as áreas” (UFFS, 2012, p. 29), o que se daria pelo fato de que muitos destes atuavam em outros espaços da escola, ou ministravam aulas sem habilitação específica. A carência de professores de Física e Química, segundo o estudo de Dilvo Ristoff⁸¹ apresentado no PPC de Ciências Naturais da UFFS, seria muito alta, sendo que a primeira demanda hipotética seria três vezes maior que o número de licenciados, e a segunda demanda hipotética seria duas vezes maior (UFFS, 2012, p. 29). Além disso, a justificativa para a implantação do curso de Ciências Naturais em Realeza seria a “ausência de Cursos de Licenciatura em Ciências Naturais na Mesorregião Sudoeste do Paraná; e a conseqüente falta de profissionais qualificados para atuar nestas áreas” (UFFS, 2012, p. 29). No Paraná, segundo a pesquisa realizada para o PPC, “para as disciplinas de Ciências, [...] é elevado o número de profissionais graduados em outras especialidades e que se encontram deslocados de sua área específica” (UFFS, 2012, p. 31).

Assim, o objetivo geral do curso de licenciatura em Ciências Naturais da UFFS era a

formação de professores qualificados para atuar no ensino de Ciências Naturais na Educação Básica a partir de uma visão transdisciplinar de Ciências Naturais como área do conhecimento. Essa formação busca desenvolver o ensino-aprendizagem dos processos e produtos do conhecimento científico, *com abordagem integradora de eixos temáticos multidisciplinares e transversais das disciplinas Física, Química e Biologia e suas tecnologias, assim como suas relações com a sociedade e o ambiente* [grifo nosso] (UFFS, 2012, p. 36).

Partindo dessa perspectiva, o curso oferecia os Domínios Comuns, Domínios Conexos e Domínios Específicos, sendo que os dois primeiros contemplariam quase 20% da carga horária do curso total, a ser concluído no prazo máximo de 6 anos. Na matriz Curricular do Domínio Comum da UFFS para Ciências Naturais se listavam as disciplinas a seguir:

⁸¹ Atentemos ao fato de que o autor da pesquisa participou da comissão dos onze.

DOMÍNIO COMUM			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Direitos e cidadania	4	60
	Estatística básica	4	60
	Fundamentos da crítica social	4	60
	História da Fronteira Sul	4	60
	Iniciação à prática científica	4	60
	Introdução à informática	4	60
	Introdução ao pensamento social	4	60
	Leitura e produção textual I	4	60
	Leitura e produção textual II	4	60
	Matemática instrumental	4	60
	Meio ambiente, economia e sociedade	4	60
Subtotal		44	660

Tabela 2. Componentes curriculares do Domínio Comum do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais

Fonte: UFFS, 2012, p. 42

E para o Domínio Conexo, as disciplinas:

DOMÍNIO CONEXO			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Didática geral	3	45
	Fundamentos da educação	3	45
	Libras	4	60
	Política educacional e legislação de ensino no Brasil	3	45
	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	3	45
Subtotal		16	240

Tabela 3. Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo de Licenciatura em Ciências Naturais.

Fonte: UFFS, 2012, p. 43

É importante atentar ao fato de que na grade de Domínio Conexo (Tabela 3) constam as disciplinas que seriam voltadas para a área de educação, para a formação em licenciatura. E o Domínio Comum, que corresponderia às disciplinas que o movimento pretendia que fossem do primeiro ciclo de estudos, abarcava títulos, de forma geral, voltados para as ciências humanas. Já o Domínio Específico tinha como objetivo “apresentar aos estudantes as discussões e problemas específicos da área de ciências da Natureza”, contendo dois sub-eixos: o das disciplinas obrigatórias para todos os estudantes e aquele das disciplinas optativas

dos cursos (UFFS, 2012, p. 43). Os itens na cor verde são do Domínio Comum, os de cor azul são do Domínio Conexo, e os quadros em amarelo são do Domínio Específico. Assim, as 8 fases (ou semestres) do curso de Licenciatura em Ciências Naturais seriam:

1ª FASE	Leitura e produção textual I (4)	Matemática instrumental (4)	Introdução à informática (4)	Meio ambiente e diversidade (4)	Química I (4p+1d)	
2ª FASE	Leitura e produção textual II (4)	Fundamentos da educação (3) + Educação e diversidade (1)	Bases matemáticas das Ciências (4)	Física I (4p+1d)	Biologia I (4p+1d)	
3ª FASE	Iniciação à prática científica (4)	Política educacional e legislação do ensino no Brasil (3)	Didática geral (3) Tecnologias de Informação e comunicação no ensino em Ciências (2+2)	Biologia II (4p+1d)	Química II (4p+1d)	
4ª FASE	Estatística básica (4)	Temas do desenvolvimento e da aprendizagem (3) Necessidades educacionais específicas (1)	Geociências (2p) Introdução à Astronomia (2p+1d)	Física II (4p+1d)	Biologia III (4p+1d)	
5ª FASE	História da Fronteira Sul (4)	História e epistemologia das Ciências (4)	Prática de ensino em Ciências I (4)	Laboratório de ensino em Ciências (4)	Química III (4p+1d)	Estágio curricular supervisionado I (6)
6ª FASE	Fundamentos da crítica social (4)	LIBRAS (4)	Prática de ensino em Ciências II (4)	Física III (4p+1d)	Biologia IV (4p+1d)	Estágio curricular supervisionado II (6)
7ª FASE	Introdução ao pensamento social (4)	Saúde e educação sexual (2) + Mineralogia (2p)	Optativa I (2p+2d) + TCC I (3)	Química IV (4p+1d)	Biologia Humana (4)	Estágio curricular supervisionado III (8)
8ª FASE	Direitos e cidadania (4)	Meio ambiente, economia e sociedade (4)	Optativa II (2p+2d) + TCC II (3)	Bioquímica (4)	Física IV (4p+1d)	Estágio curricular supervisionado IV (8)

Tabela 4: Grade Curricular da formação em Ciências Naturais

Fonte: UFFS, 2012, p. 52

Mesmo sendo a realidade para a grade de Licenciatura em Ciências Naturais no momento da inauguração da UFFS, os outros cursos, inclusive os de bacharelado, também tiveram incluídas em suas grades curriculares disciplinas de cunho mais amplo. Por exemplo, no caso do bacharelado em Nutrição, as matérias do Domínio Comum seriam as das ciências humanas, exatas e sociais, e as do Domínio Conexo seriam as das ciências biológicas e da saúde que estariam junto à grade do Domínio Específico, não sendo separadas em uma tabela como as da Licenciatura em Ciências Naturais. Assim as disciplinas de Domínio Comum seriam:

Domínio comum		
Componente Curricular	Créditos	Horas
Leitura e produção textual I	4	60
Introdução à prática científica	4	60
Introdução ao pensamento social	4	60
História da fronteira Sul	4	60
Leitura e produção textual II	4	60
Introdução à informática	4	60
Meio ambiente, economia e sociedade	4	60
Matemática instrumental	4	60
Estatística básica	4	60
Direitos e cidadania	4	60
Fundamentos da crítica social	4	60
Subtotal	44	660

Tabela 5. Componentes curriculares do Domínio Comum do Curso de Bacharelado em Nutrição

Fonte: UFFS, PPC Nutrição, 2015, p. 52.

Este é um exemplo de como a grade curricular da UFFS foi pensada de maneira diferenciada, visando propor outro caminho que não o da excessiva precocidade na escolha da carreira profissional, da formação monodisciplinar e acadêmica focada na profissionalização, a fim de se promover, em teoria, uma formação “pessoal integral, humana e cidadã”.

3.2 A UFFS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Após a série de reuniões do MPUF e da comissão dos onze, e a partir do momento em que a universidade foi finalmente criada, seu estatuto foi desenvolvido colocando no papel as reivindicações apresentadas no capítulo anterior, algumas das quais já presentes no projeto de lei apresentado por Vignatti em 2005. No que se refere às finalidades da universidade, lê-se que sua proposta é a de manter o ensino “a partir da democratização do acesso e da permanência na instituição, visando à firmação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada nos

diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico reflexivo” (UFFS, 2015, p. 7).

Tal proposta de democratização do acesso parte das discussões iniciadas no período do MPUF. Em 2008, o movimento deliberou por “uma universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade” (MPUF, 2008, p. 17). Para tanto, seria preciso refletir sobre as formas de ingresso, estrutura acadêmica e programas de assistência ao corpo discente. No que se refere aos mecanismos de ingresso, o MPUF propôs cotas que considerassem os critérios de renda e formação, concedendo preferência os alunos oriundos de escola pública; e cotas para “portadores de deficiência, indígenas, afro-descendentes [sic], latino-americanos⁸²”, abrindo a perspectiva para avaliação de cotas para “aluno agricultor familiar ou filho de agricultor familiar” (MPUF, 2008, p. 18).

De acordo com o sr. Jaci Poli, a questão da inclusão social foi extremamente importante ao projeto da UFFS:

talvez o movimento social que mais traduziu a questão da inclusão social acho que foi esse, porque quando a gente começou aquele debate, o que tínhamos? Priorização: como que vamos garantir o mais pobre, como vamos garantir os agricultores, como vamos garantir os filhos dos trabalhadores, Poxa, chegou num momento que era pra fazer 25 cotas diferentes. E de repente disse: “não, isso não dá”. Então, vamos ter que partir com outra. Começou aquela discussão: “onde é que está o filho do pobre? Ta na escola pública. Onde é que está o filho do trabalhador? Na escola pública”. E quando se decidiu, foi o movimento que criou essa ideia de que tinha que dar bonificação pra escola pública. Que ai resolvia a questão da proporcionalidade (POLI, 2016).

E assim o foi. O movimento conseguiu implementar as cotas sociais, conforme já mencionado no capítulo 1, em especial para os alunos provenientes de escola pública: a quantidade de vagas destinada para alunos que concluíram integralmente o Ensino Médio em escola pública é proporcional ao resultado do Censo Escolar de 2011 para cada Unidade da Federação do local de oferta de vagas da Instituição, descontando 4 pontos percentuais para os alunos que concluíram parcialmente (pelo menos um ano) o Ensino Médio, pois, em escola

⁸² No caso, para alunos de intercâmbio.

pública. Das vagas gerais para os alunos de escolas públicas, 50% das vagas são para alunos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*.

Para isso, a UFFS utiliza a nota do ENEM do candidato, aplicando a ela o fator escola pública, que soma bônus pela quantidade de anos que o estudante cursou o Ensino Médio em instituições públicas de ensino: para um ano de ensino médio em escola pública, somam-se 10% à sua nota do ENEM; para dois anos concluídos, somam-se 20%; e para três anos concluídos somam-se 30% à sua nota do ENEM.

Em pesquisa realizada com alunos ingressantes nos anos de 2011 e 2012⁸³, assinalou-se que para a turma de 2011, 100% dos ingressantes cursaram o Ensino Médio sem bolsa; 99,76% cursaram toda esta etapa do ensino em escola pública; 94,15% deles residiam em zona urbana, e o mesmo percentual de alunos não frequentava ou frequentou curso de língua estrangeira; por fim, constatou-se que 75,2% concluíram o ensino médio regular (BEGNINI et al., 2013, p. 16). Destes alunos de 2011, 63% possuíam renda familiar mensal de um a três salários mínimos, 49% tinham jornada de trabalho semanal com mais de quarenta horas, e “38%, 37% e 22% são oriundos respectivamente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” (BEGNINI et al., 2013, p. 16).

Já para o grupo ingressante em 2012, averiguou-se que 100% dos ingressantes cursaram o Ensino Médio sem bolsa; 100% cursaram toda esta etapa do ensino em escola pública; 79,4% deles residiam em zona urbana, ao passo que 80,1% não frequentava ou frequentou curso de língua estrangeira. Além disso, 90,5% concluíram o ensino médio regular. Quanto aos aspectos socioeconômicos, 63% possuíam renda familiar mensal de um a três salários mínimos, 36% tinham jornada de trabalho semanal com mais de quarenta horas e, finalmente, apontou-se que “36%, 35% e 27% são, respectivamente, oriundos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná”.

Em comparativo envolvendo as turmas de 2011 e 2012, nota-se que a proporção de alunos de escola pública se mantém, como era o objetivo inicial dos movimentos sociais, e de uma turma para a outra a quantidade de alunos residentes em zona urbana diminuiu, o que significa que mais alunos da zona rural puderam ingressar na UFFS. Na turma de 2012, nota-se que os alunos tiveram mais

⁸³ No total de ingressos na UFFS, não apenas para a realidade de Realeza. Tais dados não estão disponíveis para pesquisa.

oportunidades de realizar um curso de língua estrangeira, e concluíram em maior proporção o Ensino Médio regular em vez de terem cursado um Ensino Médio profissionalizante. Mesmo com a faixa de renda similar entre as turmas (63% de ambas possuía renda entre um e três salários mínimos), menos alunos de 2012 tinham de trabalhar por mais que quarenta horas semanais.

A pesquisa avaliou também o histórico familiar destes alunos ingressantes em 2011 e 2012. Para a primeira turma, dos pais, 48% possuía 1ª a 4ª série e 3% se formaram em curso superior; das mães, 43% possuía 1ª a 4ª série e 4,3% se formaram em curso superior. Para a turma de 2012, dos pais 44% concluiu a 1ª a 4ª série e 3,8% o Ensino Superior; e das mães 33% concluiu apenas a 1ª a 4ª série e 7,9% o Ensino Superior. Assim, a pesquisa concluiu que a maioria dos ingressantes “são filhos de pais e mães com ensino fundamental. Um grupo intermediário possui ensino médio. Poucos possuem graduação e/ou pós-graduação e, em geral, as mães apresentam um nível maior de escolaridade que os pais” (BEGNINI et. Al., 2013, p. 18). O grupo de pesquisadores concluiu, então, que os alunos de perfil predominante que ingressaram nas duas turmas avaliadas “são oriundos de escola pública e de famílias cujos pais não possuem ensino superior” (BEGNINI et. Al., 2013, p. 19).

Um grande número de alunos da UFFS (mais de 1600 respondentes) participou de pesquisa realizada em 2014 pela Andifes⁸⁴, cujos dados foram compilados pela UFU. A amostragem visava reunir dados sobre as características socioeconômicas básicas dos estudantes de graduação das Universidades Federais no Brasil. Nesta avaliação, concluiu-se que a UFFS, em conformidade com a tendência das universidades federais no Brasil, “é feminina e cada vez mais popular e negra’. [...] e tem a marca da primeira geração de famílias inteiras que acessa a educação superior. Trata-se de um público diferente daquele que a tradição elitista trouxe historicamente para dentro da universidade” (RECKTENVALD, 2017).

No que se refere ao campus de Realeza, em um levantamento inicial realizado por nós da primeira chamada da lista de vestibular da UFFS do ano de 2013, pôde-se observar que para o curso de Física – Noturno, de trinta classificados apenas duas pessoas eram da cidade de Realeza, sendo que uma delas optou por

⁸⁴ In:

https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/estudantes-da-uffs-tem-participacao-relevante-em-pesquisa-promovida-pela-andifes-converted

não se matricular. Dos dados gerais da primeira lista, foram obtidos alguns dados iniciais: desses trinta classificados, vinte foram rastreados por essa pesquisa, e apenas duas pessoas ingressaram no curso: uma de Realeza, e uma do município de Pérola do Oeste.

As vinte pessoas classificadas e rastreadas se dividem nos municípios de Realeza (2), Pérola do Oeste (1), Pranchita (1), Planalto (2), São Miguel do Iguaçu (1), Dois Vizinhos (1), Salto do Lontra (3), Santa Izabel do Oeste (2), Nova Prata do Iguaçu (1), Pato Branco (1), Francisco Beltrão (1), Ampére (1). E além dessas: Chapecó/SC (1), Governador Valadares/MG (1) e São Paulo/SP (1).

Para o curso de Química – Noturno, analisando também a primeira chamada de 2013, observam-se também trinta vagas. Apenas não foram conseguidos dados de 7 desses classificados, porém analisando as informações dos vinte e três restantes, chegou-se ao número de apenas dois da cidade de Realeza. Os outros vinte e um são de: Braço do Norte (1), Francisco Beltrão (3), Quedas do Iguaçu (1), Palmital (1), Catuípe (1), Salto do Lontra (3), Bela Vista da Caroba (1), Ampére (1), Cascavel (2), Santa Lucia (1), Santo Antônio do Sudoeste (1), Dois Vizinhos (1), Vilhena (1), Saudade do Iguaçu (1), Jundiá do Sul (1) e São José do Rio Preto /SP (1). No curso de Química – Noturno, não houve matrícula dos convocados em primeira lista. Apenas uma das 30 convocadas se matriculou na UFFS-Realeza, porém apenas no ano de 2014 e para o curso de Nutrição.

Descobriu-se que 52% dos classificados em primeira lista nos cursos de Física e Química em 2013 são do Sudoeste do Paraná (destes, apenas 6% de Realeza), 13% são do restante do Paraná (em especial da região Oeste), 6% de fora do Estado do Paraná; o restante não foi identificado. Já na pequena amostra conseguida pelas entrevistas coletadas com os alunos da universidade, observamos que 99%% dos que participaram desta pesquisa ingressaram por algum tipo de cota na graduação, e cerca de 90% deles possui algum auxílio concedido pela universidade.

Considerando que a demanda pela universidade, por parte dos movimentos sociais, era relacionada também aos índices de escolaridade da região, e observando que a maioria dos alunos da UFFS Realeza convocados e matriculados são da região Sul do Brasil, nota-se que o objetivo dos movimentos quanto à criação da universidade aos poucos vem sendo realizado, pois há uma grande quantidade de jovens da região sendo atendidos pela universidade pública. Assim, os níveis de

escolaridade dos que residem no local tende a aumentar ao longo dos anos, mesmo que a evasão seja alta. Segundo o Prof. Antonio Myskiw, a cada quinquênio, um ano de investimento é perdido pela quantidade de alunos que evadem da universidade (MYSKIW, 2017). Porém, ainda não se conseguiu rastrear dados relacionando o histórico familiar para compreender se há um grande número de ingressos de alunos provenientes de famílias de agricultores ou não.

Vale destacar que o trabalho realizado trouxe uma dimensão inicial dos resultados atingidos pelas ações afirmativas implementadas na UFFS e que outros pesquisadores podem vir a caminhar nesta direção, avaliando também os ingressantes de turmas mais recentes. Infelizmente, este não era um objetivo a ser contemplado pela presente pesquisa. O que cabe aqui analisar é que o desejo inicial dos movimentos sociais de promover a inclusão do aluno de escola pública e baixa renda familiar (local em que a maioria dos filhos dos agricultores estudam, como abordado na fala de Jaci Poli), foi conquistado em um primeiro momento do funcionamento da universidade.

3.3 OS ALUNOS E A UNIVERSIDADE: O CAMPUS EM REALEZA.

No relatório das atividades e resultados atingidos pelo Grupo de Trabalho voltado à criação da futura universidade federal com campi nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, datado de março de 2009, se encontram os elementos fundadores do perfil da universidade, que englobariam “dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, *incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior*, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade” (GRUPO DE TRABALHO, 2009, p. 8)

Conforme já observamos no primeiro e segundo capítulos, uma série de iniciativas foram programadas pelos movimentos sociais envolvidos na criação da universidade para que as cotas para alunos de escolas públicas, negros, pardos e indígenas fossem implementadas na UFFS, visando a inclusão dos mais vulneráveis socialmente na universidade. Quanto ao acesso e a inclusão, o movimento se mostrou bem sucedido, conseguindo que grandes números de alunos da escola pública ingressassem na UFFS, porém quanto à permanência, há de se avaliar se o que foi programado foi bem sucedido.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS de 2012, publicado no seu sítio oficial⁸⁵, no item sobre a política de atendimento aos docentes, a universidade tinha, ou tem, como meta a disponibilização de moradia estudantil:

A oferta de moradia estudantil tem como objetivo atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de comprovada carência financeira que o impeça de custear despesas com moradia. É necessário, como condição de acesso ao auxílio que os discentes pertençam a outras regiões ou cidades em que o deslocamento o impeça de atender aos compromissos acadêmicos⁸⁶ (UFFS, 2012, p. 83).

Segundo o Sr. Poli, representante do Sudoeste do Paraná no Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal, havia dentre várias indicações do movimento uma demanda prioritária, qual seja, a proposta de moradia estudantil para os filhos de trabalhadores que não tivessem condições de sustento:

Outros debates que aconteceram foi a questão da própria permanência, pra nós, pros movimentos sociais existia uma coisa que a universidade abandonou, era a residência estudantil para a universidade. Para os movimentos sociais sempre foi algo considerado essencial por conta dos estudantes, que realmente precisam da garantia de permanência. E aí você vai ver, por exemplo, em Realeza nós tínhamos previsto cem apartamentos, que daria 200 pessoas. E já tinha sido feito até o levantamento, e na medida que foi apertando a questão orçamentária, foram abandonando, e um deles, ou o primeiro que foi abandonado foi esse da residência estudantil (POLI, 2017).

No plano de desenvolvimento institucional, a meta de construção da moradia estudantil para todos os campi foi colocada para o ano de 2015, e no momento da escrita da presente dissertação, em 2017, ainda não há nada construído para o campus de Realeza, pelo menos. Por outro lado, afirmava-se também que, a princípio, os alunos “em vulnerabilidade socioeconômica”⁸⁷ (UFFS, 2012, p. 82, 83)

⁸⁵In:

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2630&Itemid=1502&site=propl an. Acessado em: fevereiro de 2017.

⁸⁶ Nas propostas de criação da universidade, o movimento social fez questão de incluir as moradias estudantis para que estes alunos ingressantes tivessem condições de permanecer na universidade. E esta é uma preocupação global no que se refere às universidades públicas. A princípio a UFFS estava sintonizada com estes ensejos.

⁸⁷ O aluno que recebe auxílio transporte recebe entre 40 e 100 reais por mês, valor a ser definido de acordo com sua faixa de classificação. In: http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1326&Itemid=1017&site=dae, Acessado em fev. 2017; O aluno que recebe auxílio alimentação pode receber entre 50 e 100 reais por mês nos campi que possuem restaurante universitário, e entre 70 e 140 reais nos campi que não

que não fossem contemplados com a vaga de moradia estudantil receberiam um auxílio moradia, como parte dos programas de apoio pedagógico e financeiro da instituição. Assim sendo, segundo o sítio da UFFS⁸⁸, o auxílio moradia recebido pelo aluno contemplado varia entre cem e duzentos reais por mês e

caracteriza-se em auxiliar no custeio de locação de imóveis ou pensionato realizada por estudantes que tenham mudado o local de residência para cursar a graduação na UFFS e que o grupo familiar não esteja residindo na mesma cidade, exceto no caso de residir com o cônjuge que também tenha mudado o local de residência em função do seu acesso a um curso de graduação na UFFS (UFFS, 2011)

Porém, como a meta de 2015 não foi cumprida (conforme o Sr. Jaci Poli apontou em entrevista, isto teria sido descartado por falta de verba), todos os alunos em situação de vulnerabilidade econômica que tivessem de cobrir o custeio de locação de imóveis deveriam receber tal auxílio. Porém, foi possível constatar que isto não se concretizou, já que não há possibilidade financeira de todos os alunos carentes do auxílio do campus receberem tal financiamento. Amanda Trevisan, nascida em Planalto e ex-aluna do curso de Nutrição da UFFS, é uma dos discentes da universidade que recebeu o auxílio por um período, e conta que a parte financeira é das mais difíceis de contornar:

Apesar de eu ganhar bolsa, eu fiquei um bom tempo sem bolsa. Eu ganhava auxílio moradia e auxílio alimentação. E a minha mãe não tinha condições. O meu pai negou ajuda. Foi uma fase que foi bem complicada. [...] Aí eu fiquei sem bolsa, aí minha mãe teve que pedir dinheiro emprestado e tal. [...] Ai começou a vir aquela revolta, sabe? (AMANDA TREVISAN, 2017)

A especulação imobiliária em Realeza foi alta após a constatação da instalação da universidade, e não somente na venda de novos terrenos, mas também no aumento do valor para locação de imóveis. Segundo Amanda Trevisan, o valor do aluguel de um imóvel em Realeza é em torno de

550 a 600 [reais], pelo menos, fora água, luz, tem lugar que cobra condomínio. Tanto de casa quanto de apartamento. É no caso um

possuem restaurante universitário. In: http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1323&Itemid=1016&site=dae. Acessado em fev. 2017.

⁸⁸ In: http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1324&Itemid=1015&site=dae. Setembro de 2011. Acessado em fevereiro de 2017.

aluno vai ganhar no máximo uns 450 reais de bolsa⁸⁹, então como é que ele vai pagar? (AMANDA TREVISAN, 2017)

Analisando os imóveis disponíveis para locação na imobiliária Fontana Imóveis⁹⁰, observamos que a casa mais barata (dentre três disponíveis em abril de 2017) possui dois quartos e custa 600⁹¹ reais ao mês (localizada no bairro João Paulo II). A mais cara, de quatro quartos, custa 750 reais e é localizada no Centro da cidade. Dos apartamentos para locação, de sete imóveis disponíveis, o mais caro possui três quartos, se localiza no centro e custa 1000 reais ao mês; já o mais barato possui dois quartos, se localiza no bairro Cazaca e custa 500 reais ao mês. Para “quitinetes”, das duas disponíveis para locação (ambas com apenas um quarto), a mais cara se localiza no Bairro Jardim Panorâmico e custa 650 reais ao mês, e a mais barata fica no Centro Cívico e custa 550 reais ao mês. Em todos os casos, a água, luz, gás, internet e outros gastos não estão incluídos no valor mensal do aluguel.

Valores ainda mais altos puderam ser constatados em outra imobiliária realezense, a Marcon. Das duas casas disponíveis para locação, a mais cara, no bairro João Paulo II, possui três quartos e custa 1100 reais; e a mais barata fica no bairro Jardim Moretti 2, possui três quartos e custa 1000 reais ao mês. Dos três apartamentos disponíveis, o mais barato fica no Centro, possui dois quartos e custa 600 reais ao mês; sendo que o mais caro também se localiza no centro da cidade e possui dois quartos, mas custa 1300 reais ao mês. A quitinete disponível para locação nesta imobiliária fica no bairro Jardim Marchese e custa 400 reais por mês, sendo a mais barata dentre todas as opções. Juliana Paula da Silva, nascida em Joinville, que ingressou na UFFS em 2012 no curso de Ciências Naturais (e hoje cursa Ciências Biológicas) reside nesta quitinete desde o primeiro ano de faculdade.

Ali não é bem concorrido para morar, na verdade tem épocas que está cheio, mas não é assim por muito tempo porque lá tem muito problema estrutural, tipo de vazamento, e não sei o que, aí o povo fica só o mês do contrato. Quando eu entrei tinha muito problema, o vaso do vizinho pingava no meu, e o meu pingava no de baixo, tipo a descarga, sabe? Era bem nojento. Mas aí no primeiro semestre que eu tava ali foram lá, quebraram a parede e arrumaram. O meu apartamento deu vários problemas, mas eu não tinha como sair dali.

⁸⁹ Porque o aluno da UFFS pode acumular somente dois auxílios permanência, acumulando um total na faixa de 450 ou 500 reais: “Além da bolsa permanência, o estudante pode receber um auxílio (moradia, transporte e alimentação) mais outra bolsa acadêmica” (UFFS, 2012, p. 83).

⁹⁰ In: <http://www.fontanaimoveisrealeza.com.br/resultado-busca.asp?cat1=2&cat3=4>.

⁹¹ O salário mínimo em 2017 foi estabelecido no valor de R\$ 937,00.

Agora já não tem problemas ali, mas só tem eu e mais uma menina que está ali desde o início, faz cinco anos que eu estou lá. Vim pra cá no início de fevereiro e no final de agosto eu mudei pra lá e estou até hoje. [...] Eu moro sozinha [...], no começo era tudo bem contado, não ligava a luz porque eu tinha medo de ficar caro, minha mãe que me ajudava, não queria explorar ela. Era bem assim contado, não saía, não comia em lugar nenhum fora, nada (SILVA, 2017, 34').

Considerando-se que o auxílio máximo que um aluno da UFFS pode vir a receber é de 500 reais, é impossível que ele(a) consiga se manter por muito tempo estudando sem receber alguma ajuda familiar ou sem trabalho. E podemos nos questionar como um aluno de curso integral (como Nutrição ou Medicina Veterinária) conseguiria trabalhar e estudar paralelamente para pagar a moradia nestes valores. Tome-se por exemplo também o caso de uma aluna do curso de Medicina Veterinária ingressante em 2014, nascida em Pérola do Oeste e residente em Realeza desde seu ingresso na UFFS, que conseguiu um emprego conciliável com sua jornada de estudos integral, como garçomete de um restaurante japonês:

Aqui eu trabalhei à noite, no JapaFood, por quatro meses. A experiência foi boa, eu gosto de trabalhar até sinto muita falta, essa semana já tava até doida procurando alguma coisa, aí minha mãe já me falou: “você vai reprovar de novo”. E eu quase fiquei em duas matérias, que seriam matérias que se eu realmente tivesse reprovado eu ia ficar aí uns dois ou três anos a mais (LEILA, 2017).

Ou seja, pode-se perceber nesse caso que, quando o aluno(a) consegue um trabalho que se adequa à grade diária de estudos, torna-se extremamente difícil conciliá-lo com a obtenção de bons resultados⁹² nas disciplinas cursadas por conta da exaustiva jornada. Amanda Trevisan falou sobre a experiência de trabalhar e estudar em período integral para se sustentar. Ela diz: “eu comecei a trabalhar, e quando comecei a trabalhar não deu pra conciliar. Alguma coisa ia sair mal, e no caso, saiu os dois. O trabalho e a faculdade [risos]”.

Mesmo com todo o crescimento urbano e habitacional, a situação dos discentes ficou ainda mais complicada por conta da dificuldade de conseguir emprego na cidade, o que afeta diretamente a possibilidade de se manter na cidade e pagar os altos aluguéis. O aumento populacional e da malha urbana não se fez

⁹² Mais a frente, abordaremos a relação aluno-professor na universidade, e compreenderemos melhor as dificuldades de adaptação dos alunos à universidade no que se refere aos trabalhos e frequência nas aulas.

acompanhar no tocante à oferta de postos de trabalho. De acordo com Amanda Trevisan,

não tem como trabalhar. E fora que, assim, uma amiga minha demorou um monte pra conseguir achar emprego aqui. Que ela estudava a noite e lembro que quando a gente morou junto ela não tava conseguindo emprego, pela questão do preconceito da cidade mesmo com o universitário. Acho que pensam assim: ‘Ah, universitário, vou contratar e não vai ficar, vai desistir da faculdade, vai desistir do trabalho, ou a gente não sabe se é de confiança, não sabe de onde veio, não sabe a família, nada’ (AMANDA TREVISAN, 2017).

Ela própria conta ter vivido um pouco do preconceito que menciona existir na cidade para ser contratada:

Quando eu comecei, assim, como eu faço unha, eu fui procurar trabalho em salão. Todo mundo: “Ah, você faz unha. Ah, você é daqui?”. “Não, eu sou de Planalto”. “E você tá fazendo o que aqui?” “Ah, eu sou universitária.”. “Ah! Você é universitária. Pois é, é que agora a gente não tá precisando” (AMANDA TREVISAN, 2017).

Para os alunos realezenses, ou que já viviam na região, como Fernanda Wartha Grippa, “[a universidade] é bem lucrativa para todo mundo, a demanda por aluguel cresceu muito, a demanda por tudo, [...] mas tem bastante preconceito”, e para estes alunos de fora conseguirem emprego é difícil, pois

quem é daqui é sempre mais fácil, pela questão de ser conhecido e ser cidade pequena, tem muito do boca a boca, mas para quem é de fora é um pouquinho mais complicado, e também não tem tanta oferta de trabalho, falta trabalho. Já ouvi reclamar bastante de ‘ah, mas é universitário, mas precisa sair uns minutinhos antes do horário pra pegar o ônibus’, aí já não querem, e não é uma coisa assim: ‘ah, que legal você está estudando’, é ‘você não pode cumprir o meu horário então não quero’ (GRIPA, 2017, 24’).

Segundo o Sr. Jaci Poli, a cidade realmente teve dificuldades de se adaptar à aos novos habitantes que chegavam em peso após a constituição do campus da universidade. E segundo ele, isso se deu por conta da cultura local⁹³:

Havia questões que conflitos se deram logo. Vamos pensar assim, Realeza é uma cidade tradicional, conservadora, com a dominância de uma sociedade em cima da fé judaico-cristã com aparatos de pecado. [...] A cidade, meu deus do céu, virou uma loucura. Ai os estudantes faziam as festas. Meu deus, tinha gente que se escandalizava: ‘Ah, Realeza vai se perder’, ‘onde é que vai morar

⁹³ Relacionando a fala de Jaci Poli e de Antonio Myskiw com a relação à cultura local ser fechada e a adaptação dos realezenses aos novos habitantes ser difícil, situamos a obra *Estabelecidos e Outsiders* de Norbert Elias e SCOTSON. Conferir sequência do capítulo 3.

nessa cidade?’, ‘a universidade é boa, mas traz cada coisa...’. (POLI, 2017).

Sem conseguir trabalhar, e com poucas possibilidades de conseguir uma bolsa auxílio com os cortes governamentais no orçamento, o valor dos alugueis em Realeza, que já são altos, ficam bem mais incompatíveis com a realidade dos estudantes. Amanda Trevisan confirma a dificuldade, para além da financeira, em alugar um imóvel em Realeza:

desde loja, até questão de apartamento, de alugar apartamento. Quando não é com imobiliária, que você vai falar direto com os donos, a maioria não quer, hoje é menos, mas quando eu entrei, a maioria não queria alugar pra mim. Eles preferiam alugar pra família, pro pessoal daqui, mas não pra estudante (AMANDA TREVISAN, 2017).

Segundo Amanda, tudo em Realeza é

Caro. Muito caro. Eu tenho o apoio da minha mãe, mas vejo por pessoas que estudaram comigo, e elas não tinham, elas eram sozinhas. Sozinhas, com uma sacola de roupa mesmo, sem documento, sem nada. Tem gente que,..., sei lá como que fez pra mandar documento pra cá, sabe? Sem ter onde dormir, sem ter onde ficar, e como uma pessoa dessa conseguiu pagar esse aluguel? Se eu que tinha o apoio da minha mãe não consegui. Então eu penso que por ser uma cidade universitária eu acho que deveria ser mais acessível na questão de aluguel e tal (AMANDA TREVISAN, 2017).

A aluna Leila também aponta a dificuldade de encontrar um lugar para morar que tenha um valor de aluguel que caiba em seu orçamento:

O aluguel eu achei difícil. [...] Eu sempre procuro alguma coisa pequena e que fique perto dos pontos de ônibus, e que fique dentro dum valor que eu consiga pagar. Os valores são bem altos, em comparação com Beltrão, nossa, os preços aqui são exorbitantes. Em Beltrão foi mais fácil, porque as imobiliárias te ofereciam muita coisa, até porque lá tem muita coisa também, né? Então as imobiliárias tinham que te oferecer com preços muito variados. O que aqui foi bem mais difícil, o que eu bati perna... (LEILA, 2017).

Leila residiu em Francisco Beltrão em 2014, quando começou o curso de enfermagem em uma faculdade particular do município; porém, ao ingressar em Medicina Veterinária na UFFS, trocou os estudos iniciados e o trabalho para viver em Realeza. Ela argumenta que a principal diferença entre Realeza e Francisco Beltrão, no que se refere à moradia, é o fato de a primeira estar despreparada para receber um contingente maior de novos habitantes, e ainda acredita que “as

pessoas que constroem não tinham essa ideia de que a universidade precisasse de mais [imóveis] pros alunos” (LEILA, 2017).

Além da dificuldade para pagar o aluguel, os alunos sofrem com os trâmites de locação dos imóveis. Para Jaci Poli, o “preconceito” contra os estudantes se estendeu às condições de locação de imóveis por parte dos estudantes:

Não sei como tá hoje lá, mas tinha um período que estudantes pra conseguir alugar um apartamento precisavam trazer garantias de tudo quanto era tipo, antecipação de pagamento, porque o pessoal tinha uma incredulidade, e desconfiavam, e aquele choque cultural que deu foi muito forte, especialmente o pessoal ligado à Veterinária e Nutrição que normalmente vieram de cidades muito distantes, que não são tipicamente da região. Ali, realmente houve um conflito bem acentuado (POLI, 2017).

Segundo Fernanda Wartha Grippa, estudante de Licenciatura em Química de 19 anos, “é bem complicado se você vai alugar, você precisa de um avalista com imóvel na cidade. Aí complica para todo mundo se você precisa desse avalista, ou então tem que dar três alugueis adiantados, e não tem como. A questão dos alugueis realmente é bem complicada” (GRIPA, 2017, 24’). Segundo Antonio Myskiw, diretor do campus da UFFS Realeza, “o diferente, o novo sempre causa um estranhamento, e a primeira reação do estranhamento é o fechamento, e para aqueles que já estão com uma certa idade, quebrar essa barreira não é fácil” (MYSKIW, 2017, 1h16’). Isto parece ser refletir até para as imobiliárias locarem um imóvel para os estudantes:

Para você ter noção, os alunos estão em apartamentos dividindo entre quatro ou cinco pessoas para terem condições de pagar e muitas vezes nós professores temos que ir assinar na condição de avalistas para poder dar o aval para poder dar a locação. Porque tem que comprovar que eles vão continuar pagando o aluguel. Isso tem acontecido, e nós, na medida do possível, estamos tentando auxiliar para isso. Por mais que tenhamos um contato bem tranquilo com as Imobiliárias, eles ainda sentem insegurança com esta questão, em especial para quem vem de muito longe. Isso nós ainda temos feito, o contato, a mediação, na tentativa de conseguir fazer com que essas coisas não aconteçam. Isso para quem vem de fora. Imagine para quem é indígena vir estudar aqui (MYSKIW, 2017, 1h19’).

Podemos supor que as pessoas que investiram em construção de imóveis após a confirmação da chegada da universidade talvez não compreendessem a necessidade dos estudantes no que diz respeito ao tamanho das casas e apartamentos, ou à sua funcionalidade, por exemplo. Mas com relação aos valores

cobrados, cremos que o aumento seja intencional, já que o salto nos valores de imóveis não ficou preso às condições de locação, mas foi evidente também no valor de terrenos no município.

Segundo o Prof. Antonio Myskiw,

Por incrível que pareça, o conjunto de empresários da cidade com a chegada da universidade resolveu investir em abertura de imobiliárias, de loteamentos, aquela coisa toda, mas só que foi um investimento canalizado para quem era docente, para quem era servidor da universidade e não para quem é aluno da universidade, então houve uma especulação imobiliária muito grande em torno da docência, em torno do corpo técnico, em torno das empresas que geram trabalho em torno da cidade, mas não houve uma preocupação demasiadamente grande em torno da necessidade de construir espaços que condizam com a realidade dos alunos. E ainda hoje o setor imobiliário explora muito isso. Pra você ter ideia você tem apartamentos e prédios construídos mas não é para alunos, tem prédios e apartamentos de meio milhão de reais, um milhão de reais. Mas não tem um espaço adequado, um conjunto de estrutura na cidade que se coloque a disposição do aluno (MYSKIW, 2017, 1h19’].

Segundo o sr. Jaci Poli,

quem acreditou mesmo foram as imobiliárias, e quem tinha propriedades e terrenos. Porque até quando a gente chegou lá em Realeza, comprar um terreno arborizado como a gente tinha pensado pra fazer uma casa, a gente conseguia por 20 mil reais, conseguia um bom terreno. Quando começou a divulgar que eu tinha chegado lá pra começar a implantar a universidade, na questão de um mês, dobraram o preço dos terrenos, e nós que queríamos comprar, de 20 já estava em quase 50 mil reais. Assim em toda a cidade (POLI, 2017).

Isso se nota também na fala de Michael Bellé, funcionário da prefeitura de Realeza:

todo mundo queria a universidade, mas nem todo mundo participava dos movimentos, nem todo mundo lutava pela universidade, *mas quando surgiu a ideia de a universidade vir pra Realeza o comércio ficou muito contente, mas pensando mais no lado financeiro do que no lado institucional, de pesquisa.* [...] O que deu uma mudada na cidade foram as quitinetes, mas assim, as quitinetes praticamente não existiam, quando surgiu a universidade foi aquela explosão, e foi na época do Minha Casa, Minha vida, de financiamentos, então era muita gente construindo. *Aí você vê a expansão do município, se venderam várias casas, sítios para os professores que vieram de fora, com um dinheirinho pra comprar uma casa, pra comprar um sítio. Vários empresários da cidade, gente que construiu uns prédiozinhos pra fazer umas quitinetes pra alugar pro pessoal da faculdade* (BELLÉ, 2017, 22’).

Segundo Barbosa, Petterini e Ferreira (2015, p. 2) a expansão e interiorização das universidades federais geram dois tipos de efeitos, o efeito-conhecimento e o efeito-gasto. O primeiro é o que tem resultados a longo prazo e que está relacionado à criação e à transferência do conhecimento em si. Para alguns dos entrevistados, como Bellé, notamos que este efeito já tem se mostrado presente na realidade do município,

[...] Tem muitos que não se misturam, que ficam nos seus grupos e até uma coisa deles, né, porque a juventude, você sabe, eles têm os locais deles de fazer as festas e coisa. [...] de longe o pessoal percebe [quem é da universidade] mas trouxe essa variedade, essa variação de culturas, assim. Tanto que não sei se é por isso, aqui na cidade nós temos barzinhos que toca rock, que era uma coisa que não existia, nunca existiu aqui na cidade, se falava alguém de rock, por exemplo, era 'opa, esse cara é estranho', e agora com a diversidade de estudantes [...] Aqui na prefeitura nós temos vários tanto estagiários, como funcionários efetivos que fazem faculdade, alguns que vieram pra estudar e daí fizeram concurso da prefeitura e tão trabalhando e estudando... e conhecimento assim, surgiu, porque você pega a parte da pesquisa, você fala em produzir um artigo, antes ninguém sabia o que era produzir um artigo. Hoje temos vários alunos que têm artigo publicado, pesquisas em vários setores [...].

Ele ainda afirma,

essas coisas assim é difícil de você mensurar, assim, é muito pessoal, de focos. A gente percebe no contato com o pessoal da universidade, a gente já consegue ter uma visão diferente. Você vê que já não pode afirmar uma coisa que você não tem certeza perto deles, porque eles são.... eles pensam, pesquisam, e isso passam pros alunos. Eu aqui na secretaria, tem dois funcionários que estudam na UFFS e você percebe, que além de inteligentes, eles são críticos também, conseguem perceber a sociedade de uma forma diferente. Essa é a grande riqueza da universidade, mais do que formar um veterinário, um biólogo, é formar um ser pensante, crítico, que vê a sociedade de um jeito que é diferente do que é imposto pra eles (BELLÉ, 2017).

Porém, neste contato entre novos habitantes e antigos moradores de Realeza, nem tudo foi fácil. A adaptação para ambas as partes continua sendo difícil, já que para os alunos os alugueis são caros, os realezenses não querem lhes alugar os imóveis (e impõem vários empecilhos para que não consigam) e não gostam de empregá-los por conta dos horários de aula da universidade. Nos primeiros anos, até dificuldades para receber atendimento médico os alunos tiveram, como Juliana Silva relatou:

Quando eu vim pra cá, era o Gaiovski ainda e eu lembro que eu nunca desmaiei na vida e um dia eu desmaiei lá no banheiro, sorte

que uma amiga estava comigo, me alimentava muito mal, e preguiça também, teve um ano que era só bolacha de água e sal, massa de pastel manhã, tarde e noite, não tinha fogão, não tinha geladeira, aí minha vizinha me ajudava [...] e eu fiquei sem nada em casa. Naquele dia eu fui pro pronto-socorro e quem me atendeu foi uma enfermeira, e ela me receitou remédio, falou que eu estava com anemia e me indicou exame. [...] Mas [isso foi porque] quando eu fui fazer a ficha eu tive problema, eles queriam o meu título de eleitor daqui, e eu lembro que várias pessoas tinham comentado que tinha que ter o título de eleitor daqui pra passar no médico aqui, [...] e falei: ‘mas sou da universidade, como vou ter o título daqui?’ Expliquei a situação para a enfermeira, falei brigando com ela, e por isso ela me passou na enfermeira e não no médico.

Ou seja, o município se prestou e se esforçou tanto para conseguir sediar um campus da universidade federal da fronteira sul e após a instalação da mesma negava atendimento médico aos alunos, ou os atendia precariamente pela enfermeira e não pelo médico, por não terem título de eleitor do município. Muito provavelmente um aluno recém-matriculado na UFFS não teria um título de eleitor como votante em Realeza. Neste processo de adaptação de ambas as partes, município e novos habitantes, havia um descompasso. Aparentemente, o município pretendia conseguir o campus mais pelo efeito-gasto do que pelo efeito-conhecimento provocado pela instalação de uma IFES. Esta dificuldade de adaptação de ambas as partes pode ser pensada nos termos de

[...] uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders*. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-lhe que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 19).

E os autores ainda apresentam para a comunidade analisada em seu livro algo que pode ser transposto em alguma medida para a análise da relação entre os realezenses e os novos habitantes do município:

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-*outsiders*: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra suspeitos de transgressão (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 20).

A lógica é bastante similar à de Realeza, em que os alunos, grupo de *outsiders*, acaba por ter de conviver com a *blame gossip*, sofrendo com os alugueis altos, dificuldade de conseguir emprego, preconceito com relação aos horários de aula, e ainda quanto às festas e possibilidade de uso de drogas. Já o grupo de *outsiders* de servidores, aqueles que tem mais possibilidade de contribuir com o efeito-gasto em Realeza, são mais afetados pela *praise gossip*, sendo um grupo fechado, mas que não sofre tanto quanto os alunos, já que pode alugar casas e apartamentos mais caros e de padrão mais elevado, pode gastar mais no município (inclusive valores mais altos), e não precisa enfrentar a dificuldade de conseguir emprego, por já o terem na faculdade. O último é um grupo que não sente a necessidade e nem precisa se envolver tanto com a cidade que abriga a universidade.

O outro é o efeito de curto prazo, o efeito-gasto que é o que Bellé igualmente menciona acima, em que há “elevação da demanda por produtos e serviços que é imediatamente gerada pela implantação do *campus* universitário”. Para os autores Barbosa, Petterini e Ferreira (2015, p. 2):

os salários pagos para o corpo docente e pessoal de apoio administrativo e as despesas com suprimentos e serviços locais realizadas pela instituição, além dos gastos de visitantes e alunos de fora, alimentam o consumo local e, seguindo um mecanismo de multiplicação, retroalimentam a economia.

De acordo com a pesquisa realizada pelos autores acima mencionados, no caso brasileiro o efeito-gasto é estimado em R\$1,94 “sobre a renda média municipal para cada R\$ 1,00 investido em um novo *campus*” (BARBOSA, PETTERINI, FERREIRA, 2015, p. 2). Este efeito-gasto gera crescimento de renda circulante na cidade e, por sua vez, há um aumento de empreendimentos criados nos mais variados setores, e também no imobiliário. Michael Bellé ainda complementa sobre o crescimento do município

quando surgiu a ideia de vir a universidade pra Realeza o comércio ficou muito contente, mas pensando mais no lado financeiro do que no lado institucional, de pesquisa. [...] Realeza tem vários barzinhos, e como tem aqui vem muita gente de fora porque aqui dá as festas boas. A economia do município melhorou muito, porque além de ter esse do salário dos servidores, isso movimentou, os alunos, é muita gente fazendo faculdade, pagando... alugando casa, algumas famílias que compraram lote, compraram casa, compraram apartamento aqui pros seus filhos morarem por quatro, cinco anos, até a possibilidade de já ficar trabalhando aqui (BELLÉ, 2017, 25’).

Observemos o crescimento da cidade de Realeza, entre os anos de 2009 e 2017, sendo as áreas demarcadas na cor verde correspondentes àquelas que foram loteadas após confirmada a criação da universidade:

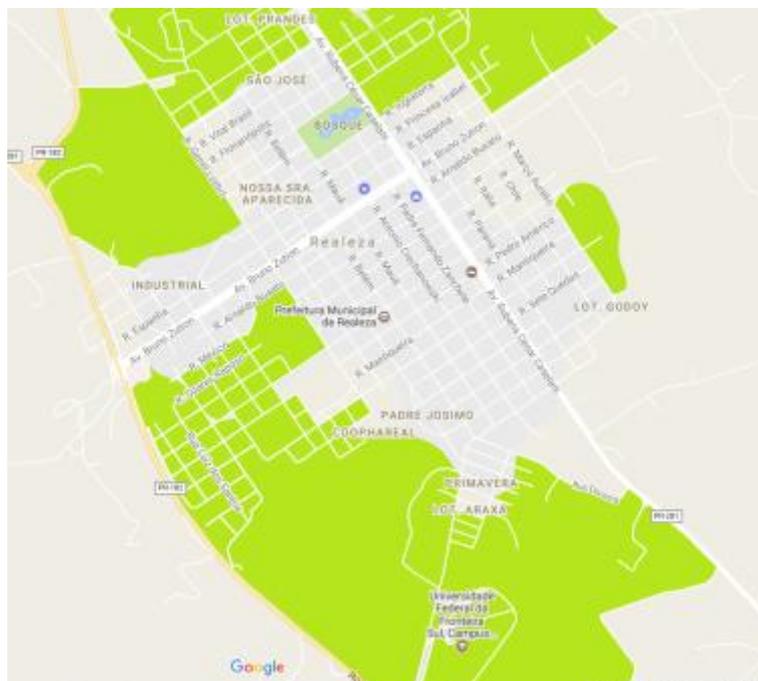


Figura 11. Realeza urbana: crescimento a partir de 2009.

Produzido por Fernanda Nichterwitz, fonte Google Maps.

Quem deveria estar ainda melhor preparada para receber os alunos, além da cidade, é a universidade, que ainda não conseguiu implementar um sistema de moradia estudantil (como programado inicialmente pelos movimentos), ou viabilizar um auxílio permanência de valor mais alto aos alunos que precisam. Afinal, a especulação imobiliária e os valores abusivos de aluguel são uma forma de os realezenses reagirem à chegada de muitos e novos habitantes, alguns até dispostos a pagar tais preços. Nos questionamos sobre os motivos pelos quais a universidade idealizada se modificou tanto em relação à universidade instalada quanto ao atendimento às necessidades dos alunos, em sua maioria, ingressantes cujas famílias recebem mensalmente de um a três salários mínimos. Com tal renda, em uma cidade como Realeza, estudar fica inviável sem o investimento de verba por parte da universidade

A universidade, mesmo com o planejamento realizado em seu PDI, não conseguiu construir as moradias estudantis por conta de falta de recursos, de acordo

com o Sr. Jaci Poli. Segundo Boaventura de Souza Santos (2000, p. 214, 215), os cortes orçamentários provocam três principais efeitos na vida institucional de uma universidade: por serem seletivos, desestruturam as relações de poder internas que dariam estabilidade à instituição; submetem a universidade aos critérios de avaliação externa e ao discurso de produtividade; e, por fim, induzem a universidade a buscar meios de financiamento alternativos.

Poderíamos dizer que a seletividade do corte na verba para a moradia estudantil no caso da UFFS tenha relação com os discursos de produtividade, já que a verba recebida é redirecionada e, naturalmente, dá prioridade à pesquisa e aos projetos de extensão. Isso, inicialmente, em especial no caso da moradia estudantil, gera um descompasso entre o desejo dos movimentos estudantis e o que é praticado na universidade. Veremos mais sobre isso no próximo item.

3.4 A UTOPIA DA UNIVERSIDADE PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Segundo Santos (2000, p. 214) os cortes orçamentais são parte de uma grande crise institucional da universidade, ou do modelo de universidade por nós praticado. Neste sentido, poder-se-ia pensar que a UFFS, recém-criada, já se insere em uma crise institucional ao mesmo tempo em que se consolida como universidade e, ao mesmo tempo, podemos caracterizar este processo como conflituoso, além de transformador, já que distancia a universidade idealizada daquela que foi efetivamente instalada.

Isso se dá, de acordo com o autor (SANTOS, 2000, p. 187), devido ao fato de que a universidade tem sido cada vez mais cobrada a exercer funções as quais não foi criada para realizar, como a que parte da reivindicação da responsabilidade social da universidade, como no caso da UFFS, demandada pelos movimentos sociais e pensada para a responsabilidade social de inclusão e ascensão dos filhos de trabalhadores pela educação superior.

Tais formas de reivindicação, que rumam para a valorização das comunidades e “intervenção reformista nos problemas sociais” (SANTOS, 2000, p. 209), esteve e continuou vigente no imaginário simbólico de muitas universidades, em especial nos períodos de transição ou de aprofundamento democráticos, segundo Santos. E podemos dizer que a UFFS é um exemplo deste fluxo,

considerando que é uma universidade criada com um imaginário simbólico voltado à intervenção na realidade social do camponês, do agricultor familiar e do trabalhador urbano, conforme abordado no capítulo 2. Porém, neste processo de acumular funções, inclusive a de mudança social, diante das mais variadas pressões exercidas por diferentes segmentos populares, a universidade acaba por congrega tarefas contraditórias entre si que, somadas à sua rigidez funcional e organizacional, produzem uma “relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à sua aversão à mudança” (SANTOS, 2000, p. 187). Nestes termos, continua ainda Santos (2000, p. 205) ao afirmar que a universidade

foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados em favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido por a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses.

Quando esta estrutura universitária rígida passa a ser cobrada em relação à solução de problemas sociais, surge aquilo que Santos (2000, p. 190) define por crise de hegemonia da universidade. Porém, em que medida essa crise de hegemonia teria atingido a UFFS, uma universidade fundada e idealizada para cumprir com determinada função social?

Segundo o Sr. Jaci Poli,

nos dois, três primeiros anos [da UFFS], a duras penas, conseguiu muita coisa, ir mantendo as coisas. Mas posteriormente isso foi sendo retirado, ela foi perdendo essa condição. E aquela relação com os movimentos, foi se tornando cada vez mais distanciada, a ponto que eu vejo que aquilo que se faz hoje sobre a universidade ser oriunda dos movimentos sociais, quase se constituiu um mito fundador (POLI, 2017).

A impossibilidade de manter a influência dos movimentos sociais dentro da UFFS Realeza teria surgido a partir do momento em que o corpo docente concursado ingressou na universidade e foi empoderado pela legislação federal que, na nova Lei de Diretrizes e Bases, pontua que

A discussão das políticas acadêmicas e de sua gestão devem caber a órgãos colegiados, dotados de representatividade da vontade da comunidade universitária. Mais do que isso, contarão com a legitimidade assegurada pela imposição da gestão democrática (LDB, art. 56), cuja participação deverá ser de no mínimo 70% docentes, além da necessidade de que tais representantes sejam escolhidos pelos próprios pares (sem prejuízo, é claro, da

participação dos integrantes do segmento executivo do binômio). [...] A proporção mínima de 70% de docentes é obrigatória em todos os colegiados de atribuições deliberativas (MEC, s/d).

De acordo com o estatuto da UFFS, os seus órgãos superiores são o Conselho Universitário e a Reitoria: o primeiro (CONSUNI) é o órgão máximo da universidade e possui função normativa, deliberativa e recursal. Deste participam reitor, vice-reitor, dois docentes por *campus*, um técnico administrativo em educação por *campus*, um técnico administrativo em educação por *campus* lotado na reitoria, e um representante da comunidade regional por estado da federação que possua *campus* da UFFS, e complementação da representação docente que assegure o cumprimento dos 70% da categoria previstos na legislação, e pró-reitores na presidência das Câmaras Temáticas (UFFS, ESTATUTO, 2015, p. 9). Nas Câmaras Temáticas (que possuem também poder deliberativo) que integram o Conselho Universitário também são assegurados um total de 70% de docentes da universidade. Segundo o Jaci Poli, este teria sido um dos motivos principais pelos quais os movimentos sociais não conseguiram participar ativamente das decisões tomadas na universidade que ajudaram a criar. Em sua visão,

uma das questões mais importantes além desse processo seletivo foi de não se desafiar para garantir a participação efetiva dos diversos setores da comunidade acadêmica, da comunidade externa, da comunidade regional, com peso. Os professores não abriram mão dos 70% que lhes cabe dentro da lei, eles querem 70% e ponto. A lei diz que pra ter,..., a lei permite, ou estabelece, que o quórum, a representação dos professores tem que ser de 70%, isso já muitas universidades largaram, criaram relações internas que dão. E aí os professores na sua maioria ali na universidade mostraram um corporativismo muito forte, grande maioria dos professores se sentem realmente empoderados pelo grau dos 70%. Com um argumento: 'Ah, isso faz parte da autonomia da universidade' (POLI, 2017)

Segundo Rita Lima,

Tanto é que a desconfiguração de alguns dos projetos da U-F-F-S se deu exatamente por conta disso, exatamente por isso. E que se não fosse ainda o Consuni, que tinha figuras como Inácio, por exemplo, tinha ido o boi com a corda. Tinha ido de uma USP pra lá (RITA LIMA, 2017).

Para Jaci Poli e Rita Lima, o argumento da autonomia universitária descaracterizou o projeto inicial da UFFS, pensado pelos movimentos sociais. Segundo ambos, os docentes, a partir do momento que fizeram uso dos 70% de

direito em Conselho Universitário, conseguiram moldar a universidade de acordo com sua própria visão, supostamente mais arcaica, e não a do projeto da UFFS, que prezava pela responsabilidade social. Segundo Poli,

Os professores estavam querendo excluir e saber quais os movimentos que iriam participar desse conselho, queriam recriar completamente a auto-organização dos movimentos que estavam ali que constituíram a universidade, justamente porque eles se sentem empoderados para tanto. Ai você vê o grau de,..., a autonomia universitária cria uns monstros que são aqueles conceitos e aquelas pessoas que se sentem como se eles não tivessem nada a ver com o mundo: “nós estamos aqui no mundo acadêmico”. Como se o mundo acadêmico fosse uma coisa assim enclausurada, que não tivesse relação nenhuma: “a comunidade que venha aqui, tenha tuas aulas e participe porque nós fazemos a academia”. Pronto (POLI, 2017).

Segundo o Sr. Jaci, a contratação dos professores não envolveu o Projeto pedagógico da instituição como parte do processo seletivo, e quem teria direcionado o andamento destas etapas de seleção teria sido a universidade tutora, a UFSC. De acordo com sua fala, alguns dos professores, que inclusive já passaram pela coordenação de cursos de licenciatura da UFFS, não são licenciados e nunca estiveram envolvidos com atividades de docência, sendo bacharéis e possuindo formação como mestres e doutores:

uma grande parte deles, daqueles professores, mestres e doutores normalmente concursados, [...] não estavam preparados, nunca tiveram, inclusive, experiência de docência, alguns quase enfiaram na prova didática, e chegaram na sala de aula sem nunca terem sido professores, eles falaram lá abertamente: “nunca dei aula, eu vim aqui pra começar” (POLI, 2017).

Conforme o representante do Sudoeste no Grupo de criação da Universidade, não houve um cuidado com a universidade no sentido de se pensar na manutenção dos seus objetivos iniciais; sendo assim, o movimento de criação nem teria autonomia neste sentido, já que quem direcionou os processos de contratação de docentes foi o Ministério da Educação e a UFSC.

E isso foi um movimento que foi crescendo na universidade, pelo tipo de professores que vinham sendo admitidos, pela falta de preocupação até de colocar nos concursos o projeto da universidade, e entrou professores ali que são completamente contra qualquer tipo de participação da comunidade, são contra, inclusive tem um professor lá que um dia ele falou que ‘falar em pedagogia significa falar a mesma coisa que demagogia’. E você pergunta: ‘mas o senhor é o quê?’ [...] Mas isso no começo foi muito grave. O choque entre os professores que entravam e o movimento que criou a

universidade. Isso no início teve momentos de animosidade muito fortes, porque professores vindos das mais diversas localidades do Brasil, formados nas mais diversas universidades, normalmente extremamente conservadores (POLI, 2017).

Não se trata, entretanto, de uma análise consensual. O Prof. Antonio Myskiw afirma que, antes de prestar o concurso para ingressar no corpo docente da UFFS, buscou informações sobre o processo que deu origem à e o histórico da universidade. O problema não teria se dado quando a UFSC direcionou a etapa de organização dos concursos. De acordo com ele,

não é comum por boa parte das pessoas que se candidatam a docentes da universidade, buscarem informação sobre o projeto de criação da universidade. Aliás, na minha leitura essa é uma falha que a própria universidade e a própria comissão de concurso, muitas vezes, tem provocado dentro do processo da construção do próprio concurso para a entrada de docentes. Por que eu falo isso? O primeiro concurso que teve em 2009 foi um concurso em que as pessoas... cada área de concurso foi muito bem pensada e foram colocadas pessoas nas bancas que tinham a missão de escolher um candidato, o perfil de uma pessoa que pudesse dialogar com o perfil da universidade que estava se pensando criar. As pessoas foram escolhidas, não só pela qualidade das respostas que ofereceram durante a primeira prova, que foi uma prova de marcar xiszinho [sic], mas também pela qualidade da arguição feita durante a aula e do currículo destas pessoas. As comissões de concursos tinham foco: ao projeto da universidade é esse, e nós temos que colocar pessoas que tenham esta identidade'. E foram colocadas pessoas adequadas, que foram essas pessoas que deram a cara ao projeto e fizeram acontecer (MYSKIW, 2017, 20').

Para Myskiw, o problema ocorreu quando se estabeleceu uma comissão própria da UFFS para direcionar e organizar os concursos:

é uma crítica à própria comissão de concursos que eu faço, houve esse desligamento, ou seja, o projeto da universidade foi deixado de lado para dar valor ao perfil do profissional e a carreira do profissional, o doutorado, a formação, o pós-doutorado. A área de conhecimento se tornou um elemento principal do concurso e a identidade do profissional com o projeto da universidade foi deixada de lado. Isso fez com que os concursos de 2011, 2012, 2014 trouxessem para dentro da universidade um conjunto de professores que não tem identidade com a universidade, com os movimentos sociais e desconhecem a realidade da região. Ainda que haja professores que estejam abertos, querem inovar, querem conhecer isso, mas há um grupo de professores que se negam a fazer isso. E é justamente essa negativa que traz um conjunto de dificuldades para amadurecer a universidade e tentar fazer com que ela permaneça no seu projeto original que é muito bacana. [...] E nós estamos percebendo isso hoje, nas reuniões de colegiado, nas reuniões estratégicas que conversam sobre a realidade regional, os

professores 'ah, pra que discutir isso? Eu não estudo isso? Eu pesquiso astronomia, sei lá o que, pra que que eu vou estudar isso na comunidade local? [...] Há um debate interno muito forte. Eles, em vez de contribuir, acabam desmontando ou fragmentando o projeto da universidade como um todo (MYSKIW, 2017, 21').

Os movimentos sociais teriam se apercebido deste distanciamento de objetivos apontado pelo Prof. Myskiw, e igualmente salientado por Jaci Poli. De acordo com o diretor do *campus*,

entre 2012 e 2015, o movimento pró-universidade se afastou da universidade, começou a perceber que a universidade deixou de atender boa parte das questões que eram problemas da comunidade regional. [...] Eles não falaram isso para nós, mas mostraram seu descontentamento, tanto é que em 2015 quando eu, o Marcos Beal e o Michael assumimos a direção do *campus*, nós começamos a dialogar com os movimentos sociais, convocar e perguntar o porque do esfriamento da relação, e eles nos disseram 'você abandonaram o projeto, vocês se fecharam novamente nos muros, que são invisíveis, você abandonaram o projeto que construímos'. [...] E não é algo fácil de retomar (MYSKIW, 2017, 23').

Um dos distanciamentos do projeto original realizados pela universidade depois de sua fundação foi com relação a atuação da universidade, por exemplo, quando foi decidido que o primeiro atendimento à comunidade pelo curso de Veterinária seria pela clínica de animais de estimação, enquanto que o movimento social havia requisitado a graduação para que formassem veterinários que atuassem em prol da bacia leiteira do Sudoeste do Paraná; quanto aos cursos, em especial ao curso de Ciências Naturais, apresentado anteriormente, o prof. Myskiw afirma que:

Esse projeto, esse PPC de curso, em função da entrada dos docentes, por isso que eu falo pra você que os docentes que entraram na sequência não conceberam o projeto inicial, ou seja, a formação bacharelesca fez com que o corpo docente que entrou fizesse a fragmentação do curso. Simplesmente falaram assim: 'esse curso é um Frankenstein'. Brigaram, brigaram tanto que ao final, como esse curso era replicado em Cerro Largo no mesmo formato, os docentes de lá e de cá decidiram reconstruir o curso para cada um fazer seu próprio curso. E o curso de Ciências Naturais deixou de existir e passou a existir somente o curso de Biologia, Química e Física como tradicionalmente é nos outros demais [...] o corpo docente que veio pra cá, ainda que tenhamos feito um conjunto de debates para não fazê-lo [extinguir o curso], fomos vencidos e a proposta foi destruída. Tanto é que entravam 150 alunos no curso de Ciências Naturais e depois eles, conforme a formação, foram remetidos para as outras áreas (MYSKIW, 2017, 1h21').

Analisando o Estatuto da universidade, o Conselho Universitário, o qual, como mencionado é deliberativo e conta com 70% de membros docentes em sua composição, tem poder para “criação, instalação, funcionamento, modificação e extinção de cursos e programas” (UFFS, 2015, p. 10). Assim, com uma participação tão grande de docentes, e tão reduzida dos movimentos sociais, a universidade legitima em seu estatuto o desvio do projeto inicial, desde que deliberado em Conselho. Se os professores desconhecem ou discordam do projeto de criação da UFFS, é de se presumir que não iriam continuá-lo ou fortalecê-lo, mas antes buscar construir uma UFFS de acordo com os moldes de universidade em que se formaram ou que tenham como referência.

Esta incongruência entre os objetivos da universidade no momento de sua criação e depois, quando da instalação, parece corresponder àquilo que Boaventura Souza Santos aborda ao explicar a crise de legitimidade das universidades:

No momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e de igualdade, os limites da congruência entre os princípios da universidade e os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis: [...] Como fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria, uma ‘sociedade de classes’ os ideais de democracia e de igualdade? [...] Como é possível, em vez disso, adaptar os padrões de educação às novas circunstâncias sem promover a mediocridade e descaracterizar a universidade? (SANTOS, 2000, p. 212).

Segundo o autor, a crise de legitimidade se dá também quando a universidade aceita encarar o papel democratizante, de promoção social, e se depara com a crise de hegemonia também, já que “o tipo de conhecimentos produzidos (questão de hegemonia) tende a alterar-se com a alteração do grupo social a que se destina (questão de legitimidade)” (SANTOS, 2000, p. 212). Tal se confirma por meio da fala de Amanda Trevisan em relação ao fato de que o ensino ministrado não teria se revelado adequado à realidade dos alunos, fator que a decepcionou bastante na UFFS:

a questão dos professores, que eles viam o desinteresse, e apesar de serem ótimos professores, eles não buscavam aquela questão de te chamar pra aula, sabe? De buscar o teu interesse no que eles estavam ensinando. Eles estão falando, gostou, gostou, não gostou... pede pra sair. Isso foi uma coisa que me decepcionou bastante, porque como eu sempre tive bastante problema pra socializar com as pessoas, o que pesou bastante pra mim foi isso. Porque assim: “Ah, ninguém te quis no grupo, faz sozinha, e se não quiser fazer sozinha, não faz”. Não teve aquela questão de ver as suas dificuldades. Isso

que eu achei que pesou bastante, sabe? Porque assim, eu já não estava muito interessada, e quando fui procurar ajuda dos professores, não era aquela coisa assim de me incentivar, entende? [...]A gente até sugeria, a turma sugeria outros meios didáticos, sabe? Mas todo mundo é aberto a opiniões, mas ninguém aceita a sua opinião. [...] Porque o ritmo que estava indo a faculdade, eu particularmente não estava gostando desde essa parte dos professores em não dar atenção, com os alunos, (“ah, quero a opinião dos meus alunos, aceito a opinião, aceito dicas”, aí você dá a opinião e eles ignorarem totalmente) (AMANDA TREVISAN, 2017).

Leila, ex-aluna de escola pública que fez o Ensino Médio em magistério, também sentiu um pouco de dificuldade para acompanhar o ritmo das aulas na UFFS:

Eu me sinto despreparada, constantemente despreparada, e me sinto com relação aos meus colegas, que fizeram anos de cursinho, fizeram escolas particulares, eu me sinto muito despreparada. Tanto que minha grade no magistério já foi diferenciada, então eu já perdi muita matéria, que seria da grade normal do Ensino Médio, então eu me sinto despreparada muitas vezes porque o ensino público deixa muito a desejar. Sinto mais, principalmente nas biológicas, tudo que é relacionado à biologia, às ciências estou bem despreparada, química e física então, nem se fale (LEILA, 2017).

Aparentemente, há uma dificuldade por parte do corpo docente em lidar não somente com os desejos do movimento que criou a UFFS, mas também em direcionar os alunos que, em sua maioria, são advindos da escola pública e que, por vezes, não conseguem acompanhar o ritmo das aulas de conteúdos mais avançados. Porém, temos de compreender que muitos destes docentes formaram-se em universidades tradicionais, sendo este o único modelo que conhecem e no qual puderam atuar, e assim, o reproduzem. Estes docentes não foram preparados para inovar em seus cargos, nem para compreender a história da universidade em que ingressavam, já que isto nem mesmo contava nos editais de concurso que prestaram.

Michael Bellé (2017, 20') também aponta em sua fala a questão dos projetos da universidade relacionados ao município e que dizem respeito à prefeitura municipal:

Depende também dos movimentos sociais levarem as demandas à universidade. Os professores são muito técnicos. Eles têm uma capacidade técnica assim muito elevada, acima da nossa. Mas o que falta é a capacidade de aglutinação desses professores. De você conseguir juntá-los e juntar a sociedade pra discutir uma coisa, discutir os projetos para a prefeitura. Se não levar as demandas pra

eles lá, eles ficam lá trabalhando com os recursos que eles têm. Ficam lá dentro fechados. [...] Por exemplo, esses professores que estão ali eles não participaram da luta pela universidade. Depois que a universidade existiu, eles participaram dos concursos e passaram e vieram pra cá. Aos poucos eles vão descobrindo também. Porque senão fica só aquele negócio político: a universidade foi criada pra trabalhar com pequena propriedade. Mas eles também têm curso pra dar.

Por conta desta bagagem pessoal e acadêmica que trouxeram consigo, a tarefa de implementar um ensino mais democratizante, que promova a ascensão social, é árdua, e segundo o Sr. Jaci Poli, “se perdeu muito do projeto a partir daí. Virou uma universidade tradicional” (2017). Diante disso, cremos que a noção de “campo”, como definida por Pierre Bourdieu, é de valia para refletirmos sobre a questão. O estudioso francês designava o “campo” como “esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas próprias leis” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Estas leis internas resistiriam às pressões sociais, o que caracterizaria autonomia, ou seja, “os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Para Bourdieu, o campo científico é um mundo social que possui autonomia, e uma das manifestações mais evidentes desta é a refração. Ele afirma que “quanto mais autônomo for um campo maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis” (BOURDIEU, 2004, p. 22). A universidade, assim, é um campo autônomo, com leis internas, e com grande poder de refração às imposições externas: no caso da UFFS, observa-se isto em relação aos movimentos sociais que encamparam a luta pela criação da universidade. E os agentes atuantes dentro desta lógica seguem certos princípios determinados pelas posições que ocupam neste campo. Estes princípios são a base das relações objetivas entre os diferentes agentes, e partem das escolhas e pontos de vista que cada um dos personagens envolvidos possui.

Quando os docentes ingressaram na UFFS sem conhecer o projeto de criação, rememoraram os padrões das relações universitárias que conheciam e pelas quais foram formados, o que influenciou a tomada de determinadas decisões no Conselho Universitário da UFFS. Eles, enquanto agentes, seriam conduzidos

passivamente, segundo Bourdieu, pelas forças do campo, pelo “habitus”, que os orienta para

a conservação da estrutura seja para sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (BOURDIEU, 2004, p. 29)

Partilhando das proposições oferecidas por Bourdieu, é possível pensar que, por conta do “habitus” é que os professores do curso de Ciências Naturais não tenham se sentido confortáveis para atuar naquilo que teriam denominado por “Frankenstein” e, portanto, retornaram para a estrutura “tradicional” de cursos. Isto é, aquela que conheciam. Conclui-se, assim, a partir da análise realizada, que a UFFS em Realeza possui cultura escolar própria, “um conjunto de práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (JULIA, 2001, p. 10), e é

Mais do que um local de instauração e transmissão de saberes, [...], e pode ser considerada como] um espaço configurado por e configurador de uma cultura escolar, onde se confrontam diferentes forças e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais (MONTEIRO, 2007, 82).

Por isso, o processo seletivo dos docentes pontuado pelo prof. Myskiw é algo de extrema importância para a manutenção do projeto inicial, já que, retomando Bourdieu (2004, p. 32), “quanto mais um campo é heterônimo, mas a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas”, e quanto mais um campo é autônomo, “mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sócias”.

Para Santos (2000, p. 190), no momento em que “se torna socialmente visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos” a universidade pode vir a passar por uma crise de legitimidade. E é em meio à uma crise de legitimidade e de hegemonia, que uma crise institucional, pode ser configurada. Não podemos concluir que a UFFS-Realeza esteja enfrentando tais crises; porém, podemos observar as direções que a nova universidade tem trilhado, e alertar quanto às mudanças que têm ocorrido no neste campo, que destoam do projeto dos movimentos sociais que a criaram. No entanto, cabe ressaltar que, enquanto corpo autônomo, a universidade tem como legítimas tais transformações na prática do projeto original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, a UFFS é uma universidade criada a partir de um aceno governamental surgido no período do governo Lula, e que uniu os interesses e anseios da população da Mesorregião da Fronteira Mercosul, dos movimentos sociais (como visto, especialmente, aqueles relacionados à agricultura), e dos políticos locais que aproveitaram o ensejo de expansão das IFES pelo governo federal e conseguiram formar uma comissão de desenvolvimento de projeto. A partir disso, muitos conflitos internos ao MPUF tiveram vez, desde o momento da decisão de quais cursos seriam abertos e quantos campi a universidade teria, passando pela disputa quanto à decisão dos locais sede destes futuros campi. Esta última foi a querela que mais gerou discussões nas atas das reuniões e encontros da Comissão, já que em determinado momento, pouco antes da finalização do processo, o município de Realeza conseguiu reivindicar um campus visando representar o sudoeste do Paraná.

A partir do momento em que a comissão de criação da universidade é instaurada, uma série de debates incorporou-se à agenda do movimento. Uma das discussões mais salientes se voltava para a questão da inclusão social: o movimento pró-universidade federal pretendia que a universidade a ser criada fosse inclusiva, que atendesse não somente uma elite, mas os filhos dos agricultores, dos trabalhadores, sob o argumento de que, sem esta universidade na região, não teriam condições de pagar pelos estudos de seus filhos em faculdades particulares. Aqui, é importante lembrar que a região da fronteira sul por muitos anos foi preterida no que se refere à implantação de universidades públicas, e políticas sociais de forma geral, sendo que as primeiras faculdades na região logo após a colonização da área (que remonta aos 1960), e as IES públicas (federais e estaduais) depois, em pequeno número e situadas nas cidades de maior concentração populacional. Até que as públicas fossem instaladas nas regiões com menor número de habitantes o ensino superior privado manteve-se restrito aos grupos com condições de pagar as suas mensalidades⁹⁴.

Por este motivo é que a inclusão social, para aqueles que participavam destes movimentos sociais locais era algo tão importante a constar no projeto da nova

⁹⁴ Para tanto, ver Trevisol (2014, p. 7).

Enquanto este efeito não se faz presente totalmente na sociedade, nota-se que as relações entre os grupos de fora e de dentro da universidade continuam com pouca permeabilidade. Isso acaba por se refletir na rotina dentro da UFFS, na medida em que, como demonstrado anteriormente, estes professores por não terem relação aproximada com o município acabam por não se envolverem tanto com a comunidade, e por não terem noção das necessidades do entorno. O que é agravado pelo fato de alguns destes desconhecem o projeto de fundação da UFFS, que visa a inclusão social e a integração com a comunidade local, especialmente relacionada à agricultura. Existem projetos de atuação colaborativa entre universidade e prefeitura de municipal, e não são poucos, como os projetos de expansão, PET, e os estágios de licenciaturas (nesta dimensão destaca-se também o Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF, colocado em prática pela UFFS até o ano de 2014); porém a relação entre ambos os grupos (sociedade e docentes) ainda é mínima fora da atuação da universidade, pelo o que se pôde constatar.

A mesma dificuldade é encontrada entre os movimentos sociais que demandaram a universidade, e os colaboradores desta, em especial os docentes. Como abordado anteriormente, há um descompasso entre aquilo que previa o projeto inicial de UFFS, como criado pelos movimentos sociais, e a realidade da universidade: os cursos foram alterados, as políticas de assistência estudantil foram deixadas de lado (por exemplo, no caso do projeto das moradias), e as propostas de atuação da universidade na comunidade também foram modificadas (como no caso da modificação da proposta de atuação veterinária na bacia leiteira para incorporar ao projeto a clínica de animais de estimação).

Neste sentido, precisamos compreender o fato de a universidade ser um microcosmo relativamente autônomo que possui relações internas definidas pelo papel de cada personagem envolvida: alunos, professores, corpo técnico-administrativo. Cada um destes chegou à UFFS com uma bagagem desenvolvida a partir da observação destes papéis em outras universidades, muitas vezes as de sua formação. E cada um deles segue as referências já construídas e consolidadas destes papéis, fazendo com que o grupo se torne cada vez mais uniforme nas ideias, posicionamentos políticos e decisões que envolvam a universidade criada. E, assim, cada vez mais distantes da proposta de universidade democrática defendida

pelos movimentos sociais. A Universidade continua como um “campo de enorme disputa”. Assim como as fronteiras o são.

A Universidade Federal da Fronteira Sul possui em seu nome a referência a um local, a uma região: o Sul do Brasil. Porém, sua nomenclatura é igualmente composta pela palavra “fronteira”. Assim, em relação à UFFS, a referência à “fronteira” não é apenas à região Sul, ao encontro limítrofe entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas ao encontro entre Brasil e Argentina. Vale registrar que, etimologicamente, o termo advém do latim, “*frons*”, que significa “testa, sobancelha, fachada, parte mais a frente”, e que deu origem à palavra “*frontière*” no francês. Geograficamente, “fronteira” se refere a uma “região ou faixa”. Já “limite”, do latim “*limes*”, se relaciona a “uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno”. Logo, haveria duas formas de conceber a “fronteira”: pelo *limes* e pelo *limen*. O primeiro sendo o limite, aquele que circunda uma forma ideal; e o segundo sendo a soleira, a passagem. “Se na primeira nos movimentamos na clausura, [...] na segunda circulamos no interior de um espaço teórico interdisciplinar que nos comunica”⁹⁸.

Este conceito de fronteira mescla ambas as definições, abrangendo tanto aquilo que impede quanto aquilo que interliga. Assim é a UFFS em Realeza. A fronteira se faz presente não só no nome da universidade, em sua localização, mas em sua prática. A UFFS é fronteira por ser local de passagem. Passagem física e simbólica. Ela fica de frente para a estrada, em meio a um loteamento ainda vazio. Serve de paisagem aos que passam rapidamente por ela. E seus alunos vêm e se vão. Os que permanecem nela são os concursados, alguns por mais tempo que outros. E é este o grupo dotado de caráter mais homogêneo, que atua diretamente para a consolidação dos projetos da universidade, que detém o poder, de acordo com o estatuto universitário.

Esta instituição interligou movimentos sociais e ensino superior público, interligou *outsiders* (quaisquer que fossem os que se instalaram na cidade por conta da universidade) e munícipes. Porém, ao mesmo tempo enclausurou. Repeliu os movimentos sociais da prática universitária, já em seu estatuto, e modificou as propostas dos movimentos que demandaram a universidade e possibilitaram sua criação. Se o convívio é quebrado no cotidiano, a linha divisória aumenta e os muros

⁹⁸ Para tanto, ver Silva e Pinto (2014, p. 16).

da universidade se erguem novamente àqueles que, a princípio, teriam de ter sido acolhidos por ela. Isso se dá na medida em que a hospitalidade é dada como condição, ou seja, o convite e as boas-vindas ao lar existem sob a condição de que o outro se adapte às leis e normas do território do anfitrião, de acordo com a sua linguagem, tradição e memória⁹⁹.

Os movimentos sociais não se adaptaram às leis da academia, pois propuseram cursos diferentes dos padronizados nas universidades mais tradicionais; não se adaptaram tampouco às normas do território universitário, não seguiram sua linguagem, tradição, nem memória, e por isso, guardadas as proporções, não foram recebidos com tanta hospitalidade por aqueles habituados com tais regras, até que se recolheram ao lado da fronteira que lhe pareceu mais convidativo, o de fora da universidade que ajudaram a criar e planejar. O mesmo se deu com os alunos em relação ao município. O acesso ao atendimento médico apropriado foi dificultado; a moradia, o emprego e a sociabilidade dos *outsiders* foi burocratizada pelos estabelecidos, pois aqueles não seguiram também sua linguagem, tradição ou memória. A fronteira se amplia mais uma vez.

Todos estes conflitos sinalizam, ainda que de maneira incipiente, para formas de se compreender a estrutura da universidade recém-criada, para estabelecer se existem crises, ou ainda para entender melhor sua identidade. Tanto os que se situam do “lado de dentro”, quanto os “de fora” desta fronteira universitária estão cientes destas fissuras que enrugam a jovem imagem da UFFS e acabam por matizar o “mito fundador” da universidade pelos movimentos e para os movimentos sociais, da universidade criada de “baixo para cima”, daquela que “fora criada de fora para dentro”, no âmago da sociedade civil organizada, como os autores sobre a UFFS se referem à instituição.

Pelo fato de possuir cultura escolar própria, e pelas relações que a UFFS-Realeza pode vir a estabelecer com quaisquer outras instituições provenientes do mesmo processo de criação ou em realidades similares, percebemos que transformar uma estrutura universitária tradicional é uma tarefa árdua, já que a cultura escolar local é moldada a partir de seu ambiente específico e pelas bagagens de cada um dos agentes envolvidos, neste caso, fortemente influenciados pela carga afetiva e social que o nome “universidade” carrega, e pelos papéis que

⁹⁹ Vide Silva e Pinto (2014, p. 17).

pensam ter de exercer nesta estrutura, neste habitus. Desta forma, mesmo que cada unidade escolar possua uma cultura própria e um modo particular de lidar com a transmissão de saberes, que afeta, inclusive, a construção do currículo e dos saberes transmitidos, as instituições de ensino, não só superior, por manterem a forma escolar estática, são espaços de lenta e difícil transformação, em especial no que se refere às relações de poder pré-estabelecidas.

E espera-se que, a partir destas reflexões sobre o passado e o presente, possamos vir a nos enxergar como sujeitos históricos, críticos e conscientes de nossos papéis na sociedade, e, acima de tudo, cientes dos velhos moldes que reproduzimos cotidianamente (sem nos darmos conta, talvez?). Cabe a nós, especialmente dentro da estrutura universitária, enxergarmos com lucidez os caminhos pelos quais temos corrido e que temos deixado de trilha para os que nos seguem. Cabe a nós, historiadores, indicarmos também neste meio (mesmo que sem audiência) que o rei está nu... Ou, pelo menos, estarmos conscientes de nosso reflexo nu diante do espelho.

Referências

Fontes oficiais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Ofício. Porto Alegre, maio 2006. In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. CD-ROM. VOL 3. Chapecó, 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei 6037 de 10 de outubro de 2005**. Autoriza a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul - UFGFM e dá outras providências. Brasília, 10 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=303083>. Acessado em: nov. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Audiência Pública**. Brasília: novembro, 2007.

COMITÊ UNIFICADO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL. Ata de reunião. Chapecó, jun. 2006. In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. CD-ROM. VOL 3. Chapecó, 2014.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Audiência Pública**. Brasília: nov. 2007.

CONCEIÇÃO. **Breve Relato da Reunião de 28-03-2009**. Brasília, mar. 2009.

CONGRESSO NACIONAL. **Projeto de Lei 3774 de 23 de julho de 2008**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, e dá outras providências. Brasília, 23 de julho de 2008. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=588126&filenome=PL+3774/2008. Acessado em: 12 Nov. 2015.

COORDENAÇÃO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL. Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Manifesto. 14 jun. 2007. In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. CD-ROM. VOL 3. Chapecó, 2014.

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE – RS. Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul – Proposta de Criação – Alguns Elementos. Ijuí, 10 dez. 2005. In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. CD-ROM. VOL 3. Chapecó, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a expansão das universidades federais**. 2003 a 2012. Brasília: 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**: diretrizes gerais. Agosto/2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital 311/UFFS/2012**. Disponível em www.uffs.edu.br. Acessado em julho de 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Plano Plurianual. 2004-2007. Mensagem Presidencial. Brasília, 2003.

MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE PÚBLICA E POPULAR PARA A MESORREGIÃO. Chapecó, Mar. 2008. In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. CD-ROM. VOL 3. Chapecó, 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao Povo Brasileiro. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. Fundação Perseu Abramo, 2002a. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: Um Brasil para Todos. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. Fundação Perseu Abramo, 2002b. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>

PEC 217/2003. In: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=148603>. Acesso em: jul. 2016.

REINERT, LAFFIN (COORD). Relatório das atividades e resultados atingidos. Santa Maria, Florianópolis, Brasília, março 2008.

SCAPINI, Elton. Memória de reunião. 2007 In: TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. CD-ROOM. VOL 3. Chapecó, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais. 2012.

Jornais e Periódicos

AGENCIA ESTADO. Lula Lidera com 28%; FHC dá rejeição de 65%, diz CNI/Ibope. **Estado**, 27 Jun. 2001. Política. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-lidera-com-28-fhc-da-rejeicao-de-65-diz-cniiboep,20010627p38523>. Acesso em: 30 jul. 2016.

ANTUNES, Camille. Mobilização reúne duas mil pessoas. In: **O Jornal**, Concórdia, n.1912. 25 ago. 2007, p. 4

REDE ANGOLA. Retrato dos Negros no Brasil. Disponível em: <http://www.redeangola.info/multimedia/retrato-dos-negros-no-brasil/>, out. 2014. Acessado em: 12 Ago.2016

Entrevistas utilizadas na dissertação

AMANDA TREVISAN, ex- aluna do curso de Nutrição da UFFS. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz, obtida em 24 de janeiro de 2017.

BELLÉ, Michael, funcionário da prefeitura de Realeza, ex-participante dos movimentos sociais envolvidos na criação da Universidade. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz, obtida em 21 de março de 2017.

GIACOMELLI, Paulo, participante dos movimentos sociais que criaram a UFFS, morador de Realeza/PR. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz em 25 de outubro de 2015.

GRIPA, Fernanda Wartha, aluna do curso de Licenciatura em Química da UFFS Realeza. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz, obtida em 24 de março de 2017.

LEILA, aluna do curso de Medicina Veterinária desde 2014. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz, obtida em 15 de fevereiro de 2017.

MYSKIW, Antonio Marcos, Diretor do Campus da UFFS Realeza. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz, obtida em 24 de março de 2017.

POLÍ, Jaci. Professor do Instituto Federal do Paraná, ex-professor e coordenador da UFFS, participante do movimento dos onze como representante dos movimentos do Sudoeste do Paraná. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz em setembro de 2016.

POLÍ, Jaci. Professor do Instituto Federal do Paraná, ex-professor e coordenador da UFFS, participante do movimento dos onze como representante dos movimentos do Sudoeste do Paraná. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz em 16 de fevereiro de 2017.

TAUBE, Jayme Rogério. Funcionário da prefeitura de Realeza, ex-vereador do município e participante dos movimentos sociais que ajudaram na criação da UFFS. Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz em 16 de fevereiro de 2017.

TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. DVD. VOI 1 (DVD1) Chapecó, 2014.

TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. DVD. VOI 1 (DVD2) Chapecó, 2014.

TREVISOL, Joviles, LÓ, Marcelo (orgs.). Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS. DVD. VOI 1 (DVD3) Chapecó, 2014.

SILVA, Juliana Paula, aluna do curso de Ciências Biológicas da UFFS Realeza (primeira turma de Ciências Naturais). Entrevista realizada por Fernanda Nichterwitz, obtida em 27 de março de 2017.

Sites

Comissão Permanente para o desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. In:

<http://cdif.blogspot.com.br/search/label/3.08%29%20Munic%C3%ADpios%20do%20RS>. Acessado em 15 fev. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. In: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412140&idtema=105&se arch=parana|realeza|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao-->. Acessado em 20 jun. de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. In: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410720>. Acessado em 20 jun. de 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. In: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>. Acessado em 12 fev. de 2017.

Entrevista com Marcelo Recktenvald, atualizada em 2017. In: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/estud antes-da-uffs-tem-participacao-relevante-em-pesquisa-promovida-pela-andifes-converted. Acessado em 26 abr. de 2017.

Jornal de Beltrão. In: <http://www.jornaldebeltroa.com.br/noticia/31209/ministro-declara-apoio-a-eduardo-scirea-para-prefeito-e-madruga-retira-sua-pre-candidatura>. Acessado em 26 mar. 2017.

Memória dos Metalúrgicos do ABC. ABC DE Luta. In: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=138. Acessado em 18 ago. 2016.

Revista Fórum. In: <http://www.revistaforum.com.br/2014/11/23/numero-de-negros-em-universidades-brasileiras-cresceu-230-na-ultima-decada/>. Acessado em 10 ago. 2016.

Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS. In: http://uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=826. Acessado em 12 mar. 2016.

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. In: <http://w3.ufsm.br/frederico/index.php/institucional/historico> Acessado em 12 mar. 2017.

Veja o IDH de seu município. In: <http://www.deepask.com/goes?page=realeza/PR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>. Acessado em 16 mai. 2017.

Bibliografia

ABREU, Silvana de. **Pensando o Brasil e o Ensino Superior**: aspectos de uma análise. Para onde vamos?! Palestra proferida na UFGD. Dourados: UFGD, 2016.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **O Prouni E A “Democratização Do Ensino Superior”**: Explorações Empíricas E Conceituais. Disponível em: file:///C:/Users/Fernanda/Documents/Hist%C3%B3ria/Mestrado/2016/DISSERTA%C3%87%C3%83O/Leituras%20para%20disserta%C3%A7%C3%A3o/Textos_Ensino%20Superior%20no%20Brasil/OPROUNI.pdf, 2010. Acessado em: 20 ago. 2016.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, n. 91, pp. 23-52, nov. 2011.

ANDERSON, Perry. Jottings on the conjecture. *New Left Review*, n. 48, nov. dez. 2007, p. 23.

ANJOS, G.. A questão sobre “cor” ou “raça” nos Censos nacionais. In: **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p.103-118, 2013.

BARBOSA, Marcelo, Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. **Avaliação do Impacto da Política de Expansão das Universidades Federais sobre as economias municipais**. 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-6599011d2e3082ef34b038002f88e41c.pdf. Acessado em: abr. 2017.

BEGNINI, S., MELLO, G. R., BAÇO, F. M. B.. **Educação Superior**: o perfil predominante dos alunos ingressantes na Universidade Federal da Fronteira Sul. Francisco Beltrão: II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – II CONAPE, outubro de 2013, Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/eventos/conape/anais/ii_conape/Arquivos/medicina/Artigo17_7.pdf, . Acessado em 20 de novembro de 2015.

BOITO JR., Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n.17, Editora Revan, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord). **A Miséria do Mundo**. 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Os usos Sociais da Ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004

BRITO, Leonardo Chagas de. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia**, n.4, pp. 01-15, nov. 2014.

CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice, VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; BORGES, Vavy Pacheco. **Ensino de História**. Revisão Urgente. São Paulo: EDUC, 2008.

CARLOMAGNO, Márcio. Como os deputados federais alocam os recursos públicos? Análise das emendas parlamentares propostas ao orçamento 2016. **Newsletter The Observatory of social and political Elites of Brazil**: Curitiba, v.3, n.1, jan. 2016.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre o público e privado. GT: **Política de Educação Superior**, n.11, UNICAMP, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIGNACHI, Henrique. **A Metamorfose dos Partidos com Origem na Classe Trabalhadora**: o caso do PT no Brasil. Santa Maria, 2013. 196 p.. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria.

CIGNACHI, Henrique. As Interpretações da metamorfose do PT a partir da esquerda brasileira. **Em Debate**: Rev. Digital, Florianópolis, n. 8, p. 126-147, jul-dez, 2012.

DAVIES, Nicholas. O governo Lula e a educação: a deserção do Estado continua? **Educ. Soc., Campinas**, vol. 25, n. 86, p. 245-252, abril 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARVALHO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. **Política Orçamentária, formação de interesses e corrupção no Brasil. 1995-2000**. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Souza”. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/PIFICB9500.pdf>. 2005. Acessado em: mar. 2017.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N.. **A Expansão da Educação Superior no Brasil Contemporâneo**: Questões para o Debate. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012. Disponível também em: <http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5848--int.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de história da educação**, no. 1, 2001.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, vol. 26, n.º. 1, pp. 58-74, jan-mar. 2006

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. Curitiba, **Educar**, n. 28, p. 179-198, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARVALHO, Ciro Flamarion,; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Crise do Brasil e o lugar da história**. Disponível em: http://www.academia.edu/26586762/A_crise_do_Brasil_e_o_lugar_da_hist%C3%B3ria, jul.2016. Acessado em: jul. 2006.

NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos, HELAL, Diogo Henrique. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do litoral norte da universidade federal da Paraíba. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.8, n.1, p. 45-67, jan. 2015.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. In: **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar. 2015.

ORLANDI, Renata; MARTINS, Emerson. Alteridade e Docência: formação dialógica sobre a interculturalidade em escolas fronteiriças do Brasil e da Argentina. In: PINTO, Ana Carolina Teixeira, SILVA, Marcos Roberto da. **Programa Escolas Interculturais de fronteira (PEIF): 10 anos**. Tubarão: Ed. Copiart, 2016.

PEGORARO, E. *Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações*. **Revista Ideias** - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

PELLEGRINI, Marcelo. **Entrevista – Wilson Mesquita Almeida**: “Prouni criou milionários em troca de má qualidade na educação”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/prouni-criou-milionarios-em-troca-de-ma-qualidade-na-educacao-7396.html>, dez. 2014. Acessado em: 20 ago. 2016.

PEREIRA, T. I. **A Expansão do Ensino Superior e suas Contradições**: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Disponível em: <http://docplayer.com.br/4969670-A-expansao-do-ensino-superior-no-brasil-e-suas-contradicoes-o-caso-da-universidade-federal-da-fronteira-sul-uffs.html>, 2015, Acessado em 17 de novembro de 2015.

PEREIRA, Thiago Ingrassia, SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, pp. 10-31, jul.-dez. 2010.

PEROSA, Graziela; SANTOS, Gislene Aparecida dos; MENNA-BARRETO, Luiz. Desafios da democratização do Ensino Superior: a USP no lado leste da cidade. In: SANTHIAGO, Ricardo, MAGALHÃES, V. B. (orgs.). **Escutas da Zona Leste. Visões sobre a História Oral**. São Paulo: FAPESP, 2011.

REIS, Renato Álvaro. **Realeza – PR – Origens e Formação do Município**. Francisco Beltrão: Gráfica e Editora Berzon Ltda, 1995.

RODRIGUES, Angelo Constâncio. A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA – a trajetória de uma transformação. Rio de Janeiro, 2013. 204 p.. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Andrea Paula dos. Trajetórias do PT e do MST: A ação política entre a Resistência e a Institucionalização. 2006. Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/10/19_042010093936.pdf. Acessado em: ago. 2016

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2011. Acesso ao PDF do livro.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. O Social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Marcos Roberto da, PINTO, Ana Carolina Teixeira (orgs.). **De Frente para a Fronteira: reflexões sobre educação em área de fronteira**. Chapecó: UFFS, 2014.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRAINA-CHACON, José-Marcelo, CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, Vol. IV, n. 17, pp. 78-100, 2015.

TREVISOL, Joviles Vitório. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: Interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 28, p. 505-532, Ago. 2015.

TREVISOL, J. V.. **Movimentos Sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de Implantação da UFFS**. X ANPED Sul, Florianópolis, outubro de 2014, Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/978-0.pdf, p. 4. Acessado em 03 de novembro de 2015, p. 5.

TROW, Martin. Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. **eScholarship Repository**, University of California. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>, 2005. Acesso em: ago. 2015.

VERONESE, C. D. **O papel pedagógico da Assessoria no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná.** Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1998.

VOLTOLINI, S. Retorno 2. **Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957.** 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.